

**Como o Avante! tratou os seus
entre 1941 e 1974**

A construção de uma identidade comunista

Ana Paula Marques Correia

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

Setembro, 2017

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção
do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação
científica do Professor Doutor José Manuel Viegas Neves

Aos que resistiram

AGRADECIMENTOS

O acompanhamento do professor José Neves foi determinante para que tenha sido possível transformar um projeto vago numa dissertação, num processo de avanços e recuos e muitas hesitações só possíveis de ultrapassar graças às suas observações e indicações de leituras.

Para o enriquecimento do trabalho contribuíram decisivamente os três militantes comunistas que aceitaram falar das suas experiências e manifestar as suas opiniões. Aqui fica, pois, o agradecimento a Margarida Tengarrinha, Domingos Abrantes e José Pedro Soares.

No plano pessoal, este trabalho teria sido apenas uma ideia sem o incentivo da Leonor e sem o apoio e a confiança incondicionais da Isabel.

Como o *Avante!* tratou os seus

entre 1941 e 1974

A construção de uma identidade comunista

Resumo

Palavras-chave: *Avante!*, clandestinidade, militância, leitores, identidade

“*Como o Avante! tratou os seus?*”, a partir de uma análise de conteúdo da VI série do jornal procura-se uma resposta a esta pergunta, contribuindo para o estudo da militância comunista e da forma como ela foi construída e exposta na mais relevante publicação periódica do Partido Comunista Português.

Entre a “reorganização” do partido, iniciada em 1941, e o fim da ditadura, em 25 de Abril de 1974, foram publicadas, com regularidade, 464 edições que determinaram a identidade comunista, falando de e para os militantes. De edição em edição, ao longo do período clandestino, a rede de influência do *Avante!* vai, no entanto, extravasando o partido, alargando-se a uma comunidade imaginada de leitores identificada com o universo dos opositores ao regime.

Abstract

Keywords: *Avante!*, clandestinity, militancy, readers, identity

“*How did Avante! treat their ones?*” from a content analysis of the newspaper's VI series, an answer is sought to this question, in a contribution to the study of communist militancy and the way it was constructed and exposed in the most relevant periodical publication of the Portuguese Communist Party.

Between 1941 and 1974, since the "reorganization" of the party, begun in 1941, and the end of the dictatorship on April 25, 1974, 464 editions were published regularly that determined the creation of communist identity, speaking of and for the militants. Gradually, from editing in edition, throughout the clandestine period, *Avante's* network of influence! however, goes beyond the party to an imagined community of readers identified with the universe of opponents of the regime.

Índice

| | |
|---|-----------|
| Introdução | 1 |
| Parte I — O Avante! cria a sua comunidade | 6 |
| 1. A auto identificação | 6 |
| 1.1 A “polissemia” <i>Avante!</i> | 6 |
| 1.2 Internacionalista e nacional | 7 |
| 1.3 “... de todos os homens que não sejam cobardes” | 9 |
| 2. Cumplicidade e responsabilidade | 13 |
| 2.1 “Dever de todo o comunista” | 13 |
| 2.2 “Nunca inutilizes o <i>Avante!</i> ” | 15 |
| 2.3 “Indestrutível” | 17 |
| 3. Obrigações e diretivas | 19 |
| 3.1 Esforço e sacrifício | 19 |
| 3.2 Dedicção exemplar | 21 |
| 3.3 Exemplar vendido duas vezes | 21 |
| 4. Leitor/correspondente | 24 |
| 4.1 “Manda-nos notícias” | 24 |
| 4.2 “Este <i>Avante!</i> é precioso” | 25 |
| 5. Críticas e correções | 27 |
| 5.1 “Desleixo” | 27 |
| 5.2 Autocrítica | 28 |
| PARTE II — Ajustes de contas | 31 |
| 1. A reorganização e os dois <i>Avante!</i> | 31 |
| 1.1 Crítica aos “confucionistas” | 31 |
| 1.2 “Irradiação” dos “provocadores” | 36 |
| 1.3 Contra “o grupelho provocatório” | 38 |
| 1.4 O esquerdismo, os corvos e as moscas | 44 |
| 2. Em tempo de guerra | 49 |
| 2.1 Os “quinta-colunistas” | 49 |
| 3. “Se fores preso, camarada” | 51 |
| 3.1 “Na Polícia não se fala” | 51 |
| 3.2 “Má conduta” | 54 |
| 3.3 “Indignidade, cobardia e traição” | 55 |

| | |
|---|------------|
| 3.4 “Cuidado com eles” | 60 |
| 3.5 “Provocadores e traidores” | 62 |
| 3.6 “Miseráveis” | 67 |
| 4. Heróis | 73 |
| 4.1 “Liberdade para os presos!” | 73 |
| 4.2 “Inclinamos as nossas bandeiras” | 81 |
| 4.3 “Um homem entre as estrelas” | 84 |
| PARTE III — A superioridade (banal) dos comunistas | 88 |
| 1. A linguagem banal | 88 |
| 1.1 O exemplo moral | 88 |
| 1.2 Ódio pelo inimigo | 92 |
| 1.3 A vingança serve-se fria | 93 |
| 2. O banal deliberado | 95 |
| 2.1 Sentimento e emoção | 95 |
| 2.2. A heroicidade..... | 97 |
| 2.3. Ser comunista é... .. | 100 |
| 2.4 A “superioridade comunista” | 103 |
| Conclusão..... | 113 |
| Bibliografia..... | 118 |

Introdução

“A resistência foi a dignidade de Portugal”. A frase é de Jorge Sampaio¹ e pode sintetizar o significado político-histórico que teve a atividade de quem resistiu ativamente à ditadura de Salazar e Caetano. Sem um forte sentido de militância e de empenhamento numa causa superior ao acomodamento pessoal não teria sido possível resistir à repressão da polícia política e às limitações à liberdade de expressão e de associação impostas pelo regime.

Este trabalho versa um aspeto particular dessa resistência, a dos militantes comunistas, vista através dos textos publicados nas edições clandestinas do jornal *Avante!* e procurando a resposta à seguinte pergunta: “*Como o Avante! tratou os seus?*”. Entre 1941 e 1974, o órgão central do PCP publicou, regularmente, 464 edições, produzidas em condições muito difíceis com recurso a tipografias clandestinas e distribuído através de uma complexa rede, para que o jornal chegasse não só a cada um dos militantes, mas também a todos os que se opunham à ditadura. O periódico assumiu grande protagonismo como veículo de criação da identidade comunista, sendo um meio de comunicação entre os militantes, falando deles e para eles, mas integrando-os sempre numa comunidade mais alargada de opositores ao regime. O objecto de estudo deste trabalho é o conteúdo do *Avante!* clandestino na forma como o jornal “falou” de e com essa comunidade de leitores, desde a “reorganização” do partido, iniciada em 1941, e o fim da ditadura, em 25 de Abril de 1974. Embora o 1º número do órgão central do PCP tenha sido editado a 15 de Fevereiro de 1931, só a partir de Agosto de 1941, com a publicação do nº1 da VI Série, que viria a manter-se até Abril de 1974, é que a edição do jornal se tornou regular, publicando-se quinzenal ou mensalmente. Por esta razão, tornou-se óbvio que teria de ser toda a VI série a fonte principal deste trabalho.

¹ Proferida a 19 de Janeiro de 2017, no Museu do Aljube, na apresentação do livro “Cadeia do Forte de Peniche, como foi vivida”, de Carlos Brito.

O *Avante!* clandestino, tanto quanto foi possível perceber, tem sido estudado não como objeto primário, mas, tão só, integrado como fonte complementar em trabalhos em torno da história do Partido Comunista Português e dos seus protagonistas. Nestas investigações, entre as quais se destacam as obras dos historiadores João Madeira² e José Pacheco Pereira³ ou ainda de Dawn Linda Raby⁴ e da antropóloga Paula Godinho⁵, o *Avante!* surge em dois planos: como um dos elementos importantes na vida do PCP durante a clandestinidade; ou como fonte auxiliar na definição da trajetória política e estratégica do partido e dos seus dirigentes. A verificação de que o conteúdo do *Avante!* não estará estudado como objecto principal constitui, assim, uma das motivações para a escolha do tema.

A opção metodológica seguida foi a de eleger as edições do *Avante!* clandestino como fontes primárias para desenvolver uma crítica de conteúdo político, enquadrado em cada momento do contexto histórico. Os textos não são analisados do ponto de vista linguístico, e, embora não se ignore, como alerta a linguista Marina Yaguello, que *“a palavra não é apenas um instrumento, é também um exutório, uma forma de agir, um meio de afirmação como ser social, um lugar de prazer ou de dor”*⁶, o estudo enquadra-se conceptualmente nas propostas de autores como Quentin Skinner, no que este historiador reflete sobre o significado de um texto, tendo em conta o contexto político para descortinar a intenção ou motivação do autor ao usar determinada linguagem. Em Skinner, que parte de *O Príncipe*, de Maquiavel, e da citação *“é necessário que o príncipe aprenda a não ser bom”*, essencial é a leitura para além do texto. *“(...)não é possível chegar à conclusão de que o Príncipe foi em parte concebido como um ataque à natureza moralista dos manuais humanistas para príncipes apenas através do estudo do texto de Maquiavel, já que esse facto não está*

² João Manuel Martins Madeira, 'O Partido Comunista Português E a Guerra Fria: "sectarismo", "desvio de Direita", "Rumo À Vitória" (1949-1965)', 2011; João Madeira, *História Do PCP* (Tinta da China, 2013).

³ José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política* (Temas e Debates), 4 vols.

⁴ Dawn Linda Raby, *Portugal, A Resistência Antifascista Em Comunistas, Democratas E Militares Em Oposição a Salazar, 1941-1974* (Edições Salamandra, 1988).

⁵ Paula Cristina Antunes Godinho, 'Memórias Da Resistência Rural No Sul', 1998.

⁶ Marina Yaguello, *Alice No País Da Linguagem* (Editorial Estampa, 1991),p.21.

contemplado no texto. (...) assim, parece-me indispensável para a sua compreensão uma outra forma de análise que vá para além de ler os textos «uma e outra vez». Parece-se-me também que essa análise deverá conter um estudo das convenções e das pressuposições estabelecidas para o género, a partir do qual as intenções e qualquer autor em concreto possam — por uma combinação de dedução e conhecimento académico” — ser decodificados.”⁷

Também na análise das edições do *Avante!* clandestino assume-se o interesse por uma interpretação particular do texto, focada no que ele remete para a relação com o leitor/militante, contextualizada com o conhecimento adquirido sobre o PCP e o movimento comunista, em geral, tentando decodificar a intenção dos autores, que não estão identificados. Essa decodificação é um passo para responder à tal pergunta inicial: como o *Avante!* tratou os seus?

Dividindo o trabalho em três partes, a metodologia seguida passou por identificar os diversos papéis assumidos pelo *Avante!* durante o período em estudo. Na I Parte — ***O Avante! cria a sua comunidade*** — identificam-se os sinais da construção da comunidade de leitores a par da criação da sua própria identidade, como sujeito numa relação biunívoca com os militantes, tendo como sustentáculo o conceito de “comunidades imaginadas”, de Benedict Anderson, transpondo o que o autor aplica à identidade nacional para o partido. Ao criar cumplicidades, afinidades ou contrapontos, o *Avante!*, como sinónimo do Partido, cria um sentimento de pertença a um universo, onde cabem os militantes, os trabalhadores homens ou os democratas, além dos patriotas, extravasando, no entanto, as fronteiras físicas do país. Pode fazer-se uma analogia com o exemplo dado por Anderson: “*Um americano nunca conhecerá ou saberá sequer o nome de mais de uma mão-cheia dentre os seus 240 milhões de concidadãos americanos como ele. Não faz ideia do que os ocupa num dado momento. Mas confia plenamente na sua actividade continuada, anónima, simultânea*”⁸. Também o leitor do *Avante!* não conhece todos os outros leitores, mas é-lhe incutida,

⁷ Skinner, p.199.

⁸ Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas* (edições 70, 2017), pp.47-48.

através de uma linguagem sempre constante, a certeza de que são muitos, no país e no mundo, que pensam, sentem e agem como ele, naquele momento.

Com a Parte II—**Ajustes de contas**—identificam-se nas edições do *Avante!* em estudo os textos que fulanizam a relação com o leitor, partindo de uma ideia conceptual não longe da reflexão de Michel Foucault⁹ sobre a investigação histórica para atingir um campo que, julgamos, ainda pouco estudado: o do peso da linguagem na definição do desenrolar acontecimentos históricos relacionados com um determinado objecto de estudo. Aqui, na distância entre “*as coisas e as palavras*” de Foucault, está o cerne da procura do real no simbolismo das palavras escritas no *Avante!* clandestino. É o jornal que se transforma numa entidade agregadora da tal comunidade imaginada e, para isso, usa a palavra simbólica como arma, ao exaltar ou a denegrir os seus membros.

Se as duas primeiras partes do trabalho dão ênfase a uma análise dos textos publicados no *Avante!*, à luz da representação do real da vida interna do PCP e da relação deste com o exterior, quer seja interno, nacional, ou externo, internacional, a Parte III— **A superioridade dos comunistas**—desemboca na interpretação do uso exaustivo do discurso corrente ou banal. É a partir de Michael Billig, e do seu *Nacionalismo Banal*, que abrimos portas à proposta especulativa de que nos textos analisados perpassa o conceito de superioridade dos comunistas, sedimentado através de uma linguagem corrente que mais não é do que a “banalização” – por antecipação – da teorização explanada, posteriormente, por Álvaro Cunhal.

Nesta abordagem da criação da identidade comunista através da linguagem corrente no discurso político publicado no *Avante!* torna-se relevante convocar o pensamento de Billig e Anderson. Os dois estudiosos do nacionalismo que remetem

⁹ “A História vem situar-se nessa distância que agora se entreabre entre as coisas e as palavras – distância silenciosa, isenta de toda a sedimentação verbal e, no entanto, articulada segundo os elementos da representação, precisamente aqueles que poderão de pleno direito ser nomeados.”, Michel Foucault, *A Ordem Do Discurso* (Relógio d’Água, 1997),p.179

para a consolidação verbal de uma pertença identitária, permitindo um exercício de analogia entre a criação da identidade nacional e da identidade comunista.

No conjunto das três partes, a fonte central da dissertação são as edições do *Avante!* clandestino, consultadas na página electrónica do PCP, complementadas com a realização de entrevistas a três militantes do PCP, Margarida Tengarrinha, Domingos Abrantes e José Pedro Soares, cujas experiências de vida, em diferentes épocas e em contextos pessoais diversos, permitem uma leitura do jornal na primeira pessoa. Transmitem visões do lado de dentro do aparelho partidário, de quem redigiu e paginou muitos dos textos publicados no *Avante!*, como é o caso de Margarida Tengarrinha, de quem foi redator, responsável por tipografias clandestinas e tema de notícia como preso político ao longo de muitos anos, como Domingos Abrantes, ou de quem foi leitor e apenas notícia por ter sido um dos presos da última fase da ditadura, o marcelismo. As três entrevistas, a que se juntam outros testemunhos já publicados noutras fontes, permitem chegar mais próximo do papel que o *Avante!* clandestino teve na construção da militância e identidade comunistas e na percepção da forma como o partido tratou os seus através do órgão central.

Parte I — O *Avante!* cria a sua comunidade

1. A auto identificação

1.1 A “polissemia” *Avante!*

Avante! = título do órgão central do PCP

Avante= Adiante, para a frente (advérbio); exprime incitamento para que se vá adiante para que se prossiga (interjeição)¹⁰.

Entre o cabeçalho do órgão central do PCP, onde *Avante!* com ponto de exclamação tem a força da interjeição, e o advérbio, fica esbatida a ténue polissemia da palavra quando, nas páginas do jornal, em títulos de notícias de lutas laborais e políticas, o incitamento ao prosseguimento da luta é feito com esse mesmo vocábulo, **avante**. Um exemplo dessa dupla utilização surge na edição de Fevereiro de 1952¹¹ em dois títulos, o primeiro de incitação e o segundo de apelo à contribuição financeira para o partido: “*Avante corticeiros!*” e “*Avante para os 500 contos!*”.

Sem que tivesse sido possível encontrar qualquer outra fonte para explicar a escolha do título para o jornal, é o próprio *Avante!* que nos dá a sua explicação na edição nº200, de Junho de 1955:

¹⁰ In Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia de Portugal, 2001

¹¹ As edições do jornal *Avante!* citadas neste trabalho foram consultadas em <http://www.pcp.pt/avante-clandestino>

“O aparecimento do jornal Avante! como órgão central do Partido Comunista Português está ligada à reorganização operada no partido sob a direcção do saudoso dirigente do proletariado revolucionário português, Bento Gonçalves. Após a suspensão da publicação legal do jornal do partido, O Proletário, em 1931, a direcção do partido resolveu lançar um outro jornal e esse jornal, em homenagem ao jornal fundado por Lenine, chamou-se Avante!”.

Intencional ou não a escolha do título, o certo é que o cabeçalho do órgão central do PCP tem a força de uma palavra de ordem. E será usada como tal ao longo de toda a vida clandestina do *Avante!*.

1.2 Internacionalista e nacional

Com conselhos, ameaças, exemplos, denúncias ou apelos e pedidos, a linguagem usada nas páginas do *Avante!* clandestino procura consubstanciar uma relação de proximidade com o leitor, indiciando o desígnio da construção de uma comunidade, que, sendo essencialmente nacional, extravasa os limites geográficos do país e está onde estiver a luta dos trabalhadores. Como se lê na edição especial nº 200, de Junho de 1955:

“Nestes 14 anos de publicação regular, o Avante! tem procurado esclarecer o nosso povo sobre a vida e a política de Paz na grande União Soviética, baluarte do Socialismo, vanguarda da luta dos Povos pela Paz, pela independência e por uma vida melhor. (...)Os interesses dos trabalhadores do mundo inteiro são comuns, comuns são os seus inimigos, comum deve ser a sua luta e nela devem ajudar-se uns aos outros.”

Mas é também nessa edição e na mesma página que se escreve, num texto ilustrado com uma fotografia de Álvaro Cunhal, preso na Penitenciária de Lisboa, intitulado *“O Partido e a Nação”*:

O Avante! é o órgão do Partido da classe operária, classe cujos interesses se identificam cada vez mais com os interesses nacionais (...) Só o

povo, fiel ao seu amor à liberdade e à independência nacional, se levanta e luta em defesa dos interesses nacionais”.

Icónica dessa simbiose entre o nacionalismo e o internacionalismo comunista é a ilustração impressa no alto da primeira página, ao lado esquerdo do cabeçalho, representando um homem, com um martelo, e uma mulher, com uma foice, empunhado o *Avante!* nº200 e tendo como fundo as bandeiras comunista e portuguesa. É uma edição graficamente cuidada, revelando a circunstância dos artistas plásticos José Dias Coelho e Margarida Tengarrinha estarem a exercer cargos de responsabilidade na produção do jornal, o que aconteceu até 1962. Mas, como acentua o historiador João Madeira, *“a melhoria gráfica que isso representava parece titubeante até meados de 1960, altura em que o jornal começa a incluir gravuras com maior frequência, ilustrando artigos, o que acontece até Janeiro de 1962, coincidindo com o assassinato de José Dias Coelho, ocorrido no mês anterior. São gravuras representando manifestações, acções de protesto, ilustrando efemérides e acontecimentos relevantes do PCP ou do movimento comunista internacional”*¹².

Numa apreciação da forma, decorrente da leitura do conteúdo de toda a série VI que esteve na base deste trabalho, nas duas primeiras décadas de edições regulares do *Avante!*, nem sempre a qualidade gráfica era um elemento relevante num jornal que é genericamente bem escrito e com poucas gralhas, tendo em conta as condições precárias em que era produzido.

É Margarida Tengarrinha¹³, que trabalhou no *Avante!* clandestino em duas fases, em Lisboa, desde o final dos anos 50 e até à morte do companheiro, José Dias Coelho, em Dezembro de 1961, e em 1968, no Porto, quem conta como estava organizada a redação do periódico: *“Na comissão de redação do Avante! havia um responsável, que era membro do secretariado do partido, e mais três camaradas. Fazíamos reuniões numa das casas clandestinas. Na primeira fase em que estive na redação, éramos o Francisco Martins Rodrigues, o Jaime Serra, o Blanqui Teixeira e eu. Nós escrevíamos os artigos, às vezes com informações que vinham de fora e notícias*

¹² João Manuel Martins Madeira, ‘O Partido Comunista Português E a Guerra Fria: “sectarismo”, “desvio de Direita”, “Rumo À Vitória” (1949-1965)’, 2011p.679.

¹³ Entrevista a Margarida Tengarrinha a 9 de Março de 2017, em Carnaxide. Salvo outra anotação, todas as citações atribuídas a Margarida Tengarrinha resultam desta entrevista

que vinham da base. Nessa reunião discutíamos o que entrava na edição que se estava a preparar. O editorial e a primeira página era da responsabilidade do elemento de ligação ao secretariado”.

De volta à análise de conteúdo do jornal, sublinhe-se que a utilização da simbologia nacional não constitui uma característica do PCP, mas sim uma tendência generalizada. Podemos citar Eric Hobsbawm ao afirmar que *“os movimentos e os estados marxistas têm mostrado a tendência para se tornarem nacionais, não só na forma, mas também no conteúdo”*¹⁴. Pode esta formulação remeter-nos para o que o historiador José Neves classifica como *“nacionalização do comunismo”*¹⁵, que em Portugal começou por ter expressão teórica com Bento Gonçalves, em 1936, reforçando-se no ano seguinte com Pavel, para quem *“os comunistas do mundo inteiro são os melhores representantes das várias culturas nacionais”*. Esse caminho, centrado num conceito de anti-imperialismo, tem sido percorrido até à atualidade. Com mais ou menos intensidade e adaptando o discurso às circunstâncias históricas, os comunistas portugueses combatem a semi-colonização do país pelo que consideram ser as potências imperialistas.

1.3 “... de todos os homens que não sejam cobardes”

Uma publicação periódica, ao usar uma linguagem determinada, seguir uma linha editorial específica ou guiar-se por regras de um livro de estilo pré-definido, vai criando um sentimento de pertença e de cumplicidade entre os leitores, susceptível de poder enquadrar-se no conceito de comunidade imaginada definido por Benedict Anderson. Se este autor forjou tal fórmula conceptual para pensar o fenómeno nacional, usamo-la aqui para compreender uma comunidade política partidária ou simpatizante do partido. Por maioria de razão, ao jornal partidário aplica-se a finalidade de criação de um corpo, uma comunidade em que os limites, além de se localizarem num determinado espaço geográfico, são, acima de tudo ideológicos e simbólicos. Essa comunidade é imaginada porque se sedimenta através duma

¹⁴ Eric Hobsbawm, “Some reflections on “The Break-up of Britain”, New Left Review, nº105, Set/Out. 1977, p.13.

¹⁵ José Neves, *Comunismo e Nacionalismo Em Portugal* (Tinta da China, 2010),p.185.

representação cultural alimentada pela comunicação, que permite uma identificação de cada um com o grupo no qual se imagina inserido. Esse grupo não é quantificável, mas cada um dos seus membros imagina-o na sua dimensão e importância social de acordo com a sua percepção da realidade transmitida, por exemplo, pela imprensa.

No caso das edições clandestinas do jornal *Avante!*, essa percepção é reforçada pelas condições em que o periódico é escrito, impresso, distribuído, lido e divulgado. Toda essa cadeia, que começa nos dirigentes do partido e acaba nos simpatizantes ou nos *“trabalhadores honestos”*, cimenta uma comunidade política, à qual cada um dos militantes, individualmente, se orgulha de pertencer. A adjetivação de *“honestos”* é recorrentemente usada nas páginas do *Avante!* para designar os não militantes que não eram hostis ao partido. Como analisa o historiador José Pacheco Pereira, *“o adjetivo ‘honesto’ tinha uma função classificadora central, que correspondia à ideia rousseauiana de que os ‘homens honestos’ não poderiam ser inimigos do partido. Por isso o ‘legionário honesto’ e o democrata ‘honesto’ eram tidos como ‘honestos’ porque, não sendo comunistas, não eram anti-comunistas”*¹⁶.

É com a VI série, iniciada em Agosto de 1941 pelos obreiros da chamada *“reorganização”* do partido, que o órgão central do PCP passa a ser verdadeiramente periódico, com edições regulares, embora a edição clandestina não tenha sido uma experiência nova para os *“reorganizadores”*, uma vez que o *Avante!*, enquanto órgão central do PCP, já existia desde 1931 com a publicação, em duas séries de 93 números. Como acentua João Madeira¹⁷, segue-se um período da vida do jornal que reflete, como não poderia deixar de ser, a convulsão interna do partido: *“Entre 1941 e 1945, a existência de dois Partidos Comunistas em Portugal, faz com que um deles, o que se representava a continuidade organizativa, mas que viria a ser designado de “grupelho provocatório” pelo grupo dos reorganizadores, editasse duas novas séries com um total de 20 números. Neste período editaram-se dois jornais com o mesmo título – Avante! – ainda que com nova numeração de série, cabeçalhos, tipo de papel e suportes gráficos relativamente diferentes, pois pelo menos, em 1944-45, já numa fase de definhamento e desagregação do “grupelho provocatório”, o seu Avante! era copiografado,*

¹⁶ José Pacheco Pereira, *A Sombra. Estudo Sobre a Clandestinidade Comunista* (Gradiva, 1993), p.91.

¹⁷ João Manuel Martins Madeira, p.665.

enquanto que o dos reorganizadores seria invariavelmente impresso em prelo”.

A formação dessa comunidade como objectivo está patente nas páginas do próprio jornal. Logo no primeiro nº1 da VI série, de Agosto de 1941, lê-se, num longo texto que preenche a quase totalidade das quatro páginas do jornal, intitulado *“O QUE QUEREMOS!”*: *“O Avante faz a sua aparição como a voz do povo português, como a voz de Portugal”.*

No mesmo nº1, na página 4, num outro texto intitulado *“PREVENÇÃO”*, caracteriza-se o aparecimento do *Avante!* como: *“O toque a unir de todos os anti-fascistas e de todos os homens que não sejam cobardes”.*

O reconhecimento da relevância do jornal para a consolidação de um sentimento de pertença cúmplice a um grupo revela-se na forma como o *Avante!* se identifica e se assume, referindo-se a si próprio como um corpo vivo, quase humanizado e integrante dessa comunidade imaginada, cujo universo não se circunscreve aos comunistas militantes do partido, mas alarga-se a todos *“os homens que não sejam cobardes”*. O jornal fala de si, como membro do grupo, e para cada um dos outros elementos dessa mesma comunidade.

A opinião de Domingos Abrantes¹⁸, que, na qualidade de dirigente do partido, exerceu funções na redação do *Avante!*, é condicente com a ideia da comunidade alargada do jornal e confirma como esse objetivo era assumido pela própria direção do PCP: *“O Avante! era o elo de ligação entre os membros do partido. Era um organizador, mas criou uma comunidade muito maior do que a do partido”*. E nessa comunidade, os militantes comunistas têm orgulho, o orgulho pelo facto de o jornal do seu partido chegar mais longe do que a estrutura partidária, mas, sobretudo, por ter resistido, como enfatiza Domingos Abrantes: *“Foi um grande feito termos mantido editado o Avante! durante tanto tempo, entre 1941 e 1974, ininterruptamente naquelas condições. Não há muitos casos destes no mundo, apesar de quase todos os partidos comunistas terem a sua imprensa clandestina, e há uma diferença, a nossa sempre, sempre impresso no país. Não há um único exemplar que tivesse sido feito no estrangeiro. É obra, porque era de uma grande complexidade. Um dos tipógrafos mais*

¹⁸ Entrevista a Domingos Abrantes realizada a 21 de Março de 2017, na sede nacional do PCP, em Lisboa. Salvo outra anotação, todas as citações atribuídas a Domingos Abrantes resultam desta entrevista.

extraordinários que conheci, o mais rápido, era um miúdo de seis anos. Foi numa tipografia em Linda-a-Pastora. Ele tinha vindo com os pais de Fafe, não sabia ler, mas conhecia as letras e compunha com uma destreza e rapidez extraordinária. Depois o pai foi preso, eu fui preso e não sei o que foi feito dele”.

A mesma consciência da importância do *Avante!*, inspirada nos ensinamentos leninistas sobre a organização do partido e da sua ligação aos exterior aplicados ao contexto político português, em que não existia Imprensa livre, é expressa por Margarida Tengarrinha: *“O Avante! teve uma importância enorme pelo conhecimento que proporcionava sobre o que se estava a passar no país e no mundo. Enquadrava-se, e enquadra-se, nos moldes exatos do que Lenine estabeleceu do que deveria o órgão central informativo do Partido. Tinha que ser, simultaneamente, um organizador, um informador e um mobilizador. Nesse sentido, como organizador, o Avante! é um elo de ligação entre os militantes. Era também o único órgão de informação que dizia toda a verdade, proibida pela censura nos outros jornais”.*

Estes testemunhos são reveladores do que significa para os comunistas a continuidade regular do *Avante!* durante a ditadura, tendo em conta todas as dificuldades que envolviam a sua produção, desde a redação dos textos que, em muitos casos chegavam de vários pontos do país, até à impressão em tipografias clandestinas, que a todo o momento podiam cair nas mãos da polícia política, passando pela distribuição, camuflada e, em geral, de bicicleta, o meio de transporte por excelência dos militantes clandestinos. Aliás, a bicicleta tornou-se também um símbolo da resistência, à semelhança do que aconteceu durante a ocupação nazi, em França, durante a II Guerra Mundial. Como lembra a antropóloga Paula Godinho na sua tese sobre a resistência rural, a bicicleta foi transformada em ícone na obra de ficção de Álvaro Cunhal, assinada com o pseudónimo de Manuel Tiago, num elogio ao esforço e à capacidade de entrega dos militantes. *“A personagem Vaz, do romance **Até amanhã**, camaradas, de Manuel Tiago - obra estruturante da cultura de resistência - um militante generoso até ao limite do humano, faz-se sempre transportar numa*

*bicicleta, que se torna uma materialização da pobreza e do esforço contínuo do trabalho clandestino.*¹⁹

2. Cumplicidade e responsabilidade

2.1 “Dever de todo o comunista”

A criação de cumplicidade e de corresponsabilidade dos leitores em relação ao jornal está sempre presente em apelos constantes para uma colaboração mais estreita e em orientações a respeitar não apenas pelos militantes. Se *“Ler e difundir o Avante! é o dever de todo o comunista”*, uma diretiva, publicada em Dezembro de 1941, na qual fica patente a importância do periódico no quadro da militância comunista, também *“Auxiliar a publicação do Avante! é a obrigação de todos os militantes revolucionários”*, como se lê na edição seguinte, de Outubro do mesmo ano. Já antes, em Setembro, no nº2, o apelo era o seguinte: *“Camaradas! Não basta ler o Avante! é preciso que nele colaborem também”*.

Há exemplos de textos que se dirigem diretamente a um grupo mais alargado do que o dos militantes. É o caso do apelo publicado em Setembro de 1955:

“Trabalhadores! Democratas! Lendo e dando a ler o Avante! a todas as pessoas honradas vossas conhecidas levarás (...) a voz da verdade a um número cada vez maior de portugueses”.

Estes apelos, ou diretivas, vão repetir-se ao longo das edições de toda a VI série do Avante, o que acentua a contribuição do jornal para a criação de um espírito de grupo. No fundo, o *Avante!* é um património vivo da luta antifascista, que cabe a todos os comunistas e *“homens honestos”* salvaguardar. Daí que na 1ª quinzena de Dezembro de 1942, se leia:

“Difunde o nosso jornal, camarada. Depois de leres o Avante! não o inutilizes. Dá-o a um amigo de confiança, envia-o pelo correio a um anti-fascista ou simpatizante, mete-o por debaixo da porta duma casa operária,

¹⁹ Paula Cristina Antunes Godinho, ‘Memórias Da Resistência Rural No Sul’, 1998, pp.210-1211.

deixa-o num lugar onde possa ser apanhado por um trabalhador. Depois de leres o Avante!, contribui para a difusão do Avante!”.

O apelo à difusão, no entanto, era de alcance limitado porque passar o jornal para mãos inimigas constituía um perigo e poderia significar a prisão. Francisco Martins Rodrigues lembra o tempo, no início dos anos 50, em que era difícil conquistar a confiança dos camaradas. *“Nesse tempo, para ler um Avante! era o cabo dos trabalhos. Eu ainda não dera provas suficientes (duas pequenas prisões, sem estátua nem nada, era pouco) e todos se faziam desentendidos: ‘Não tenho, há muito tempo que não recebo’. O primeiro que me lembro de me emprestar um foi o Viegas, barbeiro, de Castro Verde, que já passara pela cadeia”*²⁰.

Tal contradição entre os apelos à difusão, que se queria o mais ampla possível, e a necessária cautela para garantir a segurança da máquina partidária era assumida e tinha de ser resolvida recorrendo a uma percepção intuitiva. Esse método não era isento de perigo, como testemunha Domingos Abrantes: *“Havia um risco, que era assumido, mas era possível alguma intuição. A distribuição era complexa, funcionava em rede. Ia um pacote para determinado local, onde era repartido para ser levado para outros locais. Era um elo muito longo e intrincado, de forma a que a polícia podia chegar a um distribuidor mas não conseguia quebrar a cadeia”.*

Merecer ter direito a que lhe seja passado o *Avante!* era uma conquista inesquecível para militantes comunistas. Carlos Brito²¹ conta como se sentiu *“orgulhoso com a prova de confiança”* quando teve acesso ao jornal primeira vez, no início dos anos 50. *“Toma lá, mas não fumes aqui”, foi assim o aviso brincalhão de um companheiro de estudos, mais velho, ao passar-se um livro de mortalhas Zig-Zag, uma tarde, em pleno Café do Chiado. Tinha-me prevenido que lá dentro, dissimulado entre as finíssimas folhas de papel de fumar, estava um Avante!, o jornal do Partido Comunista, também em papel muito fino. Era o meu primeiro Avante!, ainda não tinha dezoito anos.”*

²⁰ Francisco Martins Rodrigues, *Os Anos Do Silêncio* (Dinossauro/Abrente Editora, 2008)pp 28-29.

²¹ Carlos Brito, *Tempo de Subversão Páginas Vividas Da Resistência* (Nelson de Matos, 2011), p.131.

Receber pela primeira vez um exemplar do *Avante!* significava também um dos meios da iniciação, de entrada para as fileiras do partido, ou melhor, para uma comunidade conspirativa e clandestina. Para José Pacheco Pereira, que estudou os mecanismos de recrutamento do PCP, *“recrutar não era somente perigoso para quem era recrutado, era-o igualmente para o recrutador. (...) Por isso, a decisão de recrutar circulava verticalmente na hierarquia do partido, por razões de confiança política e de segurança, e era sempre controlada de cima”*²². A repressão da polícia política, que usava o incentivo à delação como arma para instalar e manter uma sociedade o mais possível acobardada pelo medo, tornava heroica a resistência. *“Entrar no PCP, principalmente nas décadas de 40 e 50, era entrar para um mundo de referências afectivas, culturais e políticas que constituíam uma contrassociedade, incrustada num país que, de um modo geral, desconhecia ou ignorava.”*²³

Passar a porta para esse mundo de *contra-sociedade* implicava o acesso à imprensa clandestina, cuja leitura constituía um sinal distintivo de quem tinha passado de simpatizante a militante. *“A partir da fase de simpatizante, com a recepção do Avante! (ainda que eventualmente não saiba ler) e a contribuição com fundos destinados à manutenção do aparelho clandestino e ao auxílio aos presos políticos e suas famílias, o enquadramento como militante poderia ocorrer.(...) A recepção de O Militante, conjuntamente com o Avante! e o Camponês dava conta dessa mudança de estatuto: o recrutado acedia, pelo rito de entrada, a informação acrescida, e penetrava num domínio a que, na anterior condição, não conseguiria aceder. Nos interrogatórios após a prisão, a polícia política estava particularmente atenta a estas leituras, indiciadoras de maior ou menor envolvimento.”*²⁴

2.2 “Nunca inutilizes o Avante!”

²² Pereira, p.88.

²³ Pereira, p.89

²⁴ Godinho,p.193.

A preservação do *Avante!* como património da casa comum da resistência à ditadura é permanente e insistentemente realçada nas páginas do jornal. Na 2ª quinzena de Julho de 1942, a preocupação é sublinhada nos seguintes termos:

“Leitor. Nunca inutilizes o Avante! porque a sua publicação custa uma imensidade de sacrifícios”. (...) É o porta-voz dos anti-fascistas e oprimidos de Portugal, por isso deve ser lido por todos eles”.

A “imensidade de sacrifícios” é bem caracterizada pelo historiador João Madeira, ao relatar as condições em que era redigido e impresso o *Avante!* clandestino. “O sistema utilizado na impressão do órgão central do PCP fora implementado em 1933 por José de Sousa e por Bento Gonçalves. O prelo e as caixas com as letras em chumbo para a composição constituíam a oficina de impressão e cabiam perfeitamente dentro duma casa comum. As pequenas dimensões do prelo adaptavam-se justamente a espaços relativamente limitados. Era colocada sobre uma mesa sólida, cujos pés dispunham de calços de borracha, necessitando apenas de espaço suficiente para que, de um lado, se colocasse o papel e, do outro, a tinta. Com recurso às letras de chumbo num tabuleiro ou rama montado, nivelado e apertado entre calhas, formando um quadro sobre a base do prelo, compunha-se manualmente, letra a letra e linha a linha, a página a imprimir. A tinta era aplicada sobre o quadro por intermédio de um pequeno rolo. O papel era então colocado, folha a folha por cima fazendo finalmente correr entre duas guias um rolo de ferro, relativamente pesado, com duas pegas e revestido a borracha, cuja pressão sobre o papel permitia a impressão.”²⁵

As condições de produção do jornal inerentes à clandestinidade, com repressão policial por meio de assaltos a tipografias, são ingredientes para “personificar” o próprio *Avante!*, exaltado como um herói do partido, nas próprias páginas. A edição nº 300, e maio de 1961, é exemplar dessa criação heroica do órgão central do partido e de quem o produz. Sob o título “O *Avante!* ao serviço da luta popular”, lê-se:

“O Avante! tem conseguido vencer sempre a repressão feroz que o governo de Salazar lhe move; mesmo depois dos assaltos às tipografias do Avante!,

²⁵ João Manuel Martins Madeira., p.265

em 1945 e em 1949, o fascismo não conseguiu calar a sua voz, pois, passado um mês, o Avante! reaparece nas fábricas, campos, escolas e ruas”.

Num outro título (“Dois obreiros do Avante!”) de auto-comemoração dos 300 números da VI série, o *Avante!* glorifica os mártires que caíram em sua defesa, “dois camaradas queridos (...) cujo exemplo de honestidade, de lealdade e de coragem será sempre actual. São eles José Moreira, que, “preso em Janeiro de 1950, preferiu dar a vida nas mãos dos carrascos da PIDE do que denunciar a tipografia do Avante!”, e Maria Machado, que, “presa numa tipografia de Avante! enfrentou corajosamente a PIDE e a GNR que a cercavam e falou ao povo que presenciava a sua prisão, sobre o Avante! e a luta do Partido”.

Num relato na primeira pessoa, Domingos Abrantes fala da proliferação de tipografias, o que permitiu manter a edição do jornal, apesar da repressão policial: “Nos anos 30, só havia uma tipografia, mas depois instalámos uma rede, que permitiu que a publicação não voltasse a ser interrompida. Numa determinada fase, só na margem sul, tínhamos três, para o Avante! e para todo o resto de material. Essa descentralização permitia também facilitar a distribuição e o fornecimento de papel, aliás, repara-se que em determinadas edições o papel não era todo igual. Além disso, só os membros do secretariado é que sabiam a localização de todas as tipografias, por isso, se alguém fosse apanhado pela polícia numa das tipografias, não podia revelar onde estavam as outras porque não sabia”.

Já Margarida Tengarrinha recorda que, quando voltou a trabalhar na redação do *Avante!*, no Porto, já no final dos anos 60, era preciso duplicar o trabalho para que o jornal fosse impresso em duas tipografias em simultâneo. “Por essa altura, e porque era ponto de honra da direcção do partido que o Avante! não podia parar, passou a haver duas tipografias uma Lisboa e outra no Porto para o caso de uma ser desmantelada pela PIDE. Era eu quem levava os textos e as maquetes (duas maquetes exactamente iguais que eu fazia) às tipografias. Faziam-se três cópias de cada texto, uma ficava na redação, para controlo e para ser arquivado, e as outras duas seguiam para cada uma das tipografias”.

2.3 “Indestrutível”

O engrandecimento dos exemplos de José Moreira e Maria Machado tem ainda maior expressão na primeira quinzena de Agosto de 1961, que assinala o 30º aniversário do *Avante!*, classificado como “*indestrutível*” e o “*único jornal livre e o guia do povo português*”, num texto ilustrado com gravuras das fotos dos dois militantes/heróis. Numa edição em que é publicada na primeira página uma gravura que representa uma tipografia clandestina, está escrito:

“O nosso jornal é o resultado da vontade heroica de milhares de comunistas e trabalhadores que nele colaboram, que o imprimem, que o distribuem de fábrica em fábrica, de aldeia em aldeia, por todo o país, que recolhem dinheiro para o sustentar. O Avante! é a voz ardente da classe operária portuguesa e por isso ele é indestrutível”.

Já nos anos 60, o *Avante!*, ao celebrar 34 anos, volta a classificar-se como “*invencível jornal dos trabalhadores*” e ainda, sempre, o aviso:

“Este jornal representa muitos esforços e perigos. Não o destruas! Passa-o a uma pessoa da tua confiança ou larga-o onde possa ser apanhado por algum trabalhador”. Porque, como está impresso no nº 358, de Agosto de 1965, “*o que a Imprensa amordaçada pela censura não diz encontra o povo no Avante!*”.

Ao ser um símbolo *invencível* da pertença a uma comunidade, o *Avante!* clandestino vale como um objecto de resistência e não apenas pelo conteúdo dos seus textos, doutrinários ou informativos. Numa sociedade com uma elevada taxa de analfabetismo (na década de 50, de 50% nas mulheres e de 30% nos homens²⁶), a leitura do *Avante!* era privilégio de alguns, em particular nos meios rurais, onde muitos ouviam e poucos liam o que estava escrito nas páginas do jornal.

“O secretismo da passagem dos textos, que abrangia mesmo os iletrados, bem como a associação da adesão a um ideário com a solidariedade em relação àqueles que estavam a sofrer na cadeia, calava fundo no recrutamento: “Um homenzito que andava aí, andávamos em Verdugos a tirar cortiça; o homem aparecia-me lá com os

²⁶ Segundo dados do INE (Instituto Nacional de Estatística) consultados em www.ine.pt

*Avante!'*s pequeninos. Eu não sabia ler. Ele também não tinha andado à escola, mas depois começou-me a dizer: «Eh pá, tu não tens disto? Eles cá aparecem, tu não tens precisão de saber quem é que os traz. Todos os 15 dias vem e a gente dá 5 escudos para ajuda dos presos que estão nas cadeias, para o tabaco, para a alimentação». Eu disse logo: «Quero, pois, quero». (João Pedro Marrafa)²⁷. Na tese de Paula Godinho sobre a resistência comunista, no Couço, já aqui citada, João Pedro Marrafa é um dos militantes comunistas entrevistados, que dá o seu testemunho das tarefas quotidianas da militância clandestina.

3. Obrigações e diretivas

3.1 Esforço e sacrifício

As dificuldades e o sacrifício de produzir quinzenalmente o *Avante!* são também de ordem monetária e isso mesmo é realçado com insistência nas páginas do jornal. O leitor é visto não apenas como leitor mas como parte da comunidade, para a qual é chamado a contribuir em todos os sentidos, nos planos ideológico, disciplinar e material.

Logo a partir do nº2, de Setembro de 1942, a VI série do *Avante!* começa a publicação regular de apelos ao apoio material à Imprensa do Partido, que se estenderia ao próprio partido. Frases como “o Partido só poderá viver mediante o auxílio constante de todos os trabalhadores” passam a ser publicadas regularmente em paralelo com diretivas concretas sobre a forma como devem ser angariados e canalizados, com apelos à criação de “grupos de auxílio ao partido”. Mais uma vez, é estimulado o conceito de pertença, mais do que a um grupo territorialmente delimitado, a um universo sem fronteiras físicas, mas com uma identidade forjada na resistência à ditadura. Quem contribui vê o seu esforço agradecido publicamente. Sob o título “*Quantias recebidas dos amigos do partido*”, o *Avante!* passa a publicar regularmente listas com os nomes codificados (individuais ou de grupos constituídos para o efeito) de quem contribui e com quanto.

²⁷ Godinho, p.187.

Um dos testemunhos que dão conta da importância da publicação das listas e contribuições é dado por Zita Seabra, para quem o *Avante!* era o “*símbolo da resistência, o maior elo de ligação entre os comunistas legais ou clandestinos*”. “*Todos os números tinham ainda uma outra secção que era muito importante para os militantes e que se chamava ‘Quantias recebidas dos Amigos do Partido’.* Era uma experiência gratificante, a mostrar como o Partido funcionava, enviar um contributo extra com uma das senhas, género ‘Estrela da Manhã-25\$00’, e no mês seguinte encontrar a nossa contribuição impressa e discriminada no *Avante!*.”²⁸

Domingos Abrantes corrobora tal convicção e vai mais além na análise, considerando que o *Avante!* não só era lido por uma comunidade de leitores que extravasava o núcleo de militantes, como era financiado também por elementos não comunistas que lutavam contra a ditadura. “*A publicação das listas de contribuintes era muito importante. Havia quem pegasse no Avante! só para ver a referência à sua contribuição. E essas contribuições não era só de militantes do partido. Nós fazíamos recolha de fundos junto de alguns democratas, tentávamos fazer passar a mensagem e alguns eram bastante generosos na sua contribuição*”.

Essa abertura a quem não era membro do partido é visível nos apelos à contribuição monetária para o partido e para a Imprensa clandestina, carregados de uma linguagem simbólica mobilizadora da vontade de pertencer ao grupo, no qual se incluem não apenas os militantes, mas também os “*simpatizantes*” e “*amigos*” do partido. Na edição da 1ª quinzena de Dezembro de 1942, um texto apela aos simpatizantes e aos amigos, usando expressões distintas e convocando o frentismo unitário antifascista:

“Simpatizantes: Fazei um esforço e um sacrifício para ajudar o Partido Comunista, único partido anti-fascista em Portugal, pioneiro do movimento de Unidade Nacional que há de derrubar o fascismo. (..)Amigos do Partido: Pensem os amigos, que vivem desafogadamente, que podem ajudar a resolver muitas das nossas dificuldades, desde que decidam fazer esse sacrifício”.

²⁸ Zita Seabra, *Foi Assim* (Aletheia Editores, 2007), pp.23-24.

3.2 Dedicção exemplar

O “exemplo”, que recheia o imaginário comunista, está bem patente no registo linguístico usado nas edições clandestinas do *Avante!* também para servir como apelo à contribuição para as finanças do partido. O seguinte texto, publicado na 2ª quinzena de Março de 1943, com o título “*DEDICAÇÃO*”, é ainda revelador também de uma certa miscigenação do géneros jornalístico e ficcional melodramático:

(...) Encontrando-se moribundo e sabendo que não se podia salvar, esse amigo, manda chamar algumas horas antes de morrer, um camarada nosso a quem entregou a quantia de 2\$50 (porque de mais não podia dispor), dizendo-lhe que não queria morrer sem ser em qualquer coisa útil ao partido. Eis uma atitude digna de um verdadeiro revolucionário, dum trabalhador consciente que teve a alma-lo até à morte a chama de um ideal e a confiança e carinho pelo partido dos explorados e dos oprimidos”.

Num tempo de racionamento de produtos alimentares, na lista de contribuições recebidas, surge, na edição da 1ª quinzena de Julho de 1943, a referência à recepção de “*1 litro de azeite, 1 quilo de açúcar e 1 quilo de toucinho*”. Na edição seguinte, com o nº36, surge uma nota, incluída na lista de quantias recebidas, que refere “*várias encomendas que não especificamos por motivos conspirativos*”. Aliás, são motivos conspirativos a estarem na origem da formação de muitos “*grupos de amigos*” que subscrevem contribuições para o partido. Num apelo publicado em Setembro de 1949 é explicado:

“Uma forma de auxiliar o Partido é formar grupos de Amigos do Partido. Cada grupo deve comprometer-se a auxiliar mensalmente o Partido com determinada quantia”.

3.3 Exemplar vendido duas vezes

Mas porque as contribuições regulares não são suficientes são lançadas periodicamente campanhas de recolha extraordinária de fundos. Na primeira quinzena de Novembro de 1943 é anunciado o lançamento da “*1ª subscrição extraordinária de*

50 contos” com a justificação de que “o Partido necessita de centenas de contos para realizar as gigantescas tarefas que se lhe apresentam”.

Estas sucessivas campanhas não são apenas dirigidas aos militantes, como é escrito sem rodeios na edição da primeira quinzena de Outubro de 1961: *“(...) o Partido necessita do auxílio financeiro não só dos comunistas mas de todos os democratas e anti-salazaristas”.*

Seguir-se-ão numerosas subscrições extraordinárias que se prolongam por vários meses e são lançadas sob diversos pretextos, que vão desde os prejuízos com quedas de tipografias às mãos da polícia até à libertação de camaradas presos, passando até pelos danos causados pela ação de traidores. Em 1951, surge uma nova campanha por *“500 contos de subscrição extraordinária”*, que é justificada com as consequências de falhas graves do dever dos militantes em condições de clandestinidade:

(...)“a ignóbil traição de Mário Mesquita agravou a situação conspirativa e financeira do Partido. A PIDE procura aproveitar-se desta traição para atingir os quadros mais qualificados do Partido e particularmente o seu Comité Central(...)A situação exige que cada militante e cada simpatizante tenha uma iniciativa para a campanha de 500 contos (...)

Simultaneamente, decorria a angariação de fundos *“Para a libertação de Álvaro Cunhal”*, que em Setembro de 1951, como dava conta o *Avante!*, somava 42.900\$00. Quase uma década mais tarde, em 1960, seria lançada nova campanha, na edição nº286, de Fevereiro, *“da conquista da liberdade em homenagem aos 10 camaradas fugidos da prisão”*, numa referência à fuga do forte de Peniche de Álvaro Cunhal e mais nove outros presos, a 3 de Janeiro desse ano.

Estes dois exemplos de fundamentos para apelar ao reforço das contribuições revelam as duas faces da mesma moeda com que são tratados publicamente os militantes, os traidores e os heróis, questão a se que voltará adiante.

A preocupação com o financiamento, tanto do partido como da Imprensa clandestina, levou à utilização de meios engenhosos para angariar mais receitas com a venda do *Avante!*, que na época tinha um preço de capa fixado em 1\$00. Em Julho de

1953, na habitual rubrica/apelo *“O Avante! não deve ser destruído”*, é explicado o processo que deve ser utilizado pelos leitores do jornal:

“Uma vez lido e estudado deve ser passado a um trabalhador honesto, de forma directa ou indirecta. Se for de forma directa, apesar de já pago pelo primeiro leitor, deve ser pedido de novo o seu pagamento. O dinheiro assim arranjado deve ser enviado para ser publicado numa rubrica de ‘Amigos do Avante!’(...) A voz do Partido deve chegar a todo o lado (...).”

Nova campanha extraordinária de angariação de fundos surge no início de 1958, desta vez o objectivo é já fixado em 1000 contos, mas, em Setembro, o Avante! admitia que a *“subscrição teve uma realização muito reduzida”*, razão pela qual teria que prosseguir. Neste período, no final dos anos 50, os apelos à contribuição monetária para o partido é intensa, com o Avante! a publicar apelos sucessivos, a par da divulgação, em separatas, das listas de todas as contribuições: *“Ajudando o Partido, ajudais a construir o futuro luminoso da Pátria”*.

Já em 1963, em plena nova campanha pela angariação de mil contos, os apelos à participação passaram a ter um tom imperativo com a frase: *“Campanha dos 1000 contos, uma tarefa a cumprir”*.

As campanhas foram intensificadas no final da década de 60, com apelos directos a uma maior iniciativa dos militantes, como é expresso em Janeiro de 1968, com a diretiva: *“Reforcemos a iniciativa dos militantes”* e na edição seguinte, ao ser publicada uma nota da comissão executiva do PCP que *“exorta os militantes a desenvolver o seu espírito de iniciativa” para a recolha de fundos*.

A venda da Imprensa clandestina era uma das fontes de receita do partido, mas, como refere João Madeira²⁹, *“Na estrutura das receitas do PCP, a venda da imprensa constituía um capítulo com um peso quantitativo relativamente secundário, embora revestido de dimensão simbólica importante, pois apenas uma pequena parte dos exemplares distribuídos era efectivamente paga. Em 1956, por exemplo, apenas teria sido paga 39% da imprensa distribuída”*. Decorre deste facto o lançamento de

²⁹ Madeira, pp.705-707.

campanhas sucessivas de recolhas de fundos, como reforça o autor: *“É junto das orlas de simpatizantes e amigos, em receitas extraordinárias provenientes de legados ou de donativos, como das múltiplas iniciativas tomadas na base do partido que radicava o essencial das receitas, fontes a que se poderia recorrer, mesmo em situações de maior dificuldade orgânica. No período entre 1949 e 1965, o PCP recorreu ainda, por três vezes, a campanhas centrais de recolha de fundos.”*

Já no final dos anos 60 e princípio da década seguinte, o partido foi obrigado a reconfigurar-se num quadro de cisões internas, em particular a que foi protagonizada por Francisco Martins Rodrigues como reflexo do cisma sino-soviético, a afinar uma estratégia em relação à guerra colonial, ou a controlar os danos de uma contestação social e estudantil ao regime, cuja organização lhe escapou. Além disso, neste novo quadro, as ações armadas não estavam excluídas e a A.R.A (Acção Revolucionária Armada) foi constituída, embora *“autónoma do ponto de vista orgânico e tanto quanto possível estanque da organização do partido, para evitar que as prisões neste atingissem aquela”*³⁰. E para novos desafios, mais meios financeiros eram necessários para manter oleada a máquina clandestina. Mais uma vez, e sempre, o *Avante!* abria as suas páginas a apelos a novas subscrições de militantes e simpatizantes. Logo na edição de Outubro/Novembro de 1968 lê-se:

(...)“para poder realizar as grandes tarefas políticas, orgânicas e de propaganda e agitação que lhe incumbem, o Partido precisa de aumentar as suas receitas de maneira substancial e regular”.

Dois anos mais tarde, em Dezembro de 1970, é lançada uma campanha de fundos para o 50º aniversário do partido e em Agosto do ano seguinte o pretexto para nova campanha é a celebração dos 40 anos do *Avante!*

4. Leitor/correspondente

4.1”Manda-nos notícias”

³⁰ Raimundo Narciso, *A.R.A. Acção Revolucionária Armada - a História Secreta Do Braço Armado Do PCP* (Dom Quixote, 2000)p.19.

A ligação direta entre leitor/jornal, que corresponde a anti-fascista-militante/partido, expressa-se também em apelos recorrentes à participação dos leitores no conteúdo do *Avante!*. Ainda antes de ter sido criada, no ano de 1954, a *“Tribuna do Leitor”*, já se publicavam textos como o que vimos na 2ª quinzena de Junho de 1942, intitulado *“Leitor! colabora no Avante!”*:

“Manda-nos notícias da situação dos trabalhadores, de casos de exploração e violência fascistas, de manejos quinta-colunistas, de exportações para o Eixo. Manda-nos notícias de todos os casos de lutas populares que conheças, de movimentos reivindicativos e progressistas”.

Ao anunciar a *Tribuna do Leitor*, em Junho de 1954, explicava:

(...)“para se ligar cada vez mais ao povo, o Avante! precisa da colaboração dos seus leitores. O Avante! é um jornal de todos os portugueses e a eles está aberta esta secção”.

A *Tribuna do Leitor* torna-se regular, surgindo com ela mais sinais do alargamento do espectro de leitores. Os casos, genericamente de denúncia de más condições de trabalho ou de perseguição policial, são subscritos por *“um operário”*, *“um estudante”*, *“uma operária”*, *“um professor”*, *“um alentejano”*, *“um ferroviário”*, *“uma mãe”*, revelando diferentes condições e origens sociais por parte de quem colabora com o jornal e a quem se dirige a mensagem.

4.2 “Este Avante! é precioso”

A exaltação da importância do *Avante!* como um elemento central da ação do PCP está patente ao longo de toda a vida clandestina do jornal e do partido. Como se realça na 1ª quinzena de Agosto de 1942, no qual se assinala o segundo aniversário da publicação regular do jornal.

(...)“Se outra prova não houvesse da vitalidade do Partido após a sua reorganização, a publicação regular do Avante! durante dois anos, dos quais doze meses quinzenal, o seu papel orientador e guia de massas, bastava para prová-lo.(...) O Avante! é o único órgão livre da Imprensa de Portugal. É o único jornal ilegal do nosso país(...) O Avante! é conhecido e

amado pelas massas trabalhadoras e pelo povo em geral, porque ele é o seu guia, porque ele é a sua própria voz. (...)

Num registo que volta a resvalar para a literatura, a edição nº121, de Agosto de 1948, quando se assinalam os sete anos de publicação contínua do *Avante!*, o exemplo volta a ser usado para exaltar o órgão central do partido, no texto intitulado, “*QUEM VIVE E SENTE CONSEGUE*”:

“Um casal de velhinhos. Ele, com 80 anos, vê mal. A companheira, com 70 anos, copia à mão o Avante! Para o companheiro poder ler. Mas como também já não vê muito bem, pede a um camarada que lhe explique certas passagens dos artigos, para ela poder fazer a cópia. Sem comentários.”

Se nas páginas do jornal a exaltação da importância do *Avante!* é frequente, sob diversas formas, na literatura esteve também presente, nomeadamente na obra de Soeiro Pereira Gomes, como ilustra a passagem conto “*Refúgio Perdido*”³¹ de Novembro de 1948) dedicado “Ao camarada João (pseudónimo de Dias Lourenço) que inspirou este conto”: “*Já o suor lhe escorria pelas faces; os sapatos apertavam-lhe os pés, como tenazes; e uma dor aguda fixara-se-lhe nos quadris: mas cerrava os dentes, numa determinação de todo o seu ser. ‘Não largarei a mala! Hei-de entregar os jornais que os companheiros me confiaram!’”(...)“Aconchegou ao pescoço a gola do casaco; a mala serviu-lhe de travesseiro. ‘Ora, que lhe importava a fome? Entregaria os jornais na hora do recurso; levava ao fim a sua tarefa. E um dia...uma certa manhã de sol radioso...sim, de sol...Ah!’*”

Além de correspondente e colaborador, o leitor do *Avante!* tem também a responsabilidade de divulgar, não apenas o objecto jornal, mas o seu conteúdo, a mensagem comunista. Na segunda quinzena de Janeiro de 1944, está bem explícita a intenção do *Avante!* de promover a agitação de massas:

“Camarada: Este Avante! que te foi parar às mãos é precioso. Não o destruas. Fá-lo chegar pelo processo melhor a outro trabalhador honesto ou manda-lhe pelo correio. O teu dever é fazeres tudo para ajudares a missão do

³¹ Soeiro Pereira Gomes, *Contos Vermelhos E Outros Escritos* (Edições Avante!, 1979).

nosso Avante! que é o único jornal livre e o guia do povo português na sua luta pelo Pão, pela Liberdade e pela Independência. Camarada: O Avante! não é para ler uma só vez. Procura fixar os seus ensinamentos e fala deles aos teus amigos e conhecidos, embora sem dizer onde os foste encontrar. Procura, assim, tornar-te um intermediário activo entre o Avante! e as massas, entre o Avante! E o Povo. Não poderás tu, no teu sector do trabalho ou na tua terra, levar as massas a movimentos de reivindicação?”

5. Críticas e correções

5.1 “Desleixo”

Ao falar diretamente com os leitores, o *Avante!* torna-se também um veículo de advertência e de crítica aos militantes. A par de uma campanha para a periodicidade da publicação passar de mensal para quinzenal, a que corresponde um aumento do preço de capa, bem como alterações gráficas no sentido da redução do cabeçalho, o que permite uma valorização do espaço útil no corpo do jornal para notícias, é publicada, na edição de Abril de 1942, uma resolução da direção do partido criticando “o desleixo dos encarregados da difusão” do *Avante!*.

Posteriormente, as críticas passaram a ser mais políticas e integraram-se na reorientação do rumo do partido. Falamos do início dos anos 60, quando Cunhal, já depois da fuga do forte de Peniche, se torna formalmente secretário-geral e empreende a luta contra “o desvio de direita”, afastando os dirigentes e “corrigindo” a linha política protagonizada por Júlio Fogaça, baseada na teoria da “transição pacífica”. Logo no início da investida de Cunhal, o *Avante!* foi protagonista, ao ter sido alvo de ataque por não ter noticiado com o devido destaque a aparatosa fuga de Peniche. Como relata José Pacheco Pereira, a edição datada de Dezembro 1959 noticiava a fuga de 3 de Janeiro na primeira página com o título “*Treze presos políticos reconquistam a liberdade*”, sem destacar a importância desses presos no aparelho do partido. A edição foi suspensa e acabaria por sair uma outra já datada de janeiro de 1960, na qual, citando um comunicado do Secretariado de Comité Central, se individualiza, em título,

o nome de cada um dos treze fugitivos³². Esse número, do *Avante!*, datado de dezembro de 1959, não existe digitalizado na página electrónica do PCP, onde está disponível a coleção completa do *Avante!* clandestino.

5.2 Autocrítica

A correção da linha editorial do *Avante!* acompanhou o caminho percorrido na orientação do partido. Mas notava-se alguma resistência aos novos tempos. Sinal disso está na edição de Julho de 1961, com a publicação na primeira página de uma nota da Comissão Política sobre as opções editoriais expressas no jornal: *“A Comissão Política do Comité Central Verifica que o Avante! não tem traduzido com suficiente rigor as decisões dos órgãos centrais do Partido (...)”*.

A crítica incidia sobre a forma como haviam sido noticiadas as duas últimas reuniões do CC, de Dezembro de 1960 e Março de 1961, nas quais fora contestada a tendência interna reputada de “anarco-liberal” e lançada a estratégia do “levantamento nacional” com vista ao derrube do fascismo. A nota conclui:

“Estas e outras deficiências do Avante! resultam em certa medida da desatenção de camaradas do corpo redactorial pelas directrizes e recomendações do próprio Comité Central, da Comissão Política e do Secretariado. Para que o Avante! possa cumprir a sua missão é necessário que seja assegurada a direcção política do Avante! de forma a que corresponde às directrizes do CC, da sua Comissão Política e do seu Secretariado. O estímulo a uma maior iniciativa do corpo redactorial deve ser acompanhado de uma maior centralização da direcção política. Para assegurar que isso seja feito, a Comissão Política e o Secretariado do CC tomará as necessárias medidas praticas de organização e de quadros”.

Já em 1964, o *Avante!* volta a publicar críticas aos seus textos. Sob o título *“Um erro de orientação”*, é publicado na edição especial sobre o 1º de Maio, um texto no

³² José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política, O Secretário-Geral (1960-1968)* (Temas e Debates/Circulo de Leitores, 2015) pp30-33.

qual se assume terem sido cometidos “*alguns erros de orientação esquerdistas*”, que tiveram “*expressão mais saliente nalguns documentos publicados, manifestos e tarjetas*”. O texto, que se reporta ao uso de explosivos nas manifestações do 1º de Maio, termina com a auto-crítica do jornal: “*Este desvio apareceu mesmo reflectido no Avante!, no artigo de Março sobre o 1º de Maio*”.

O episódio revela a existência da discussão interna sobre a opção da violência como auto-defesa perante as cargas policiais. Citando o nº127 da III série d’ *O Militante*, no qual se escreve que, “*na fase actual da Revolução, as manifestações de massas continuarão a caracterizar-se como manifestações essencialmente pacíficas, tirando daí toda sua força face ao regime salazarista*”, João Madeira interpreta a autocrítica incluída nas páginas do *Avante!* como uma tentativa dos dirigentes do partido de “*repor a questão da violência no seu devido lugar*”.

Mas, em Maio de 1965, o jornal volta a ser obrigado a publicar um texto, desta vez muito crítico ao seu próprio trabalho:

“O Avante desde há muito não corresponde à responsabilidade do seu papel. O Avante não traduz com correcção a linha política e táctica do Partido, acusa frequentes vacilações políticas e desvios dessa linha, não aborda muitos dos mais importantes problemas políticos nacionais, falta-lhe continuidade dum pensamento político, deixa escapar ou não destaca muitos acontecimentos da maior importância, não valoriza devidamente as lutas de massas, não as integra na perspectiva revolucionária nem tira as suas experiências fundamentais. Esta constatação feita em Janeiro de 1965, na reunião do Comité Central, no seguimento de outras feitas nas anteriores reuniões do CC, levam o Comité Central a declarar ser urgente fazer uma rectificação que, apesar e alguns passos significativos já dados, está longe de ser alcançada. (...)”.

A crítica surge na sequência da preparação do VI Congresso, que se realizaria em Setembro na União Soviética, que aprova o “*Rumo à Vitória*”, o relatório de Álvaro Cunhal, no qual se aprofunda e consolida a estratégia de combate ao “*desvio de direita*”.

Com os exemplos acima citados, fica claro que o órgão oficial do PCP está obrigado à sua autocrítica, à semelhança do que é exigido aos militantes. Afinal, o *Avante!* vê-se a si próprio como membro de um colectivo, que é do partido.

Da análise da forma como olha para a sua função no quadro da militância antifascista e como fala de si próprio e das condições em que é produzido, pode sintetizar-se, como já foi referido anteriormente, que o *Avante!* se identifica e se assume como um corpo vivo, quase humanizado, fazendo parte integrante dessa tal comunidade imaginada e sendo, simultaneamente, o elemento aglutinador que transmite a ideia de pertença ao grupo e torna possível a própria comunidade.

PARTE II — Ajustes de contas

1. A reorganização e os dois *Avante!*

1.1 Crítica aos “*confucionistas*”

O *Avante!* está no cerne da grande mudança organizativa da estrutura do PCP, com a chamada reorganização de 1941, que seria a base do partido que viria a tornar-se hegemónico no conjunto dos movimentos de resistência e de oposição à ditadura. O órgão oficial do partido passa a ter publicação regular e é, como veremos neste capítulo, simultaneamente, um instrumento estratégico de consolidação da nova fase da vida do partido e uma peça essencial nas depurações ideológicas que irão sendo executadas até ao final da ditadura, em 1974. Ao longo desses 33 anos, são vários e diversamente direccionados os ajustes de contas, internos e externos, identificados nos textos analisados.

Com a reorganização, como Dawn Linda Raby acentua, a mudança no partido é profunda e evidencia a preocupação em criar uma verdadeira rede clandestina: *“Nos anos 30 as células do Partido eram frequentemente organizadas por ruas ou bairros e as reuniões realizavam-se igualmente em ruas ou praças; a partir de 1941 constituíram-se células de fábrica ou de empresa as reuniões eram limitadas ao mínimo, preferindo-se os contactos individuais, que despertavam menos suspeitas. Generalizou-se o uso de pseudónimos e os membros das células não podiam saber o verdadeiros nome, profissão ou morada do seu 'controleiro'. Os novos contactos faziam-se sempre através de santo-e-senha e a falta de qualquer contacto previsto era imediatamente comunicada às hierarquias partidárias. A maioria dos documentos eram em código e os ficheiros, com excepção do Comité Central, reduzidos o mínimo; aos funcionários era expressamente proibido frequentar cinemas, restaurante ou outros locais de diversão e muitas vezes viviam em condições de grande isolamento, excepto nos momentos em que se encontravam envolvidos em ações de massas”*.³³

³³ Dawn Linda Raby, *A Resistência Antifascista Em Portugal: Comunistas, Democratas E Militares Em Oposição a Salazar, 1941-1974* (Salamandra, 1990), p.60.

A nova estrutura viria a dar frutos rapidamente e quatro anos depois o partido era já uma força incontornável na Oposição. *“Por volta de 1945, o PCP surgia como uma autêntica alternativa revolucionária, dominando o movimento de massas e constituindo uma séria ameaça à sobrevivência do fascismo: gozava de respeito entre largos círculos intelectuais e das classes médias, sendo ao mesmo tempo claramente dominante no movimento operário. Conservou a sua hegemonia até à revolução de Abril de 1974, muito embora tivesse passado por várias crises orgânicas em 1949-51, 1958-60 e 1962-65, e a sua posição como líder do processo revolucionário tivesse sido posta em causa sobretudo a partir de 1958.”*³⁴

Houve, no entanto, resistência à mudança e a consequente luta pela hegemonia por parte dos novos dirigentes. Nos primeiros anos da publicação regular do *Avante!*, os efeitos da reorganização estão bem patentes nas páginas do jornal, com o grupo vitorioso a criticar o “grupelho” em vias de ser vencido.

É, assim, num clima de ajuste de contas que é lançada a VI série do *Avante!*, em Agosto de 1941. Logo no primeiro número, é publicado um comunicado do Comité Central a pôr os pontos nos iis:

“Prevenção. Ao terem conhecimentos da saída do Avante!, um grupelho de intelectuais corrompidos que foram escorraçados da direcção do P. por serem os principais responsáveis do descalabro a que tinha chegado antes da sua reorganização, resolveram enveredar pela provocação aberta e clara fazendo sair alguns dias antes do órgão central do nosso Partido, umas folhas copiografadas a que deram o título de ‘Avante!’ Quanto mais não fosse, bastava esta atitude para os denunciar perante os trabalhadores portugueses como elementos confucionistas e saboteadores do trabalho partidário. Por saberem que ‘Em Frente’ já não merecia a confiança dos trabalhadores, e que o Avante! era ansiosamente esperado por todos os anti-fascistas, este grupelho de provocadores resolveu estabelecer a confusão no meio revolucionário para assim mais facilmente ‘pescar nas águas turvas’. (...) Ainda não nos chegou às mãos esse falso Avante mas

³⁴ Raby, p.51.

consta-nos que nele se fazem afirmações destituídas de todo e qualquer fundamento. Por exemplo: diz-se que os actuais dirigentes do Partido não foram aceites pelo pseudo partido dos provocadores. É ABSOLUTAMENTE FALSO! OS ACTUAIS DIRIGENTES E REORGANIZADORES DO P. NUNCA QUISERAM NADA COM ESSES ELEMENTOS! SÓ LHE FIZERAM SABER QUE OS CONSIDERAVAM AFASTADOS DO P. E QUE OS TORNAVAM INDIVIDUALMENTE RESPONSÁVEIS POR TODA E QUALQUER ACTIVIDADE PROVOCATÓRIA DENTRO DO PARTIDO. Tiveram a ousadia de invocar o nome de dois dos mais prestigiosos elementos do Partido, Bento Gonçalves e José de Sousa, para se inculcarem como merecedores da confiança destes elementos, que, estando presos, não podem publicamente denuncia-los como provocadores e marcar-lhes o correctivo merecido. No próximo número do Avante! desmascararemos mais detalhadamente a acção provocatória destes elementos e as suas ligações com agentes ao serviço da polícia. Por agora queremos somente prevenir a classe operária e todos os revolucionários conscientes, contra os manejos confucionistas deste grupelho, e dos perigos que poderão trazer para a liberdade dos que o seguirem.”

É reconhecido como essencial para a afirmação dos reorganizadores do partido a separação das águas para limitar os danos na militância comunista dos dois Avante!. Como se lê no nº2, de Setembro de 1941:

“Do confuncionismo à provocação clara. (...)Um grupelho de pseudo-intelectuais escorraçados da organização, pretende fazer-se passar pelo P. e publica umas folhas copiografadas a que deu o título do nosso órgão central”.

Como enquadra o historiador João Madeira, “entre 1941 e 1945, a existência de dois Partidos Comunistas em Portugal, faz com que um deles, o que se representava a continuidade organizativa, mas que viria a ser designado de “grupelho provocatório” pelo grupo dos reorganizadores, editasse duas novas séries com um total de 20

números.”³⁵

É ainda Madeira quem cita António Dias Lourenço, para contar que “os reorganizadores sabiam que os do velho partido ‘tinham escondido a aparelhagem técnica numa casa e o partido organizou o assalto a essa casa e levou-se a aparelhagem toda. Levou-se os tipos e os prelos, num táxi do Pires Jorge’. O que permitiria assegurar a partir de Agosto de 1941 a publicação de uma VI série do *Avante!*”³⁶.

Também o historiador José Pacheco Pereira sublinha a utilização do título como arma de ambos os lados da contenda interna no partido, ao lembrar que “a retomada da publicação pela Direcção do *Avante!* em Agosto de 1941 formalizou a divisão. Os ‘reorganizadores’ tinham usado a questão do jornal do partido como instrumentos para isolar (Vasco de) Carvalho, associando-o com o *Em Frente!*. O *Avante!*, duramente atingido pelas quedas das tipografias de 1938-39, não se publicava já há mais de um ano, e o seu substituto *Em Frente!* nunca se implantou no imaginário comunista, pelo carácter precário da sua redacção e periodicidade irregular. Os ‘reorganizadores’ tomavam o abandono do título *Avante!* como um sintoma demissionário da Direcção. (...) A Direcção, consciente de que o jornal era fonte de controvérsia e sabendo pelo anúncio do Militante que os ‘reorganizadores’ se preparavam para editar o *Avante!*, resolve antecipar-se e publicar de novo um jornal com esse título. Assim, em 1941, são publicados dois *Avante!* distintos e um órgão teórico dos ‘reorganizadores’ com o nome de *Militante*. A decisão de publicar ou republicar o *Avante!* não teve outro motivo próximo que não fosse o combate pela legitimidade partidária. Não havia inclusivamente, por parte da Direcção uma decisão de terminar o *em Frente!* e do fazer substituir pelo *Avante!*”.

Entre as críticas ao abandono do título *Avante!*, houve um assunto nunca abordado na nova série, que foi o comprometimento de Álvaro Cunhal no lançamento do “*Em Frente*”. O tema é tratado pelos historiadores Fernando Rosas, João Madeira e José Pacheco Pereira, ao salientarem a adesão tardia de Cunhal à linha vencedora

³⁵ João Manuel Martins Madeira.,p.664.

³⁶ Madeira,p.665.

que, na prática, iria liderar. Rosas sustenta que *“Cunhal é inicialmente marginalizado neste processo (até pelas ligações que tivera à direcção sob ataque) e é chamado ao Secretariado do PCP em 1942, altura em que Fogaça volta a ser preso e é preciso encontrara alguém com arcaboço intelectual e teórico para o substituir nas tarefas de direcção ideológica que desempenhava”*. Essa chegada extemporânea não invalida, como acentua Rosas, que Cunhal se torne *“rapidamente o indiscutível dirigente fáctico do PCP”*³⁷.

Numa primeira fase, como refere Madeira, Cunhal, ao aderir só em 1941 ao *“novo partido”*, terá gerado *“alguma desconfiança em relação a si, da parte dos que saíam das prisões, pois Cunhal pertencera a um dos últimos secretariados do partido e fora um dos mentores e principais redactores do Em Frente!”*³⁸

Já Pacheco Pereira aprofunda a ligação de Cunhal à direcção do antigo partido e ao novo jornal e escrever que uma das primeiras decisões do Secretariado do PCP *“foi a substituição provisória do Avante! por um novo jornal, o Em Frente!. Foi em grande parte por iniciativa de sugestão de Álvaro Cunhal que este foi fundado. Cunhal entendia que, não havendo condições para montar uma tipografia ‘digna’ para tirar o Avante!, o órgão do partido deveria ter outro nome. Havia, aliás, um precedente no ano anterior, quando as dificuldades de fazer sair o Avante! levaram à edição do Notícias Vermelhas.”*³⁹

Esta citação de Pacheco Pereira revela, não só o envolvimento de Cunhal na publicação que substituiu o *Avante!*, mas, acima de tudo, a consciência do dirigente da importância do título, que deveria manter-se sem a mácula das divisões internas e das fragilidades organizativas pelas quais o partido passava. Mais do que um órgão central do partido, o *Avante!* carrega uma carga simbólica, que viria a reforçar-se ao longo de todo o período da clandestinidade.

Com a consolidação da linha da reorganização é reforçada a consciência da

³⁷ José Neves (coord.), *Álvaro Cunhal - Política, História E Estética* (Tinta da China), p.45.

³⁸ João Manuel Martins Madeira, p.89.

³⁹ José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política, «Daniel», O Jovem Revolucionário (1913-1941)* (Círculo dos Leitores, 1999), p.435.

necessidade de manter forte o órgão central do partido. Consequentemente, nas investidas da ditadura contra o PCP, a importância do *Avante!* é reconhecida pelas polícias ao ponto de ter sido criado um jornal destinado a combatê-lo. Uma referência a esse periódico é feita por José Pacheco Pereira: *“O Contra-Avante (1942) é uma publicação destinada a contrariar a crescente influência do PCP e do Avante! através de um simulacro de um jornal em tudo semelhante ao original clandestino. Nos seus primeiros números o aspecto era ainda distinto, pelo que não se pode falar de um falso Avante!, como acontece com os exemplares posteriores ao número 3 (ou incluindo o número 3, que não possuo na colecção). Os números 4 e 5 podem por isso ser considerados falsos Avante!, como outros números que vieram a ser publicados mais tarde ou pela PIDE ou pela Legião Portuguesa. O cabeçalho do Contra-Avante é uma imitação do usado pelo Avante! da “reorganização” e é distinto do usado pelo chamado “grupelho” que, na mesma altura, reivindicava a legitimidade de direcção do PCP. O facto da cópia ser feita do cabeçalho da “reorganização” pode revelar o seu maior impacto nos meios operários. O jornal era assinado inicialmente por “um grupo de operários” e mais tarde apresentava-se como “Órgão Central do Operariado Nacionalista Português”. Embora se desconheça quem o produziu, é possível que a sua origem esteja na Legião Portuguesa. Não conheço números posteriores a 1942.”*⁴⁰

1.2 “Irradiação” dos “provocadores”

Logo em 1941, surgem notícias das expulsões, designadas por *“irradiações”*, um termo cujo significado (irradiar=difundir) está nos antípodas de ser um sinónimo do ato de expulsar. Mais apropriado seria o uso do substantivo *“erradicações”*, mas o erro persiste e, tanto no *Avante!* como no jornal *O Militante*⁴¹, são publicados textos que, tendo *“irradiações”* no título, remetem para as expulsões.

É no nº3, de Outubro de 1941 que o *Avante!* nomeia os militantes afastados por *“actividade desagregadora e provocatória”*:

*“Irradiações. O Partido publica as irradiações dos seguintes indivíduos:
Vasco de Carvalho (engenheiros auxiliar) sancionado em 1939 por falta de*

⁴⁰ In EPHEMERA (Biblioteca e arquivo de José Pacheco Pereira), 10 de Junho de 2009.

⁴¹ *O Militante*, nº11, série III, consultado em www.pcp.pt/o-militante-clandestino.

actividades revolucionárias; irradiado por actividade desagregadora e provocatória. Cansado Gonçalves (eis estudante universitário sancionado como desagregador em 1953; afastado e 1939 (?) por gastos indevidos e falta de confiança: irradiado por actividade desagregadora e provocatória. Sacavém (empregado bancário) irradiado por actividade desagregadora e provocatória. Carlos (?) Portugal (arsenalista) afastado desde 1935; irradiado por actividade desagregadora e provocatória. Fernando Correia (engenheiro auxiliar) sancionado pelo seu mau comportamento na polícia em 1937; irradiado por actividade desagregadora e provocatória. Prevenimos que alguns outros indivíduos que foram irradiados ou afastados do P. em épocas diversas, se encontram mais ou menos ligados à actividade destes indivíduos, cuja identidade em tempo oportuno tornaremos pública.”⁴²

Como sublinha João Madeira, os militantes expulsos são “*nem mais nem menos do que a direcção do velho partido*”⁴³, excluindo obviamente Álvaro Cunhal, cuja participação num dos últimos secretariados anteriores à reorganização nunca é mencionada.

A purga, que se vai prolongar no tempo, cria dimensões consideráveis e tem ampla expressão pública, como se pode ler no nº5 de Dezembro de 1941, sob o título “*Aviso Importante*”:

“(...)Todo o camarada que depois de esclarecido sobre a verdadeira situação do Partido continue a manter relações com esses indivíduos e difunda o falso Avante, faz conscientemente uma trabalho desagregador e provocatório e será considerado como tal. Comunicamos que se juntou recentemente a este grupo o médico Vitor Hugo Velez Grilo que foi irradiado do Partido em 1935 pelo S.C., como trotskista e desagregador e que se pretende agora apresentar junto dos operários do Barreiro, como reorganizador do P.(do seu partido) para assim dar largas à sua

⁴² Os pontos de interrogação são parte integrante do texto impresso.

⁴³ João Manuel Martins Madeira, p.90.

incomensurável vaidade e espírito de chicana.(...)Por isso, todo o camarada deve estar em guarda contra a acção desses miseráveis desmascarando-os publicamente onde actuem”.

Na mesma edição há ainda um outro pequeno, intitulado “À Organização” revelador do ambiente de suspeita, boatos e perseguição que se vive no partido, com estruturas ainda não “reorganizadas”.

“Tendo sido levantada, infundadamente, por um camarada do Local do Porto a suspeita sobre o B.do D., quanto à sua actuação, temos a informar que estes camaradas merecem a nossa íntima confiança e todos os assuntos da Região devem ser tratados com eles.”

Os textos publicados no *Avante!*, ao usarem termos identificadores concretos, revelam uma orientação política que visa apontar pessoalmente cada um dos membros comprometidos com a linha derrotada. Essa nota de fulanização das notícias não surge apenas nesta fase de purga. Ela é uma constante em toda VI série analisada neste trabalho e é através dela que são denegridos os atos dos “provocadores” e “traidores” e exaltadas as ações heroicas e exemplares dos “filhos do povo”.

1.3 Contra “o grupelho provocatório”

Ao longo do segundo semestre de 1942, tempo de uma intensa atividade da polícia política contra o PCP, é alimentada uma campanha, simultaneamente, de defesa da organização clandestina e de ataque interno aos vencidos da reorganização. Na 2ª quinzena de Setembro, é publicado o seguinte “Aviso a toda a organização”:

“Depois de uma inacção dalguns meses, chegou ao nosso conhecimento que o grupo provocatório recruscedeu a sua actividade neste últimos dias, pois têm andado a abordar alguns elementos, seus antigos conhecidos, para fazer parte da reorganização do ‘seu partido’.(...)O recrudescimento do grupelho provocatório é, pois, uma nova tentativa para atingir o Partido nos seus quadros. Para isso ele está mobilizando todos os elementos corruptos que passaram pelo Partido ou que gravitaram à sua volta e que lhe podem fornecer alguns elementos para a sua acção. Contra esta nova

investida da polícia através do grupo provocatório, deve estar em guarda todo o Partido, e para impõe-se as seguintes medidas:

1º - Toda a acção dos elementos provocadores e das pessoas ligadas a eles deve ser imediatamente comunicada aos organismos centrais do Partido.

2º - Nenhum elemento deve discutir fora da organização a que pertence assuntos que se relacionem com a vida do Partido; todo aquele que o fizer deve ser imediatamente irradiado das suas fileiras;

3º - Todo o elemento que viva na legalidade e de que os elementos do grupo provocatório tenham conhecimento da sua actividade, deve ser afastado dessa actividade;

4º - A todos os elementos honestos nós devemos fazer chegar ao seu conhecimento (tomando as precauções necessárias) o que aqui relatamos para seu inteiro esclarecimento, pois eles podem, devido á sua ignorância, prestar serviço ao grupo;

5º - Todo o elemento que não cumpra estas disposições deve ser afastado do Partido.

Com uma vigilância e uma disciplina bolcheviques, nós conseguiremos limpar as fileiras do Partido, de todos os elementos vacilantes e corruptos, couraçando-o contra as novas investidas da polícia”.

A relação direta entre a atividade do “grupelho” e a vaga de prisões que ocorre nesses meses é enfatizada bastas vezes pelos “reorganizadores” nas páginas do *Avante!*. Na edição datada da 2ª quinzena de Outubro, pode ler-se na 3ª página, um texto com o título “Nova ofensiva policial”:

“A política lançou uma nova e violenta ofensiva contra o Partido, procurando atingi-lo nos seus quadros militantes. O que tornou possível esta ofensiva? Quem deu a conhecer à polícia os nomes dalguns militantes do Partido? Essa foi uma tarefa que coube ao grupelho de provocadores. Em toda a parte falavam nos nomes dos camaradas de simpatizantes que eles julgavam estar em actividade. O grupelho foi para a polícia um fonte de informação acerca de camaradas do Partido. Dos camaradas agora

presos, alguns foram perseguidos pela polícia em resultado das denúncias do grupelho.

As prisões a que se refere o texto são as de Júlio Fogaça, Pires Jorge, Pedro Soares e Dalila Fonseca.

Já na 2ª quinzena de Novembro, é denunciada com todas as letras a ligação à polícia de um dos elementos do “grupelho”:

“Sabino da Silva é um dos elementos activos do desintegrado grupelho de provocadores (...) é um dos que mais intensamente espalha as calúnias lançadas pelo grupelho contra o Partido e contra os camaradas do Partido.(...) segundo informação e boa fonte, Sabino, em 1932 e 1933, na qualidade de polícia auxiliar no Rio de Janeiro, fez parte da Brigada Auxiliar da 4ª Delegacia de repressão ao comunismo”.

No contexto da consolidação da reorganização, na 2ª quinzena de Novembro de 1943, o *Avante!* dá relevo aos trabalhos do III Congresso do PCP, o I ilegal e o primeiro depois da reorganização, que decorreu nesse mês, no Monte do Estoril e no qual Álvaro Cunhal apresentou um informe, proclamando a vitória dos reorganizadores sobre o grupelho. Nessa edição, pode ler-se um relato da intervenção do “camarada Duarte”:

“(...)falou da forma como a reorganização foi feita, do afastamento dos elementos suspeitos e da formação do grupelho anti-partidário de Vasco de Carvalho no qual participaram elementos há muito escoraçados do Partido, como Velez Grilo, Armando Magalhães (Amaral) e outros traidores e provocadores.”

Com este congresso chegava também o momento último da clarificação. Como expressa João Madeira, “o III Congresso ao proclamar a vitória do novo PCP sobre o do Grupelho, reforçava, também por esse meio e da forma como o fazia, a legitimação da nova direcção e do novo partido”⁴⁴

A sanha persecutória sobre quem ficou rotulado de denunciante continua a

⁴⁴ Madeira,p.110.

manifestar-se em cada edição do jornal. Sob o título “*TRAIDORES E PROVOCADORES*”, no nº45, de Dezembro de 1943, o *Avante!* denuncia publicamente três elementos que teriam prestado informações à polícia, mas entre eles é destacado Victor Hugo Velez Grilo, que pertenceu à “velha” direcção do PCP. Na notícia/denúncia são sublinhados “*alguns dos factos mais estacados da sua biografia*”:

“Em 1941, quando da formação do grupelho policial de Vasco de Carvalho & C.ª, Velez Grilo participou na actividade provocatória do grupelho, fazendo-se passar por “Secretário-Geral do Partido” e tendo um papel activo na divulgação de calúnias contra os militantes da Direcção do Partido, na luta contra a reorganização, na denúncia de camaradas responsáveis que tiveram de passar à ilegalidade e em todos os aspectos da actividade provocatória e policial do grupelho”.

Apesar do III Congresso ter consagrado os reorganizadores como vitoriosos, a perseguição pública aos membros do “*grupelho*” prossegue nas páginas do *Avante!* ao longo de toda a década de 40 e perdura pelos anos 50. A purga é determinante para os novos dirigentes se afirmarem e criarem um aparelho organizativo partidário eficaz na resistência. Como está impresso na 1ª quinzena de Julho de 1944: “*Organizar é a decisiva tarefa do momento presente*”.

Na edição seguinte, a nº 58, um texto intitulado “*Defendamos dos polícias e dos provocadores as massas e o partido*” volta a relacionar a atividade do “*grupelho*” com a ação da polícia política:

“A polícia de informações, impotente para impedir os movimentos populares; impotente desde há dois anos, para atingir os quadros centrais e os serviços técnicos do partido, esforçando-se raivosamente para o conseguir continuando, para isso a servir-se dos elementos do Grupelho Provocatório, e a adoptar novos métodos de acção.(..)os elementos provocadores destacam-se no auxílio à polícia e na luta contra o Partido, criando e desenvolvendo junto de alguns trabalhadores e anti-fascistas a desconfiança no Partido, caluniando o Partido e os seus militantes, tudo fazendo no sentido de que os trabalhadores e anti-fascistas

tomem uma atitude de passividade em relação à luta contra o fascismo (...)”

Na 2ª quinzena de Fevereiro de 1945, sob o mesmo título, *“Polícias e provocadores”*, são denunciados agentes e informadores da PIDE, a par de antigos militantes:

“Mário, barbeiro, forte, de óculos. Tem duas barbearias, uma das quais na Rocha de Conde de Óbidos, nº102. É um explorador dos seus empregados, despedindo os meios-oficiais quando teria que os subir de categoria. Este indivíduo diz aos operários dos Estaleiros que não devem fazer greves, que estas só servem para fazer a desgraça dos trabalhadores e incita-os contra ‘aqueles que querem revolucionar o pessoal da empresa’. Este provocador tem íntimas ligações com o médico Velez Grilo, do Grupelho Provocatório”.

Outro dos alvos dos ‘reorganizadores’ foi José de Sousa, antigo dirigente, que, preso no Tarrafal entrou em rota de divergência com Bento Gonçalves, também encarcerado no campo. Sousa, que viria a resistir à “reorganização”, ao lado de Velez Grilo, acabaria por ser expulso do partido em 1942, tendo sido a crítica ao pacto germano-soviético a causa próxima para o seu afastamento. João Madeira, cita a circular do Secretariado do PCP, de Novembro de 1942, na qual é comunicada a expulsão com o argumento de que José de Sousa, *“fora do Partido, acusou os dirigentes soviéticos de traição à classe operária por conduzirem uma política fascista”*⁴⁵.

Quatro anos mais tarde, José de Sousa adere ao Partido Socialista Português, e o *Avante!*, na 2ª quinzena de Abril de 1946, aproveita a ocasião para lançar críticas públicas ao ex-militante comunista:

“Chega ao nosso conhecimento que o sr. José de Sousa, que há um anos foi da direcção do nosso Partido, acaba de pedir a sua admissão ao Partido Socialista Português. (...) O sr. J.S. foi expulso do Partido Comunista Português em 1942, quando se encontrava no Campo do Tarrafal, poe aí

⁴⁵ Madeira,p.123.

levar a cabo uma luta desagregadora e divisionista e ter formado um grupo dissidente contra o Partido”.

O texto termina com uma frase irónica: *“Aos nossos amigos socialistas, (...), desejamos que conquistem um companheiro fiel”.*

O mês de Agosto de 1947 é o momento escolhido para o *Avante!* voltar a criticar o “grupelho”. Fá-lo sob o título, “Agosto de 41- Agosto de 47”, celebrando a entrada no sétimo ano de publicação regular do jornal.

(...)“6 anos passaram sobre a reorganização, ao mesmo tempo que vemos o caminho andando pelo nosso partido e pelo seu jornal, interessa também ver o caminho andado por aqueles que, enquanto no partido, foram uns sabotadores e comodistas, que em 1940-41 tanto se opuseram à reorganização e que, depois, não se cansaram de caluniar para justificarem a sua expulsão das fileiras do partido. Que é feito desses escorraçados? José de Sousa, Grilo, Vasco de Carvalho, Ariosto Mesquita, Cansado Gonçalves, etc, agindo sob a proteção da PIDE e aligados a agentes do imperialismo estrangeiro na formação de uma ‘Partido Socialista legal’ (onde infelizmente se encontram alguns anti-fascistas honrados e iludidos) que outra coisa não é senão a oposição inofensiva que o Governo de Salazar se esforça por criar, como passo para a divisão dos democratas e aniquilamento violento de toda a oposição. Hoje, como há 6 anos, há que continuar a dar combate aos derrotistas e divisionistas, agentes do fascismo no campo anti-fascista”.

Embora já tivesse sido referenciado na edição de Abril-Maio de 1954, num texto centrado em Fernando Piteira Santos⁴⁶, já expulso do partido na sequência da

⁴⁶ “A depuração ocorrida em 1950-1951 abrangia não só aqueles que tinham sido acusados de traição, como Manuel Domingues, mas também vários intelectuais que se dizia terem manifestado tendências “sociais-democratas” ou “titistas”. Ente estes estavam incluídos Mário Soares e Fernando Piteira Santos. (...) o caso de Piteira Santos é mais interessante. Colega de estudo de Álvaro Cunhal, entrou para o PCP no principio da década de 40 e em 1943 passou a fazer parte do Comité Central. Entre outras funções foi encarregado da organização do partido nos meios militares (juntamente com José Magro).(…) quando foi preso em Julho de 1945, Piteira Santos terá aparentemente fornecido abundantes informações à PIDE. Em todo o caso já tinha sido demitido do CC por indisciplina , embora se tivesse mantido no partido até 1950, ano em que foi expulso por novos actos de indisciplina não especificados(…)” Raby,p.129.

depuração dos anos 1950-51, “o provocador Dário Bastos” volta a ser alvo de um “Alerta”, como membro do “grupelho”, em Janeiro de 1955:

“Todos os comunistas, simpatizantes e demais democratas e patriotas devem estar em guarda contra a acção provocadora de Dário Bastos, viajante de artigos de ferragens do Porto. (...) A verdade é que este indivíduo foi escorraçado do Partido Comunista há longos anos como provocador. Em 1940 esteve ligado ao grupelho provocatório do Norte.(...)devemos estar alerta com este provocador escorraçando-o ali onde ele aparecer”.

1.4 O esquerdismo, os corvos e as moscas

Com os anos 60, o início da guerra colonial, os movimentos estudantis autónomos do PCP e o conflito sino-soviético, as cisões são marcadamente ideológicas e irão dar origem a uma divisão profunda à Esquerda. Por um lado, o grupo de Argel, no qual surgirá o embrião do Partido Socialista, fundado em 1973, por outro lado, a corrente de extrema-esquerda que irá desaguar em diversos partidos e movimentos que se manterão ativos após o fim da ditadura. Internamente, no PCP, essas duas linhas são também o que marcará o conflito com o qual a direcção de Cunhal irá ter de se confrontar, à luz do rumo do movimento comunista internacional, repartido entre Moscovo e Pequim. Como sublinha o historiador José Pacheco Pereira, *“o PCP foi apanhado pelo conflito sino-soviético numa momento crítico da sua história: quando, após a fuga de Peniche Álvaro Cunhal, este está a conduzir um processo “de rectificação política contra a direcção de Júlio Fogaça. No debate interno no PCP, em plena revisão da linha do ‘desvio de direita’, que representava sob muitos aspectos a linha de Krutchev após o XX Congresso aplicada a Portugal, a substância essa rectificação colocava, em teoria, o PCP e Cunhal mais próximos das teses chinesas do que da soviéticas. Cunhal tinha assim que, ao mesmo tempo que combatia essa linha em Portugal como ‘desvio de direita’, aprová-la como linha do movimento comunista*

internacional”⁴⁷. Ou seja, o novo rumo do partido passa por estabelecer uma linha central de combate à direita e à esquerda. Como defende Miguel Cardina “Álvaro Cunhal preocupou-se não só em operar a chamada «correção do desvio de direita» como em neutralizar os «desvios de esquerda», que propunham acções armadas contra o regime”⁴⁸. Esse alinhamento ao centro é debatido no âmbito da preparação do V Congresso, ao longo da qual, segundo João Madeira, “há nalgumas intervenções como que uma preocupação centrista, que se revelará dominante, segundo a qual o desvio de direita identificado devia ser combatido, mas também qualquer desvio de esquerda que se quisesse instalar no seu lugar, pois o sectarismo continuava vivo dentro do partido.”⁴⁹

No final dos anos 60, a nova clarificação interna no PCP está concluída, como está também consumada a expulsão do principal rosto do “esquerdismo”, Francisco Martins Rodrigues, que, curiosamente, tinha contribuído de forma determinante na aniquilação do “desvio de direita”, protagonizado por Júlio Fogaça,

Como síntese, Cardina escreve que “Francisco Martins Rodrigues foi o condutor fundamental dessa demarcação, centrada no papel da violência na transformação social, nos contornos de uma política de alianças para o derrube do regime e no alinhamento com a China no conflito que então a opunha à URSS.”⁵⁰

O caso de Martins Rodrigues é exemplar do herói que passa a vilão. Na notícia da fuga de Peniche, é publicado, na primeira quinzena Janeiro de 1960, um comunicado do Secretariado do Comité Central, na qual é exaltada “a coragem e a abnegação” dos “valorosos combatentes de vanguarda”. Entre eles está Francisco Martins Rodrigues. Na edição seguinte, que “rectifica” o tom da notícia, destacando Álvaro Cunhal no título, “O nosso povo saúda a libertação de Álvaro Cunhal e dos seus companheiros”, são relegados para segundo plano os restantes fugitivos, não deixando margem para dúvidas sobre quem é o herói maior.

⁴⁷ José Pacheco Pereira, *O Um Dividiu-Se Em Dois*, ed. by Aletheia, 2008 pp.127-128.

⁴⁸ Miguel Cardina, ‘Margem de Certa Maneira - O Maoísmo Em Portugal: 1964-1974’ (Universidade de Coimbra, 2010)p.48.

⁴⁹ Madeira p.284.

⁵⁰ Cardina, p.6.

Mais tarde, o nome de Francisco Martins Rodrigues seria “apagado” ou incluído no grupo dos provocadores. Domingos Abrantes assume que os dissidentes “*eram provocadores*” e que “*alguns deles, tinham uma problema acrescido, é que como se tinham portado mal na PIDE, arranjavam justificações, em vez de assumirem o seu mau comportamento. A pessoa que está a ser interrogada, falo por experiência própria, nunca perde a noção de onde está, pode estar mais cansado, mas sabe que está em frente à polícia.*”

A opinião manifestada por Domingos Abrantes direciona-se para Martins Rodrigues, que em 1966, vítima da tortura do sono, cedeu nos interrogatórios policiais. (A questão de ‘falar na policia’ será desenvolvida no capítulo 3 da II parte deste trabalho). “*Não me lembro de pensar que estava a trair nem de esboçar qualquer resistência. Respondia à medida que ele me perguntava e adormeci a cada instante (...) Nos quatro dias seguintes, dormi 16 horas por dia; acordava para comer, passeava um pouco pelo gabinete e voltava a adormecer. Estava estupidificado, não me lembro de pensar nada, tinha só reacções animais; comer e dormir. Pelo quinto dia comecei a tomar consciência do que fizera e do rompimento total com a minha vida anterior, mas não o sentia como uma acto cometido por minha vontade, mas como uma coisa horrorosa que me acontecera.*”⁵¹

Em concreto sobre Francisco Martins Rodrigues, Domingues Abrantes fala de um homem e militante que conheceu muito bem, que “*tinha uma inteligência rara com um grau de cultura acima da média pra a origem dele, uma capacidade de trabalho excepcional, mas tinha alguns desequilíbrios psíquicos. Ele, aliás, foi vítima do seu próprio caminho, foi preso porque tinha deitado a mão a um provocador e, depois, tornou-se ele próprio um provocador. Foi seduzido pelo maoismo e pela ideia da revolução já.*”

A depuração ideológica passava pelas páginas do *Avante!*, não só através da publicação de textos que emanavam dos órgãos dirigentes do partido, mas também através de curtos comentários dirigidos tanto à direita como à esquerda, de crítica a posições de outras forças políticas da Oposição. Exemplo dessa expressão editorial era

⁵¹ Francisco Martins Rodrigues, *Os Anos Do Silêncio* (Dinossauro/Abrente Editora, 2008) pp.72-73.

uma coluna intitulada “Pontos Cardeais”, na qual surgiam críticas e comentários a determinadas atitudes e tomadas de posição relacionadas como o PCP. Era também o tempo das “acções especiais”, às quais o PCP se tinha “rendido” após anos de discussão interna e depois de já estarem em atividade grupos radicais que apelavam à luta armada. “O recurso à luta armada, mesmo com amplitude e formas restritas, era nos anos sessenta uma questão muito polémica no PCP.”⁵². A afirmação de Raimundo Narciso, antigo militante comunista e um dos elementos da A.R.A. (Acção Revolucionária Armada) fundamenta esse debate no contexto da guerra fria, no qual Moscovo desaconselhava o envolvimento dos partidos comunistas europeus em lutas armadas. Daí que Narciso considere que Cunhal “tratava a matéria de modo cauteloso” e, embora a decisão da sua criação tenha sido tomada em 1964, a A.R.A. inicia a sua fase operacional em 1970, *“controlada politicamente pelo PCP”, mas “autónoma do ponto de vista orgânico e tanto quanto possível estanque da organização do partido, para evitar que as prisões neste atingissem aquela”*.⁵³

Nesse contexto a rubrica “Pontos Cardeais” funciona como um barómetro do debate sobre as distintas tácticas de luta contra a ditadura entre as diversas forças da Oposição. Na edição de Maio de 1972, pode ler-se um texto, intitulado *“Um comentário”, de crítica aos críticos de uma ação da A.R.A.*

“A acção da ARA contra o quartel general da Iberland teve importante significado político e grande repercussão internacional.(...) Houve porém quem comentasse o facto de maneira diferente. ‘Os estragos insignificantes (diz esse comentário) foram imediatamente reparados (...) De quem é o comentário? Da ‘Época fascista, dirão os leitores. Não acertaram. O comentário foi feito num boletim dos golpistas de Argel.(...)”

O tom usado neste comentário é de crítica direta aos que apoucaram a ação da A.R.A., mas na mesma rubrica dessa edição é publicado um texto cujos destinatários são, tudo indica ‘inimigos internos’, *“Os Corvos”*:

⁵² Narciso. p.18.

⁵³ Narciso, p.19.

“O corvo é um animal covarde. Foge dos vivos e procura apossar-se dos mortos. São muitos os corvos. Corvos de militantes desaparecidos, que não podem levantar-se das campas para os castigar! Corvos dos trabalhos e sacrifícios daqueles que odeiam! É um animal covarde, o corvo.”

Ainda em 1972, mas em Julho, além de nova crítica a quem contestou a ARA, neste caso a RPAC (Resistência Popular Anti-Colonial), apelidada de (Rapazes Portugueses Anti-Comunistas), o alvo é o ‘esquerdismo’.

“A Lógica. O aventureirismo esquerdista está mostrando no mundo ao que conduz a sua lógica, quando passa do verbalismo à acção. Nuns casos (e são os melhores), atentados terroristas que conduzem os seus autores à rápida derrota e liquidação física. Noutros casos, o uso de reféns e a sua execução provocam a condenação e a repulsa das mais amplas massas. Noutros ainda, confundindo-se com banditismo e loucura, execuções sem sentido, como no recente caso registado no Japão. Aqueles que assim agem declararam ser ‘revolucionários’. Desacreditam, no fim de contas, a causa por que dizem bater-se. Em Portugal, até agora, o esquerdismo pouco vai além de palavras exaltadas e campanhas de calúnias contras as forças revolucionarias. Mas as concepções contêm o gérmen dessas tristes histórias que correm mundo. Combatemos o verbalismo. E, se a lógica levar um dia à prática de actos terroristas, que apenas podem servir o fascismo, é de saber de antemão que também os condenaremos”.

As baterias verbais do *Avante!* apontam também para os opositores de direita, para os que dentro do regime ditatorial defendem uma transição pacífica para a democracia. Na edição de Setembro de 1973, lê-se um ataque à ala liberal do marcelismo.

“Por quem? Os liberalizantes vêm do ventre fascista. Seria louvável que, rompendo com o regime, contassem o que lá se passa. Afinal preferem chamara à colaboração maoístas e desagregadores para que deem em público versões caluniosas e pidescas do que se passa... na Oposição. Afinal, senhores, por quem sois e contra quem sois?”

Mas sempre a condenação à linha maoísta do comunismo está presente nas páginas do jornal, com alertas para a profusão de siglas que podem confundir os cidadãos com fraca formação política. Em Novembro de 1973, o seguinte texto é ilustrativo dessa preocupação, que viria a aumentar nos primeiros anos da democracia. O PCP deixava de ser a única referência do comunismo internacional:

“Siglas. Os grupos comunistas são como as moscas. Numerosas quando há lixo, de que se alimentam. De vida tão efémera que um dia comprido de verão chega para que nasçam e morrem”. (segue enumeração das siglas por ordem alfabética)(...) Felizmente o alfabeto tem letras bastantes para satisfazer a imaginação criadora de siglas dos revolucionários de opereta.”

2. Em tempo de guerra

2.1 Os “quinta-colunistas”

Em plena II Guerra Mundial, nas páginas do *Avante!* há uma denúncia sistemática dos “inimigos do povo” (designação que, como veremos, é utilizada em todos os casos de dissidência, de delação, de traição e de informadores da polícia) com a publicação em quase todas as edições de uma rubrica intitulada “*Quinta-colunistas*”. Em paralelo, há exposição pública dos colaboracionistas. Na 2ª quinzena de Janeiro de 1943, lê-se um apelo concreto à denúncia:

“É necessário desmascarar todos os quinta-colunistas que produzem para o Eixo e exportam para o Eixo. Enviai os seus nomes ao Avante!, órgão de combate pela liberdade independência. Envia notícias da actividade dos 5ª colunistas”.

Em 1944, na 2ª quinzena de Janeiro, surge, sob um título a toda a largura da pág.2: “*O Avante! desmascara OS INIMIGOS DO POVO*”, um texto que alarga o universo do epíteto:

“Quinta-colunistas que roubam os géneros ao povo para os enviarem aos bandidos fascistas alemães; fascistas que perseguem os simpatizantes com a causa das Nações Unidas; espiões ao serviço da Alemanha hitleriana; denunciantes dos trabalhadores nas fábricas e empresas; — estes são

INIMIGOS DO POVO que o povo deve conhecer. É necessário em toda a parte desmascará-los, dificultar os seus manejos, tornar-lhes por todos os meios a vida insuportável. O Avante! continua e continuará a desmascarar perante as massas populares todos os seus inimigos. Os seus nomes devem ser fixados para a hora do ajuste de contas”.

Na 1ª quinzena de junho de 1944, em rodapé, lê-se: *“Aproximam-se as horas os combates decisivos. Neste momento, todo o alheamento é crime, toda a inércia é cobardia. Todo o compromisso com o fascismo é traição”.*

Nestes casos, nos quais a denúncia não se reporta aos militantes comunistas, mas sim aos colaboracionistas com a Alemanha nazi, o *Avante!* revela-se na sua missão de órgão de informação mais amplo e não apenas de órgão central do PCP, ao desmascarar, também, a política de “neutralidade” de Salazar, expondo os graves problemas económicos e instigando ou apoiando ações de revolta contra a carência de géneros alimentares. Como escreve o historiador Fernando Rosas para caracterizar o ambiente social que se vive nos anos de guerra: *“Os sintomas de descontentamento e reacção contra a falta de géneros, o desemprego e os salários baixos nas zonas de predomínio dos assalariados rurais começam a verificar-se desde inícios de 1941, crescendo de intensidade ao longo do ano. O mesmo se poderá dizer quanto aos motins e aos ‘tumultos’ que, no Norte e no centro, se levantam para impedir a requisição de géneros ou as apreensões de minério”.*⁵⁴

Embora seja impossível aplicar ao *Avante!* clandestino os parâmetros de medição de audiências que hoje são usados, o tipo de notícias relacionadas com as guerras, tanto a de Espanha como a II Guerra Mundial, transmitem a percepção de que a influência do jornal extravasava o universo dos militantes. Na análise das tiragens da imprensa clandestina do partido, bem como da regularidade das edições é preciso ter em conta as condições da organização clandestina em cada momento. Como enfatiza João Madeira⁵⁵, a periodicidade quinzenal é um dos sinais, não só de consciência da

⁵⁴ José Mattoso (Dir.), *História de Portugal, 7º Volume, O Estado Novo (1926-1974)* (Círculo de Leitores, 1994)p.363.

⁵⁵ João Manuel Martins Madeira, p.675.

potencial influência do jornal, mas também da conjuntura política interna e externa.

A função do jornal no momento histórico da II Guerra Mundial e também da Guerra Civil de Espanha é realçada por Domingos Abrantes, quando defende que, devido à censura prévia que a ditadura impunha à imprensa, *“há uma parte da nossa história que só se encontra no Avante! O tempo da guerra é um período muito importante”*. Tal como o do período da guerra de Espanha, quando *“houve um processo no Porto, no qual foram presas 400 e tal pessoas, em grande parte era só porque liam o Avante! e a explicação era porque queriam ler notícias sobre a guerra”*.

As críticas aos colaboracionistas e a denúncia da atividade de açambarcadores são “ferramentas” que o partido usa, através do seu órgão central, para municiar os militantes e a todos os que têm acesso ao *Avante!* para a luta contra aos que não estão do lado certo da guerra.

3. “Se fores preso, camarada”

3.1 “Na Polícia não se fala”

Num estudo sobre as organizações clandestinas comunistas, José Pacheco Pereira cita Erving Goffman e o seu conceito dos manicómios como *“instituições totais”* para identificar no partido clandestino *“muitos traços”* dessa organização, como *“o controlo administrativo sobre os seus membros”*⁵⁶.

Em ambiente de clandestinidade, se o ideal ou a fé do militante tem de permanecer forte para resistir aos ataques repressivos do poder instituído, não será menos necessária a consciência de que só com a sobrevivência da estrutura partidária será possível lutar e vencer. Paradigmático deste duplo conceito é o texto de Álvaro Cunhal, na sua primeira versão de 1947, *“Se fores preso, camarada”, cairá sobre ti uma grande responsabilidade de defender o teu Partido, os teus camaradas, o teu ideal*⁵⁷. Como um manual de comportamento dos militantes nos interrogatórios policiais, o opúsculo de Cunhal, que pormenoriza algumas das torturas a que os presos são

⁵⁶ José Pacheco Pereira, *A Sombra. Estudo Sobre a Clandestinidade Comunista* (Gradiva, 1993)p.66.

⁵⁷ Álvaro Cunhal, *Se Fores Preso Camarada* (Editorial Avante, 1947).

sujeitos, terá sido inspirado pelo comportamento de Francisco Miguel, que, em 1939, foi *“o primeiro militante que se recusou de todo não só fazer declarações, como inclusive, numa fase inicial a assinar qualquer documento na polícia”*⁵⁸. Cunhal terá ficado impressionado com a atitude de Miguel, com quem viria a partilhar a célebre fuga da cadeia do forte de Peniche, em 1961. O nome de Francisco Miguel ou Chico Miguel, um dos históricos militantes do PCP que passou 21 anos nas cadeias do Aljube, Caxias e Peniche, além de ter estado no campo do Tarrafal, mereceu do *Avante!* um tratamento especial, como *“abnegado filho do povo”, ou “grande patriota”* ou ainda *“herói do nosso povo”*. Em linha com essa admiração de Cunhal e com o teor das notícias no *Avante!*, a militante do PCP Margarida Tengarrinha considera-o *“o herói”*. *“Francisco Miguel, foi quem suportou a estátua durante mais tempo (31 dias) e fugiu da prisão quatro vezes. Quando foi para a nossa casa [casa onde vivia com José Dias Coelho na clandestinidade] e viu a minha filha Guida, a mais nova, dentro de um parque para nós podermos trabalhar, tirou-a de lá, dizendo que não conseguia ver a menina presa. Era de uma grande sensibilidade, como se pode ver nos seus poemas, o que contrasta com o homem firme e duro que ele foi. Era extraordinário. Deu o exemplo”*.

Assumindo como exemplar o comportamento de Francisco Miguel, o texto *“Se fores preso, camarada”*, escrito na sequência da análise dos processos políticos que lhe foram facultados pelo advogado Manuel João da Palma Carlos, *“foi talvez o documento que mais afectou a vida de muitos militantes, e o destino individual dos quadros, e o que mais moldou a mentalidade da ética da clandestinidade e do radicalismos anti-salazarista. A enorme influência deste texto em toda a oposição permaneceu até ao 25 de Abril. Foi um dos poucos textos de Cunhal que condicionou mesmo a extrema-esquerda, que o utilizou numa edição revista, onde, no essencial, copiou a atitude do PCP face ao porte na prisão”*.⁵⁹

Eram tempos, os dos anos da ditadura, em que, como os descreve o escritor Mário de Carvalho, *“o medo impregnava todo o relacionamento social. Medo de ser*

⁵⁸ José Pacheco Pereira, Álvaro Cunhal, *Uma Biografia Política-«Duarte»*, *O Dirigente Clandestino (1941-1949)* (Círculo de Leitores, 2001)p.686.

⁵⁹ Pereira, Álvaro Cunhal, *Uma Biografia Política-«Duarte»*, *O Dirigente Clandestino (1941-1949)*,p.684.

*preso, medo de perder o emprego, medo do ostracismo social, medo da perseguição e do isolamento, medo da calúnia, medo do desfavorecimento ou da preterição. Medo do superior, medo da polícia, medo do burocrata, medo do vizinho. O medo engendrava mais medo. Era um sufoco irrespirável.”*⁶⁰

Esse medo estava também presente no interior do PCP e o espectro da prisão, como refere João Madeira⁶¹, *“pairava no quotidiano dos militantes e dos quadros”*. Era, por isso, essencial para a manutenção da máquina clandestina não ceder aos torturadores, não falar na cadeia, não pôr em perigo a rede da resistência, não trair os camaradas, não ferir o partido. Ou seja, ter bom comportamento, ser um comunista exemplar. Ainda citando Madeira, as regras para o bom comportamento na cadeia são *“um dos veios centrais da educação dos militantes comunistas, que precede muitos outros aspectos de natureza política ou ideológica”*. Daí a importância do folheto da autoria de Cunhal, que teve diversas edições com algumas atualizações nos termos, que fazia recair sobre os militantes a obrigação do bom porte na prisão.

Mesmo para quem não tinha lido o texto de Cunhal, os ensinamentos sobre o bom porte na cadeia chegavam sempre aos militantes. Testemunha disso é José Pedro Soares⁶², um dos resistentes comunistas que só foi libertado com o 25 de Abril, quando se abriram as portas do forte de Peniche. José Pedro Soares, preso em 1971, com 21 anos, foi sujeito a 33 dias e 33 noites de tortura do sono, embora com interrupções e fala da sua firmeza nos interrogatórios como algo resultante de uma *“força interior que nasceu do exemplo transmitido por velhos lutadores”*. *“Nunca tinha*

⁶⁰ Ana Aranha e Carlos Ademar, *No Limite Da Dor* (Edições parsifal, 2014), Posfácio, p.281.

⁶¹ Madeira, pp.746-747.

⁶² José Pedro Soares, nascido em 1950, operário, tipógrafo e foi preso no quartel no campo de tiro da Carregueira, em Julho de 1971. Antes de ter sido levado a tribunal militar, em Maio de 1972 e de ter sido condenado a três anos e meio de prisão e nove de perda de direitos políticos, foi sujeito a violentas torturas durante os interrogatórios em Caxias. O seu caso e de um punhado de jovens presos na mesma altura foi amplamente divulgado no país e no exterior, chegando a ser visitada na cadeia pelos deputados da Ala Liberal, Sá Carneiro e Pinto Balsemão, que levaram à Assembleia Nacional, exigindo um inquérito às condições de detenção, o qual nunca chegou a realizar-se. Numa fase de fim de regime, isolado internacionalmente, o caso mereceu posições públicas da Amnistia Internacional graças à intervenção da Comissão nacional e Socorros aos Presos Políticos e devido à estratégia de defesa do seu advogado, Manuel Correia Neves, que conseguiu reunir tomadas de posição públicas de inúmeros juristas estrangeiros de condenação das torturas a que foi sujeito José Pedro Soares.

*lido o texto de Cunhal ‘Se fores preso camarada’, mas sabia pelos camaradas mais velhos da importância de resistir, de nunca guardar papéis, de não denunciar os amigos, de não pôr em causa a organização e o partido”.*⁶³

3.2 “Má conduta”

Ainda antes de Cunhal escrever “Se fores preso camarada”, no ano de 1946, a “*má conduta*” é já a base argumentativa para mais um lote de expulsões. Como é noticiado no *Avante!* nº96, num texto que dá conta de uma resolução do secretariado do Partido que coloca em paralelo as expulsões de “*elementos que, perante o inimigo, se mostraram indignos de pertencerem ao Partido*” e as “*condutas exemplares*”, pode ler-se:

“Francisco Inácio da Costa (Raio X) foi expulso como traidor do Partido, por ter denunciado casas ilegais e camaradas, ter prestado inúmeras declarações sobre o trabalho do P. E caluniado torpemente o P e os seus quadros. Albano Alves Simão (Carlos Alberto). Agostinho Mourão (Abílio), Joaquim Roque (Ramos) foram igualmente expulsos por terem prestado declarações sobre militantes do Movimento de Unidade Nacional.”

No ano seguinte, em 1947, “*assiste-se a uma implacável vaga repressiva sobre o PCP*”⁶⁴ com dezenas de prisões, entre os quais a de Francisco Miguel, membro do Comité Central e responsável pela organização a Sul. É na sequência deste rombo na direção do partido que, entre outros, é cooptado para suplente do Comité Central, Mário Mesquita, “*quadro experiente que já desempenhara funções dirigentes nas Juventudes Comunistas nos anos 30*”⁶⁵.

Mas quatro anos depois, o partido sofre novo rombo, desta vez devido a informações passadas à polícia por Mesquita. É assim que o *Avante!* noticia em Abril de 1951, a sua expulsão do partido, citando um comunicado do Comité Central na

⁶³ Entrevista a José Pedro Soares realizada a 23 de Maio de 2017, em Lisboa. Salvo outra anotação, todas as citações atribuídas a José Pedro Soares resultam desta entrevista

⁶⁴ Madeira, p.165.

⁶⁵ Madeira, p.575.

sequência da sua *“repelente e miserável traição”*: *“Mário Mesquita traidor ao serviço da polícia!”* . De acordo com o texto, em Dezembro de 1950, após a sua mulher ter sido presa, Mesquita foi visitá-la, *“entregando-se assim nas mãos da PIDE”*.

3.3 *“Indignidade, cobardia e traição”*

O contraponto ao elogio ao cumprimento das regras de bom comportamento era *“o castigo e desprezo para os traidores”*. Ou seja, pode ler-se na 4ª edição do referido texto *“Se fores preso camarada! que *“aqueles que, esquecendo os seus deveres de militantes, o seu nome e a sua honra de comunistas, prestam à polícia declarações que servem o inimigo e prejudicam o Partido e a causa da libertação do nosso povo, não podem ser mais considerados como revolucionários sinceros e são expulsos das fileiras do Partido. A consideração, amizade e carinho que os rodeava em virtude da sua actuação política desaparecem, dando lugar ao desprezo dos seus anteriores camaradas de luta, dos seus companheiros de trabalho e das próprias pessoas que lhes são queridas. O seu nome passa a ser apontado como sinónimo de indignidade, de cobardia, de traição”**.

O não cumprimento dos deveres fulcrais de um militante de uma organização clandestina como o PCP, durante os anos da ditadura de Salazar e Caetano, constituiu assim uma sombra a pairar sobre os comunistas e causou danos pessoais e nas convicções políticas de quem falou nos interrogatórios policiais e que foi denunciado publicamente.

O historiador Miguel Cardina na sua tese de doutoramento sobre os movimentos maoístas em Portugal, refere-se aos danos psíquicos causados pela prisão aos presos políticos a quem interessava vergar ideologicamente através da tortura quer física quer emocional. *“Numa investigação sobre as consequências clínicas dos interrogatórios da PIDE/DGS levada a cabo logo a seguir a 1974, o psiquiatra Afonso de Albuquerque também notara que, mais do que fazer falar, interessava à polícia política desapossar o preso da sua identidade e silenciá-lo por meio da tortura. Esta induzia ao silêncio na justa medida em que incitava à palavra: «falar» na PIDE, para além de conceder provas passíveis de condenação em tribunal e de facilitar a perseguição e*

*detenção de companheiros, significava calar o sujeito que se era*⁶⁶.

Esse “*calar o sujeito que se era*” está presente na palavras de Joaquim Monteiro Matias, advogado de muitos presos políticos que viria a ser preso quando era membro da FAP (Frente de Acção Popular):“(...) *eu, o advogado que nada temia, era agora o recluso só e indefeso, impotente frente à fúria vingativa dos torcionários(...) Já não era herói, temia o regresso inevitável e impiedoso à sala de torturas do 3º andar da PIDE*”.⁶⁷

Como o objectivo de prevenir fraquezas perante as polícias, durante os interrogatórios, surgem no *Avante!* textos “didácticos” dirigidos os militantes para quem a ameaça de prisão é real. Como se lê na 1ª quinzena de Abril de 1959, com o título “Na polícia não se fala”, há registo de algumas das torturas:

“A polícia sabe tudo’, ‘não é possível resistir aos métodos da polícia’, ‘a polícia já sabia’, eis como alguns presos pretendem justificar a sua falta de firmeza e coragem face ao inimigo. Alguns vão ao ponto de falar em drogas para obrigar a falar, etc. Sim, a polícia usa torturas das mais refinadas e variadas, físicas (espancamentos, estátua, choques eléctricos, ruídos estranhos com o propósito de enlouquecer, arrancar de unhas, etc) e morais (isolamento, insultos, etc) mas não há drogas como não há espancamentos, estátua ou qualquer outra tortura que possa obrigar um homem ou uma mulher a falar, a fazer declarações à polícia, ou a confirmar declarações desta, desde que esse homem ou mulher esteja disposto a não fazê-lo, a defender a sua honra de patriota e a sua honestidade e pessoa séria(...)”.

A questão do “falar na prisão” foi abordada pela jornalista, investigadora e também antiga presa política, Diana Andringa, que partiu para a resposta à pergunta inicial de Jorge Semprun⁶⁸ “*porque razão uma pessoa se aguenta e por razão se não*

⁶⁶ Cardina,p.327.

⁶⁷ Joaquim Monteiro Matias, *Memória de Tortura E Resistência* (Temas e Debates/Circulo de Leitores, 2013)p.127.

⁶⁸ Jorge Semprun, *A Longa Viagem* (Ambar, 2002)pp174-179.

aguenta diante da polícia, durante a tortura”. Na conclusão do seu trabalho, Andringa acentua: “Tentar compreender o que leva uns a traírem e outros a resistirem faz-nos pensar que estão em jogo forças muito mais poderosas do que simplesmente querer ou não resistir. E, compreendendo embora, no contexto, os que condenavam sem reservas aqueles que cediam em interrogatórios – a maioria das vezes sem que essa cedência fosse mais do que momentânea e se transformasse em “colaboração” – parece-me que vale a pena pensar se não houve, do lado antifascista, alguma responsabilidade nessas cedências.(...) E tenho a certeza de que não basta dizer ‘Não prestes declarações’ para que não se fale, como a tenho de que os que falam não são, na maioria dos casos, verdadeiros traidores”.⁶⁹

Revelador dessa complexidade de casos e de estados psíquicos de quem não resistiu é o depoimento do antigo preso político Luís Moita, do grupo dos chamados católicos progressistas e sem quaisquer ligações ao PCP. *“(...) incriminei terceiras pessoas. Incluindo irmãos meus, o que foi particularmente penoso para mim. Mas, digamos, numa situação de muito pouco controlo psíquico. (...) aquilo [os efeitos da tortura do sono] fez-me descer um degrau da consciência. Quer dizer, havia uma despersonalização gradual (...) Digo muitas vezes que não sou herói nem traidor. Agora, fraco, fui, seguramente e isso é uma coisa que...bom, está na nossa condição e, provavelmente, nós não tínhamos suficiente preparação para encarar uma situação daquele género”⁷⁰. Ainda Monteiro Matias também ainda reflete sobre as sequelas da vivência na prisão: “Os presos têm uma tendência para se fechar, para não falarmos uns com os outros sobre o que se passou(...)Tenho a impressão de que nunca falei com ninguém, com nenhum ex preso sobre o que se tinha passado, o que tinha dito ou deixado de dizer(...)”⁷¹*

Do outro lado da equação, do lado de quem foi vítima de traição, há um sentimento ainda bem vivo de mágoa e de incompreensão em relação a quem colaborou com a polícia política.

⁶⁹ Diana Andringa, “‘Falar’ Na Polícia’, *Caminhos Da Memória*, 2009.

⁷⁰ Aranha and Ademar, p.252.

⁷¹ Aranha e Ademar,p.173.

José Pedro Soares, preso com mais cerca de uma centena de camaradas devido à traição de Augusto Lindolfo, que terá fornecido informação pormenorizada à PIDE em troca da liberdade, realça, no entanto, a diferença entre ser traidor e fraquejar nos interrogatórios. *“Uma coisa é fraquejar e outra é trair. Sei de pessoas que fraquejaram e que ficaram marcadas para o resto da vida. Mas a esses o partido não tratou como traidores. Os traidores colaboraram com a PIDE de forma continuada e em troca de favores, entregando partes importantes da organização, destruindo ligações. Segundo julgo saber, o Lindolfo, depois de ser libertado voltou a dar novas informações à polícia”.*

Augusto Lindolfo viria a ser alvo de um atentado a que sobreviveu, em Janeiro de 1973. A ação não foi reivindicada, mas de acordo com o historiador João Madeira *“foi atribuído à ARA”*⁷². José Pedro Soares admite que possa ter sido obra de alguém vítima da traição, mas, pessoalmente, diz que nada sabe sobre o assunto nem sobre o percurso posterior do traidor. *“Não fiz nada para o procurar, ouvi dizer que tinha ido para Angola. Admito que se o tivesse encontrado logo a seguir a ter saído da prisão tinha-lhe batido...muito. A traição é imperdoável. Já a fraqueza é compreensível e muitos camaradas sofrem ainda hoje por não terem resistido às torturas e involuntariamente terem confirmado nomes ou revelado um ou outro pormenor da organização em que estavam inseridos, sem nunca se terem bandeado para o lado da polícia. Isto nada tem a ver com traição.”*

Nas páginas do *Avante!*, no entanto, tudo era mais simples: quem se “portava mal” na prisão, mesmo que os danos no partido não fossem de monta, não escapava de ser tratado como “traidor”, “provocador” ou “bufo” e, além da expulsão, era certa a denúncia pública.

Mas nem sempre essa linearidade era observada. Na análise em curso neste trabalho é notório que nos anos 70 e já no final da década anterior, as preocupações reveladas nos textos publicados no *Avante!* centram-se menos na denúncia de traidores ou da exaltação de heróis do que acontecia nos anos 40 e 50. No final do regime, dado o contexto internacional hostil à ditadura em particular devido à

⁷² João Madeira, *História Do PCP* (Tinta da China, 2013)p.578.

manutenção da guerra colonial e na recusa de Salazar/Caetano em abrir mão do que restava do império, o *Avante!* volta-se mais para fora, noticiando os ecos do isolamento internacional do regime, as atrocidades cometidas pelas tropas portuguesas nas colónias, bem como os avanços dos movimentos de libertação. O noticiário sobre a vida interna do país e de partido refletia a estratégia de denunciar o logro da chamada “primavera marcelista” quer em termos económicos quer políticos, revelando exemplos dos problemas financeiros nacionais, do endurecimento da censura sobre a Imprensa e a vaga repressiva sobre os oposicionistas. Nessa estratégia é também claro o crescente empenho em publicar sinais da contestação interna nas Forças Armadas à guerra nas colónias. Exemplar dessa linha político-editorial é a edição nº449 do *Avante!*, que exhibe a toda a largura da primeira página o seguinte título: *“Urge pôr fim à guerra colonial”*. Na base da página, a toda a largura, vêem-se duas fotografias de soldados portugueses envolvidos num massacre a um angolano.

É neste quadro que o caso da traição de Augusto Lindolfo não é denunciado publicamente do *Avante!*, depois de ter sido noticiado com destaque na 1ª página da edição de Julho de 1971, a sua prisão nos seguintes termos, citando uma comunicado da comissão executivo do Comité Central:

“A PIDE-DGS prendeu em fins de Maio o destacado militante comunista Augusto Lindolfo. Libertado em 1968, depois de mais de seis anos de duro cativo nas cadeias fascistas, Augusto Lindolfo, tendo embora a saúde bastante debilitada, retomou o seu posto de combate nas fileiras do partido da classe operária e no seu quadro clandestino. Augusto Lindolfo está ser torturado. A PIDE-DGS está a descarregar sobre ele o seu ódio ao partido Comunista, à classe operária, ao povo português. Ódio acrescido pelos recentes e magníficos sucessos da luta popular. O Partido Comunista tem fortes razões para rezear pela vida de Augusto Lindolfo. O Partido Comunista Português chama a classe operária a agir prontamente em defesa da vida de Augusto Lindolfo e apela para a solidariedade activa de todos os democratas e antifascistas”.

No número seguinte, ainda Lindolfo era um herói.

“Salvemos Augusto Lindolfo! O camarada Augusto Lindolfo continua a ser torturado nos antros da PIDE-DGS. Sua mulher foi também presa, nos princípios de Junho, com uma filhinha, de cerca de dois anos, que à data da nossa última informação permanecia na cadeia de Caxias juntamente com a mãe. Urge redobrar a acção em defesa do camarada Augusto Lindolfo e da sua mulher e filha”.

A seguir, o seu nome desapareceu das edições do órgão central do PCP. A campanha, nacional e internacional, pela denúncia dos métodos da polícia e pela amnistia dos presos políticos, a par da contestação à guerra colonial e do apoio aos movimentos de libertação das colónias, passou, como já referimos, a ocupar a parte de leão das edições dos últimos anos do *Avante!* clandestino.

3.4 “Cuidado com eles”

A denúncia pública de quem é suspeito de se ter portado mal nos interrogatórios policiais ou de ter passado a ser informador da polícia política surge publicada no *Avante!* em tom de aviso. É recorrente a existência de títulos genéricos como *“Cuidado com eles”* para denunciar quem se faz passar pelo que não é.

Em Agosto de 1948 é publicada uma denúncia que ilustra bem a necessidade de expor um comportamento moralmente condenável de um antigo militante.

“António Baptista, ex-prisioneiro do Tarrafal, não gostando muito de trabalhar, arvorando-se de mártir, dizendo-se comunista, a extorquir dinheiro aos democratas por várias terras do país, principalmente Lisboa, Porto e Barreiro”.

O exemplo seguinte, data de Julho de 1949 e, embora o tipo de linguagem seja idêntico e o título continue a ser *“Cuidado com eles”*, configura uma situação mais grave que se revelou danosa para a estrutura clandestina do partido:

“Os democratas portugueses não devem esquecer o nome do administrador de Águeda, José Soares Feio, que assaltou a casa do nosso camarada Militão e aí prendeu Luísa Rodrigues e denunciou à PIDE a casa

do Luso, o que motivou a prisão dos nossos camaradas Cunhal, Militão e Sofia Ferreira”.

No ano seguinte, em Julho de 1950, é revelada ainda outro tipo de situação, envolvendo desta vez um agente infiltrado, mas o título volta ser *“Cuidado com ele”*:

“Há alguns anos veio de Lourenço Marques para o Continente o agente provocador Carlos Alberto Pais, que se havia introduzido no MUD Juvenil onde provocou a prisão de dezenas de democratas. Como este individuo tenta passar-se por boa pessoa dizendo que foi expulso da colónia pela sua actividade anti-fascista e assim iludir os democratas(...).”

Os avisos/denúncia surgem com uma ambivalência que permite revelar ao conjunto dos leitores do *Avante!* os diversos tipos e mau comportamento dos militantes e, simultaneamente, alertar para o perigo que determinados indivíduos representam para a manutenção do aparelho partidário. Em Outubro de 1950, podem ler-se dois textos elucidativos desta diversidade de objectivos. Um emana de um *“esclarecimento”* do secretariado do Comité Central do partido e está redigidos nos seguintes termos:

“Tendo chegado ao conhecimento da Direcção do Partido que algumas pessoas ainda olhavam os senhores Miguel Russel, Sebastião Viola, Silvino Leitão e Edmundo Pedro como membros do Partido Comunista, vem esclarecer que nada têm de comum com o partido do Proletariado.”

O outro texto da mesma edição, intitulado *“Desmascaremos um traidor”*, é mais pormenorizado e constitui um bom exemplo da confluência de objetivos que se pretende atingir - explicar qual foi o crime e sua consequência e mostrar a justeza do castigo aplicado:

“O Partido Comunista Português expulsou das suas fileiras Joaquim da Silva Couceiro, ex-operário vidreiro, e ainda hoje presidente do Sindicato dos Vidreiros da Marinha Grande, pelas seguintes razões: Em primeiro lugar, tendo sido preso, Joaquim da Silva Couceiro denunciou à polícia outros anti-fascistas, entre os quais António Lopes de Almeida, assassinado pela PIDE em 1949. Em segundo lugar, Couceiro saiu em liberdade devido: a)ter sido

na polícia um denunciante; b) à interferência do fascista Castro Fernandes, à data subsecretário das Corporações; e c) depois de ter assumido compromissos com a PIDE. Este indivíduo que traiu o Partido e a classe a que pertenceu e que nele confiou não merece, portanto, a confiança dos trabalhadores e dos portugueses honrados. Uma das tarefas fundamentais dos trabalhadores vidreiros da Marinha Grande é expulsar Joaquim da Silva Couceiro da direcção do seu sindicato, como devem ser expulsos do seio da classe operária, todos os traidores e agentes do inimigo”.

O cuidado era também necessário com os exemplos que vinham de fora, até de Hollywood. Curiosa é a notícia detectada na edição de Agosto de 1948 sobre o actor norte-americano Gary Cooper, cujo nome passará constar do “índex” do Avante!.

“Há tempos apareceu em Portugal uma reprodução de um discurso pretensamente comunista deste artista de cinema. Avisamos os nossos leitores que esse pretenso discurso foi fabricado pelos fomentadores de guerra americanos para desorientarem as massas e criarem simpatias pelo fascista activo que é Gary Cooper. Depondo ultimamente perante a célebre Comissão de Actividades Anti-Americanas, revelou-se um bufo da pior espécie, denunciando miseravelmente como comunistas os seus rivais no ecran. Mais avisamos que não serão publicadas no Avante! rubricas com o nome desse fascista e bufo.”

3.5 “Provocadores e traidores”

Amiúde no mesmo texto são denunciados militantes que traem os companheiros e outras pessoas sobre as quais há suspeitas de serem informadores ou mesmo membros das polícias. É uma amálgama propiciadora de uma confusão entre quem falava na prisão, os informadores da polícia e os agentes da PIDE. Ao abranger sob o mesmo título casos diferentes, estas rubricas regulares no *Avante!* colocam ao mesmo nível a polícia, quem colabora com ela e os que fraquejaram nos interrogatórios sem que, no entanto, se tenham passado para o outro lado ou cuja fraqueza não significou uma traição.

A questão da diferença entre trair e fraquejar, à qual já nos referimos ao citarmos José Pedro Soares, atravessa todo o debate em torno do mau comportamento na prisão. Num depoimento prestado na qualidade de antigo preso político, o historiador Fernando Rosas estabelece claramente a distinção entre quem traiu e quem fraquejou. *“Honra para os que resistiram e grande respeito para os que não resistiram. São pessoas que, apesar de tudo, não desistiram das suas convicções, não desistiram das suas escolhas e arriscaram. E que merecem o nosso respeito. Só não merece respeito quem se bandeou para o lado de lá, quem traiu, no verdadeiro sentido do termo, quem se bandeou para o inimigo, se dispôs voluntariamente a passar para o outro lado para trair a sua gente. Esses não merecem respeito nenhum. Aqueles que lutaram e não se aguentaram, que lutaram e não conseguiram, merecem todo o respeito”*⁷³.

Essa diferença existia ao nível interno, mas publicamente, nas páginas do *Avante!*, como já sublinhámos, ela não era clara e é reconhecido hoje que houve casos de injustiça na denúncia pública. Domingos Abrantes assume: *“Houve casos de injustiça, mas o número de bufos era enorme. Chegava a informação de determinada fábrica em que o porteiro era bufo, era dado como certo e em muitos casos eram mesmo(...)o perigo de pôr em causa a organização do partido era enorme. Por isso, valia mais a gente assumir que é [bufo] do que pensar que não é, porque a segurança era tudo(...) Acima de tudo estava a segurança. É preferível cometer uma injustiça do que se pôr a segurança em perigo. É verdade que se pode arriscar pôr em causa a honestidade e o bom nome de uma pessoa, mas, noutros casos, pode-se pôr em risco a própria vida, a organização, tudo”*.

A denúncia no *Avante!* caracteriza-se por uma linguagem particularmente dura que Margarida Tengarrinha justifica: *“Alguns camaradas foram miseráveis e o facto de se denunciar que era traidor era importante e continuo a achar isso. Numa vida como a que nós tínhamos, na clandestinidade, era vital que as traições fossem publicamente denunciadas”*. A militante comunista reconhece que houve casos em que a polícia política engrandecia a sua atuação propagandeando ter conseguido vergar prisioneiros

⁷³ Aranha and Ademar, p.120.

nos interrogatórios, mas assume: *“Mais do que a propaganda da PIDE, os factos é que demonstraram as traições. Porque se um traidor conhece determinadas células e se essas células caem na mão da PIDE, não é a PIDE que está a disfarçar, foi o traidor que denunciou. O traidor é descoberto pela sua própria traição.(...) E se não for denunciado, o traidor pode continuar a fazer um péssimo trabalho junto dos camaradas que não sabem que ele um traidor. Quando o traidor passa a ser conhecido, há um corte, a PIDE deixa de andar atrás dele e diminui o risco de outros camaradas serem presos.(...) quem assumiu, por seu honra, a responsabilidade de não trair, essa pessoa deve sofrer como traidor o que já sabia que iria sofrer por isso”.*

Um exemplo de exposição pública de elementos da polícia política infiltrados pode ler-se na primeira quinzena de Dezembro de 1942, num texto que adverte os leitores para os *“Policías e Provocadores”*:

“Participamos a todos os anti-fascistas e especialmente aos das Construções Navais de que Carlos Paiva Mendes, serralheiro civil, que trabalha nessa empresa, é uma agente policial e de distingue particularmente na denuncia de operários, quando dos últimos acontecimentos. Previnem-se igualmente os operários da Fábrica de Cimentos Tejo que, segundo nos informam, o engenheiro Sousa Lobo é polícia da P.V.D.E. O nº da sua ficha é o 81. Em Coruche, existe um indivíduo, negociante de cortiça conhecido por sr. Silva, que é de Lamas (Feira) e faz muitas viagens a Lisboa. Esse ‘cavalheiro’ está ao serviço da polícia de informações”.

De outro tipo de texto, com o mesmo propósito de denunciar agentes policiais ou informadores, é exemplo o publicado na segunda quinzena de Julho de 1942, intitulado, *“Aviso”*:

“Prevenimos todos os anti-fascistas que o automóvel da marca Willis, preto, com friso vermelho, que tem a matrícula LB-10-12, tripulado pelo motorista Casimiro Roque e que faz praça em S. Sebastião da Pedreira, é suspeito, pois o motorista é um polícia e anda armado”.

São usados alguns elementos identificadores acessórios da pessoa a denunciar,

bem como hábitos ou proximidades de amizade e familiares. É o que se pode ler na 1ª quinzena de Julho, na qual há um texto de denúncia de dois “*esbirros do fascismo*” e de pessoas que lhes são próximas:

“Francisco Rebelo Mesquita, director do ‘Notícias de Famalicão’ e sócio-gerente da Tipografia Aliança, também de Famalicão, é da polícia de Informações. Sua mulher, que é telefonista, na mesma vila, faz serviço de denúncias. João Arnaldo Rodrigues da Fonseca Maia, que vive no Porto, desenvolve uma imensa actividade policial. Está para casar com uma rapariga chamada Helena Gonçalves, que há pouco era ainda empregada da casa Bial, com quem também é necessário ter prudência.”

Na mesma edição, um texto intitulado “*Traidores à classe operária*”, é revelada a atitude de um antigo anarquista:

Quando das greves operárias de outubro-novembro (...) o antigo anarquista Domingos Miguel, aproveitando a influência que exercia em Almada, sabotou o movimento da sua fábrica, aconselhando por instigação do patronato, os seus companheiros de fábrica a retomarem o trabalho.(...) Ao referirmos este facto não o fazemos para ferir os anarquistas sinceros, que lutam com as massas como dignos filhos da classe operária. Desmascaramos este traidor este traidor à classe operária como temos sempre desmascarado os traidores que pertencem ao nosso partido. (...).”

Mais dois “*provocadores*” são revelados publicamente na edição seguinte:

“Manuel Tavares, de 18 anos, baixo, de cabelo louro, encaracolado, é polícia de informações e faz todos os dias o percurso Pinheiro da Bemposta-Porto. Alfredo Dias de Carvalho, chefe da brigada de balanceiros, Alhandra, entregou dois operários à polícia”.

A descrição física dos suspeitos de serem agentes ou informadores das polícias é recorrente nos avisos publicados no *Avante!*. Numa notícia inserta no nº42, da segunda quinzena de Outubro de 1943, são enumerados os “*sinais*” de alguns dos “*polícias e provocadores*”.

Um outro aviso curioso é o que se pode ler na 1ª quinzena e Novembro de

1943:

“José Gonçalves da Leonor, que em tempos foi militante operário, dedica-se a fazer viagens pela província, dirigindo-se a anti-fascistas, burlando-os em quantia mais ou menos elevadas, o que consegue umas vezes dizendo-se perseguido político, outras vezes pedindo dinheiro para fins revolucionários, outras vezes, ainda, afirmando ser membro do P.C., etc. etc.”

Na primeira quinzena de Julho de 1944, vemos mais um exemplo do pormenor a que chega à descrição física de um indivíduo e da sua vestimenta, chamado Gabriel Gonçalves, acusado de ser agente da P.V.D.E.:

(...)“É baixo, magro, aparentando 20 a 25 anos. Pelo branca, cabelo louro muito claro, colarinhos engomados, com fato cinzento às riscas algumas vezes, outras vezes de fato preto, sempre bem vestido. Fala muito bem inglês. Faz serviço principalmente entre Espinho e Porto, e no Porto, sobretudo no Café Imperial e na zona compreendida entre a Praça da Liberdade e a do Marquês de Pombal. Mora na Pensão Minho, rua Fernandes Tomaz.”

O mesmo tipo de linguagem é usado para expor publicamente os que fraquejaram na prisão. E essa denúncia tanto valia para quem tinha responsabilidades no aparelho clandestino e, por consequência, as suas revelações à polícia política representavam realmente um perigo para a segurança do partido e dos militantes, como para quem se limita a confirmar nomes que a polícia atirava para interrogatório e nada sabia sobre o nível superior da organização.

No número seguinte, de Outubro de 1952, é reveladora a notícia do *Avante!*, intitulada *“Alerta contra os traidores e provocadores”* na qual, em termos quase idênticos se denuncia traidores e dissidentes.

“Joaquim Ventura, de Monchique e o dr. António de Sousa, ambos residentes actualmente em Lisboa, são dois traidores da pior espécie. Joaquim Ventura, que desertou da luta e passou a ter uma vida suspeita, facilitou a sua prisão pela PIDE e entrou abertamente no caminho da

traição. Posto rapidamente em liberdade pela PIDE, passou a servi-la como agente provocador. António de Sousa, que muita gente julga ser um intelectual progressivo, é um reles burlão que se apoderou de bastante dinheiro que se destinava à luta democrática. (...) Gabriel Pedro, Carlos Carvalho e Aiala são três caluniadores e intriguistas da pior espécie. Aiala e Gabriel Pedro acobertaram e defenderam até ao fim o miserável Mário Mesquita e entraram no caminho da intriga e calúnia contra a Direcção do Partido e o saudoso secretário-geral Bento Gonçalves, não obstante este ter sido assassinado há já 10 anos. Carlos Carvalho para acobertar a sua cobardia ante o agudizar da luta, escolheu o caminho da intriga e da calúnia à Direcção do Partido e de outros camaradas.

Toda esta gente acobertada por uma pseudo discordância com a orientação do Partido, fazem um trabalho de desagregação e de provocação, usando para tal da arma torpe da intriga e da calúnia. Esta acção provocadora prejudica fundamentalmente a unidade dos democratas, patriotas e amigos da paz na sua luta pela Democracia, pela Independência Nacional e pela Paz. Todos os membros do Partido devem escorraçar estes provocadores do seu convívio e desmascará-los implacavelmente. Aconselhamos os democratas sem Partido a seguir esta mesma orientação.

Os que sentirem receio de tomar uma posição firme devem reparar que é justamente no contacto com espiões e provocadores que se enxovalham e se arriscam ao perigo de se verem envolvidos em provocações preparadas por eles.

Escorraçar do nosso convívio e desmascarar sem vacilações os traidores, provocadores e espiões, este é o caminho justo a seguir.”

3.6 “Miseráveis”

Já sublinhámos que o substantivo “miserável” é uma das designações mais usadas pelo *Avante!* para se referir a traidores, que nalguns casos são também

dissidentes, incluídos todos também na categoria de “inimigos do povo”, como também já fizemos referência.

Esses militantes caídos em desgraça e denunciados publicamente só podem esperar desprezo por parte do partido e da comunidade em que estão inseridos por via das cumplicidades criadas pela resistência à ditadura. Exemplar é o texto publicado em Junho de 1959, intitulada *“Três inimigos do Povo”*:

“O Avante denuncia hoje três miseráveis que, bandeando-se com o inimigo fascista, prestam serviço activo aos opressores do nosso povo. São eles, José ou Manuel Marinho, ex-empregado da CUF do Barreiro, Manuel de Deus Amador, ex-empregado da Heuser & Fernandes, do Poço do Bispo, e Joaquim Malaquias, ex-operário corticeiro, de Santiago do Cacém. Estes três miseráveis devem ser expelidos do convívio de toda a gente honesta e votados ao desprezo e ao isolamento. Entre eles e o nosso povo nada pode haver de comum”.

Aqui, o conceito de comunidade é alargado para “gente honesta”, encarado como sinónimo de “povo”. Ou seja, em relação aos suspeitos de traição, não basta bani-los da família comunista, é sugerido que sejam excluídos de todo o convívio social. Dois números depois, em Setembro de 1959, um desses “inimigos do povo” volta a ser notícia no Avante! para que fique clara e provada a eficácia da denúncia anterior.

“As massas populares repelem os traidores. O traidor Manuel Amador foi colocado pela PIDE como apontador na fábrica SIAM de Alhandra. Ao terem conhecimento de quem era o novo apontador, quase todos os operários da fábrica se dirigiram à gerência pedindo que o tal indivíduo fosse expulso. (...) eis um exemplo que deve ser seguido”.

O epíteto de “miserável” surge para apodar militantes do partido, cuja traição acabaria por causar danos graves no aparelho clandestino. É o caso de José Miguel (‘Lambanas’), que à época da sua prisão (preso a 28 de Fevereiro de 1961 e libertado dois meses depois), era membro suplente do Comité Central, e que foi notícia na primeira quinzena de Julho de 1961:

“(...) o miserável José Miguel, cuja permanência no partido era ainda produto dos restos da tendência anarco-liberal denunciada e combatida pelo Comité Central, traiu criminosamente o nosso Partido. Para melhor atingir os seus fins, este vil traidor procurou inicialmente enganar o Partido. Porém, uma vez posto em liberdade, desmascarou-se ao actuar em aberta e confessada colaboração com a PIDE. A traição deste canalha é um crime contra o nosso povo que luta para derrubar o fascismo. O Comité Central, ao expulsar das fileiras do Partido este infame traidor, aponta-o a todo o povo como um inimigo ao qual deve ser manifestado o maior desprezo onde quer que se encontre.”

Além desta notícia do *Avante!*, uma vez que José Miguel era operário agrícola de Vila Nova de São Bento, no concelho de Serpa, o jornal *O Camponês*, na sua edição nº86, de Maio-Junho de 1961, denuncia a traição e apela ao *“ódio sagrado dos trabalhadores”*. A 17 de Julho, José Miguel foi encontrado morto com três tiros à queima-roupa. A execução de José Miguel, como, aliás, qualquer outra, não foi assumida pelo PCP, mas, de acordo com um documento apreendido a Blanqui Teixeira, citado por José Pacheco Pereira⁷⁴, *“a sua traição encontrou pela frente três balas justiceiras de não sabemos de que revólver e a ignomínia desceu à cova com ele”*.

A linguagem usada na denúncia pública dos traidores revela, como temos notado, um apelo à condenação ao desprezo, ostracismo e até à vingança, mas a questão do castigo a aplicar aos traidores nunca foi clarificada.

A propósito de um outro dirigente, Rolando Verdial, cuja traição teve consequências mais graves do que a de José Miguel, há relato⁷⁵ de uma reunião da Frente Patriótica de Libertação Nacional, na qual Cunhal, mantendo-se contra a eliminação física de traidores, terá admitindo: *“embora sejam bem metidas três balas no corpo dos traidores”*. O caso de Verdial é interessante isolar por ser revelador de diversos níveis de protagonismo público.

⁷⁴ Pereira, Álvaro Cunhal, *Uma Biografia Política, O Secretário-Geral (1960-1968)*, p.54..

⁷⁵ Pereira, Álvaro Cunhal, *Uma Biografia Política, O Secretário-Geral (1960-1968)* p.249.

Em Novembro de 1960, Verdial começa por ser notícia através da morte da mãe, que é relatada no *Avante!*, em função da situação em que se encontrava o filho, preso em Caxias. Os termos do texto são interessantes numa análise de conteúdo, uma vez que apelam à emoção, num quadro de dicotomia entre verdugos e herói:

“D. Emília Verdial, morte em consequência das perseguições às famílias dos presos. D. Emília Verdial, mãe do democrata Rolando Verdial que há longos anos aguarda julgamento nas prisões salazaristas, veio no dia 6 de Outubro a Lisboa visitar o seu filho ao Forte de Caxias. Nessa Bastilha salazarista não lhe foi permitida a visita por ter chegado alguns minutos depois da hora. Os carcereiros não atenderam à sua avançada idade, não tiveram em conta a dispendiosa e fatigante viagem que fizera nem se sensibilizaram com a dor de uma mãe que tem um filho encarcerado há longos anos. No dia seguinte concederam a visita mas preparavam um suplício maior: não consentiram que os pais se aproximassem do filho nem o beijassem e abraçassem. E assim mais um atentado contra a perseguida família Verdial: passadas algumas horas e já no regresso ao Porto, D. Emília Verdial não resistiu ao sofrimento que lhe infligiram chegando já sem vida à sua residência. Os criminosos da PIDE não ficaram, porém, por aqui. Não autorizaram que Rolando Verdial, mesmo sob prisão, se deslocasse ao Porto para fazer as derradeiras despedidas a sua mãe(...)”

Rolando Verdial seria posteriormente posto em liberdade e é já em Fevereiro de 1963 que o *Avante!* noticia uma nova detenção, numa ‘orelha’ da 1ª página, ao lado do cabeçalho:

“Na noite de 3 de Fevereiro uma brigada da PIDE prendeu numa rua de Lisboa Rolando Verdial, funcionário do nosso Partido. Em dias anteriores a PIDE prendera outros militantes comunistas do sector de Lisboa. Rolando Verdial, que agora é preso pela quarta vez, já passou 8 anos nas cadeias salazaristas de onde se evadiu por duas vezes em 1957 e em 1961. Neste momento, Rolando Verdial e os seus companheiros estão sofrendo as torturas da PIDE. Defendamos a vida destes lutadores, prestando-lhes a

nossa solidariedade moral e material e dirigindo protestos à sede da PIDE e ao governo”.

Na edição seguinte, surge uma nova notícia, também na primeira página do jornal. Desta feita, além de serem revelados novos pormenores sobre o aparato público que levou à sua detenção, é avançado o nome do “traidor” que o terá denunciado à polícia.

“No dia 3 de Fevereiro, foi preso numa rua de Lisboa Rolando Verdial, entregue miseravelmente à PIDE pelo traidor Pedro Manuel Santos (...). As vidas de Rolando Verdial e dos outros membros do Partido presos na mesma altura, devem ser salvas. Que sejam enviados postais e feitos centenas de telefonemas para a PIDE e M. do Interior, exigindo a comunicabilidade e libertação de Rolando Verdial e seus companheiros.”

Mas três edições depois, na 2ª quinzena de Maio de 1963, nas páginas do Avante!, Rolando Verdial deixa de ser o herói traído para passar a traidor, num texto que tem como título “*Salvemos Fernando Blanqui e os seus companheiros*”:

“O Partido Comunista, que não poupa esforços na luta pelo derrubamento da ditadura terrorista de Salazar, foi atingido por novo golpe policial. Num ofensiva simultânea, as brigadas da PIDE, apoiadas pela PSP, assaltaram numerosas casas na região de Lisboa e em Coimbra, fazendo diversas prisões. (...lista de presos) O comunicado da PIDE mente! A PIDE gaba-se de, graças às suas ‘investigações’ ter localizado Fernando Blanqui e os seus companheiros, mas a verdade é que este golpe da PIDE se deve inteiramente à miserável traição de Rolando Verdial, que fora preso em 3 de Fevereiro passado e que se aproveitou da confiança que ganhara no seio do Partido e do movimento anti-fascista para denunciar à PIDE os seus antigos companheiros de luta. A traição de Rolando Verdial confunde-se inteiramente com a escumalha de criminosos da PIDE e o mesmo destino que os seus cúmplices.”

As palavras de denúncia do traidor vão tornando-se mais acutilantes, à medida que os efeitos da traição são conhecidos na máquina clandestina. É assim em

Setembro de 1963, o nome de Verdial volta a ser exposto publicamente, nos seguintes termos:

“(...)no decorrer de tão árdua como honrosa luta têm-se revelado os nomes dos heróis e mártires do nosso povo cuja memória perdurará na mente e coração da classe operária e do povo português. Mas a dureza da luta tem revelado também os pusilânimes cobardes que não souberam enfrentar dignamente o inimigo fascista ao serem presos pela PIDE, traindo assim, todos os seus compromissos. Estão neste caso os dois indivíduos cujos nomes hoje expomos à execração pública – Rolando Verdial e Isidro Paula. Pelos seu porte miserável estas traidores transformaram-se em servidores dos inimigos da classe operária e do povo português facilitando a acção da PIDE contra o Partido e o Povo”.

Sem atenuantes nem contemplações, Verdial é incluído no rol dos inimigos da classe operária perante a comunidade dos leitores do *Avante!*, cuja maioria, dadas as circunstâncias da clandestinidade, desconhece a real dimensão dos estragos que a traição provocou no aparelho partidário. É o historiador João Madeira que se refere aos *“efeitos devastadores das declarações prestadas na polícia por quadros importantes do partido – Rolando Verdial em 1963, Nuno Álvares Pereira, em 64-65, Fernando de Sousa em 67 e Augusto Lindolfo em 1971 – não só provocavam sucessivas razias nas fileiras partidárias como alimentaram a reserva, a desconfiança e o distanciamento”*⁷⁶. É o mesmo autor que revela serem difíceis de contabilizar *“os efeitos directos e indirectos das declarações prestadas por Rolando Verdial na polícia, em 1963, com quem passou a colaborar, remunerado e protegido. Mas esses efeitos na Margem Sul, na região de Lisboa, como por todas as zonas por onde passou e de que tinha conhecimento, foram devastadores.”*⁷⁷

Domingos Abrantes, que privou com Verdial na clandestinidade, comenta o conteúdo das notícias do *Avante!*, nas quais um herói passa a vilão de uma edição para outra. *“É um facto. Se me tivessem dito que o Verdial se ia portal mal, custava-me a*

⁷⁶ Madeira, p.718.

⁷⁷ Madeira p.786.

acreditar, mas aconteceu. Acho que ele tinha um desequilíbrio psicológico, mas nunca achei que ele ia falar. Essas notícias, tanto as que exaltavam o bom comportamento como as que criticavam o mau, eram importantes como estímulo, como exemplo”.

4. Heróis

4.1 “Liberdade para os presos!”

Se há heróis na militância comunista contra a ditadura, no Olimpo estão os que na prisão davam o exemplo com o bom comportamento nos interrogatório policiais e na preparação das fugas. A fuga era uma consequência lógica da prisão. Como escreve Carlos Brito, relatando aos preparativos para a sua fuga da cadeia do Aljube em Maio de 1957, *“mal assentámos arraiais nas novas instalações, começamos a avaliar as possibilidades de fuga. Ao cabo de uma semana, não mais, de cogitações individuais e reflexões colectivas a resposta foi afirmativa: havia condições de fuga”*⁷⁸. Na segunda quinzena de Junho de 1957, o Avante! deu destaque a essa fuga, como sempre fez, exaltando-a como ato heroico de quem participou nela:

“Ganhando força e audácia na sua firmeza de lutadores, já comprovada em muitas acções democráticas perante o inimigo, o camarada Américo G. De Sousa e os democratas Rolando Verdial e Carlos Brito conquistaram a liberdade através de uma corajosa fuga do Aljube de Lisboa. (...) saudamos todos os camaradas que igualmente e diariamente levantam nas prisões e fora delas a gloriosa bandeira do Partido Comunista Português”.

Entre os grandes atos heroicos, a fuga de Álvaro Cunhal integrado num grupo de dez presos da cadeia de Peniche está em primeiro lugar e ocupa quase toda a 1ª página da edição da primeira quinzena Janeiro de 1960, sendo que o restante espaço é preenchido com outras notícias relacionadas com a situação dos presos políticos. Uma 1ª página plena de heróis. Da notícia da grande fuga, vale a pena reproduzir uma saudação dos evadidos, uma espécie de manifesto político, que revela a consciência do

⁷⁸ Carlos Brito, *Tempo de Subversão Páginas Vividas Da Resistência* (Nelson de Matos, 2011), p.73.

impacte a evasão nos meios oposicionistas, bem como o alcance do *Avante!* além dos militantes:

“Ao alcançarmos a liberdade e ao retomarmos o posto de combate, saudamos antes do mais o nosso Partido e o Povo Português, afirmando a nossa determinação de os servir como até hoje na luta pela instauração em Portugal de um regime de liberdade e legalidade. Saudamos todos os portugueses honrados, qualquer que seja a sua ideológica e crença religiosa; saudamos todas as forças e correntes anti-salazaristas, salientando a importância e a urgência da Unidade como condição fundamental para a solução do problema político português. (...) Muitos dedicados filhos do povo português continuam nas prisões fascistas, sofrendo torturas e longos anos de prisão. A acção dos patriotas portugueses apoiada pelos trabalhadores e democratas do mundo conseguirá libertá-los também.”

Como já fizemos referência neste trabalho, é possível perceber que em determinados momentos políticos, o *Avante!* terá uma maior notoriedade, até porque a imprensa legal estava sujeita ao regime de censura prévia. Tanto o julgamento de Cunhal, como a fuga de Peniche são dois dos casos paradigmáticos desses momentos susceptíveis de alargar a audiência do jornal.

Enquanto esteve preso, Cunhal nunca deixou de estar presente no órgão central do PCP, ora com notícias sobre as medidas de exceção a que estava sujeito, como na edição de Setembro de 1953, na qual surge uma fotografia (a única) a acompanhar o texto na 1ª página, ora em campanhas permanentes a exigirem a sua libertação. O julgamento de Álvaro Cunhal no tribunal plenário da Boa Hora, em Lisboa, que decorreu entre 2 e 9 de Maio de 1950, foi notícia em duas edições consecutivas, em Junho e Julho. No primeiro número, o 148, é realçado na 1ª página o ato heroico de Cunhal:

“Depois de 15 meses de prisão, praticamente incomunicável, sem quaisquer meios para preparar a sua defesa, Álvaro Cunhal, dirigente querido do PCP, levado ilegalmente ao tribunal, fez deste uma tribuna, onde expôs e defendeu publicamente com vigor a linha política e os objectivos do seu

partido. Ao fazê-lo, ele sabia que, pra além do tribunal, o escutavam atentamente todos os militantes do PCP, a classe operária, todos os trabalhadores, todo o povo laborioso e oprimido de Portugal. (...)Escrevei por toda a parte, nos muros, nas estradas, nos comboios, em todos os lugares públicos LIBERDADE PARA ÁLVARO CUNHAL”.

Na edição seguinte, é publicado grande parte do texto da defesa e Cunhal volta a ser o assunto principal a toda a largura da 1ª página:

“Enfrentando firme, corajosa e serenamente tribunal fascista onde o seu ‘julgamento’ ia ter lugar, Álvaro Cunhal, dirigente querido do PCP, ergueu ali a tribuna onde o acusado passou a acusador (...) E Álvaro Cunhal termina: ‘...que se sentem os fascistas no banco dos réus, que se sentem o banco dos réus os actuais governantes da Nação e o seu chefe Salazar’.”

E, tal como é prática habitual para os históricos dirigentes comunistas internacionais, são assinalados no *Avante!* os aniversários de Cunhal. Em Novembro de 1953 pode ler-se na 1ª página: *“Saúdemos o 40º aniversário de Álvaro Cunhal intensificando a luta pela defesa da sua vida e pela sua libertação. (...) Salvemos a vida preciosa de Álvaro Cunhal.”* A notícia é completada com a publicação na íntegra da saudação enviada a Cunhal por Jacques Duclos, em nome do comité central do Partido Comunista Francês, na época, o secretário-geral interino, devido a ausência por doença de Maurice Thorez.

É sabida a preocupação posterior de Cunhal em combater o culto da personalidade, mas é notório que a partir dos anos 40 o seu nome passa a ser uma referência para os militantes comunistas e, gradualmente, alarga a sua influência no quadro internacional. Como o historiador José Neves escreveu, *“à medida que assumiu papel de destaque no seio do PCP, Cunhal foi objecto de atenção e cuidado sempre especiais. Entre os militantes anónimos, houve quem lhe dedicasse versos de homenagem e quem aos descendentes desse o seu primeiro nome.”*⁷⁹ O autor acentua também como foi o regime de Salazar/Caetano que o manteve preso durante quinze anos, a contribuir para tornar a figura do antigo secretário-geral do PCP um exemplo,

⁷⁹ Neves (coord.),p.11.

*“ao tomarem-no como encarnação do Mal, igualmente o investiram de um enorme poder simbólico, que outros acabaram por reconduzir à figura de Cunhal enquanto singular exemplo, se não simplesmente do Bem, de uma noção de Ética ou de Moral sempre escrita com maiúscula.”*⁸⁰

No discurso dos militantes, revela-se uma tentativa de contrariar a tendência para heroicizar a figura de Cunhal, ao arrepio do que se verificou no *Avante!* clandestino, que o colocou no pedestal dos heróis. Exemplares dessa tendência são as palavras de José Pedro Soares, que, admitindo ter sido pessoalmente com o seu percurso político de comportamento na prisão, *“um exemplo para muitos”*, diz que de Álvaro Cunhal *“só sabia que era um artista e escrevia muito bem”*. Os seus heróis eram Dias Lourenço, José Magro, Octávio Pato, Severiano Falcão, militantes exemplares e mais próximos da sua experiência pessoal.

Já para Margarida Tengarrinha, que em 1962, em Moscovo, foi uma espécie de secretária de Cunhal, quando este estava a preparar o texto programático *“Rumo à Vitória”*, *“a exaltação de alguns heróis é compreensível porque eles servem-nos de exemplo e fazem parte da educação dos mais novos. Usarmos o exemplo da vida dessa gente para definirmos o nosso próprio caminho.”*

No *Avante!*, Cunhal, de facto, não está sozinho. A par das figuras incontestadas do partido, como Bento Gonçalves, cujo aniversário da sua morte é sempre assinalado, de José Gregório, de Militão Ribeiro ou de Francisco Miguel, só para citar alguns dos mais presentes, as páginas do jornal estão recheadas de histórias exemplares.

Em Janeiro de 1963, *“Um exemplo”* é no feminino e vem do Couço. Depois de relatar com pormenores as torturas a que foi sujeita e indicando os nomes dos agentes da polícia política que a interrogaram, o texto sobre Maria Custódia Chibante, do Couço termina assim: *“(...) esteve presa cinco meses e meio sem visitas da família, sem livros nem jornais. Foi recebida na terra por 400 pessoas que a levaram a casa. (...) Ela vinha alegre e confiante da sua honradez e firmeza”*.

⁸⁰ Neves (coord.), p.12.

Os exemplos são também realçados pela dimensão da sua repercussão entre os militantes. Em Abril de 1969, o *Avante!* publica uma carta dirigida a Canais Rocha, que se encontrava preso, assinada por militantes portugueses e belgas, expressando apoio e admiração ao sindicalista comunista. Este texto é singular porque retrata a atenção dada ao posicionamento dos militantes portugueses na emigração, uma vez que no final da década de 60 os emigrantes representam um alfobre considerável de oposição à ditadura. No final da reprodução do conteúdo da carta, lê-se:

“Esta carta testemunha o amplo eco da conduta firme dos comunistas ante o inimigo. Embora presos e torturados, os nossos heroicos camaradas continuam, com o seu exemplo, a dar contribuição efectiva à luta do povo português”.

Canais Rocha, falecido em 2014, marceneiro que viria mais tarde a ser mestre em História Contemporânea, foi elevado à categoria de herói, mas acabaria por ter uma queda abrupta desse pedestal. Logo a seguir à Revolução de 1974, o sindicalista comunista foi eleito, a 27 de Abril, em plenário de sindicatos, o primeiro secretário geral da CGTP-IN. Pouco tempo depois, em Agosto desse mesmo ano, foi substituído e expulso do PCP, por ter fraquejado quando esteve preso pela segunda vez em 1968. A estrutura diretiva do partido só terá tido conhecimento da fraqueza de Canais Rocha perante a polícia, depois do 25 de Abril. Foi esse facto, aliás, que agravou a sanção, porque os militantes que eram presos tinham obrigatoriamente que relatar as condições da prisão e conteúdo dos interrogatórios. Como Domingos Abrantes conta, *“a primeira coisa que se fazia quando se chegava à cadeia, depois dos interrogatórios, era relatar como é que fomos preso, como nos portámos, o que a polícia sabia e não sabia, se tinha havido tortura, que tortura”*. Em relação ao caso particular de Canais Rocha, José Pedro Soares considera que o antigo operário e sindicalista só terá sido expulso do partido *“porque omitiu ter fraquejado perante a polícia, não por causa da traição.”*

A exaltação dos heróis é também feita através de textos não atribuídos especificamente a um determinado militante preso. Tem paralelismo com a simbologia do “soldado desconhecido”, o que se pode ler em Setembro de 1959, sob o título

“*Mensagem de um Herói*”, como se tratasse de um texto ficcionado destinado a transmitir exemplos a seguir por quem (ainda) não foi preso:

“Dentre as centenas de patriotas caídos nas garras do inimigos, surgem exemplos de luminoso heroísmo, enormes na sua simplicidade, que são espelho da luta patriótica do nosso povo contras os opressores salazaristas. Publicamos a seguir o fragmento duma mensagem dum desses simples heróis que souberam dignificar a sagrada causa do povo: ‘Fui preso e logo no 2º dia fui chamado à PIDE e puseram-me 6 dias e 6 noites seguidas de estátua e sem me deixarem dormir, depois mandaram-se para um cela onde me deixaram 10 dias. Sai da estátua todo inchado dos joelhos até aos pés e mais alguma coisa. Depois de 10 dias de cela fui novamente para a estátua onde estive mais 3 dias e 3 noites. Querem que reconheça fotografias. Mantenho-me firme e manter-me-ei sempre firme. Se algum dos camaradas da organização for preso, a salvação será não dizer nada, negar tudo, não se deixem levar. Eles dizem que sabem e dão dados certos como provas e não nos deixam dormir de dia e de noite; chegamos a ver bichos, o chão a andar para cima e para baixo, a cabeça oca e gelada, mas é uma grande alegria passar tudo isto e olhar para o futuro sem corar. Neguem tudo mesmo com provas”.

A informação que os comunistas presos passavam para o exterior, além de ser material de prova da conduta assumida perante a política e durante o tempo de prisão, constituía um elemento relevante para o partido construir o discurso político de oposição à ditadura. E o *Avante!* clandestino, cuja rede de distribuição extravasa a dos militantes, é o canal de divulgação mais eficaz, num quadro de censura prévia sobre os órgãos de informação. O jornal torna-se essencial para manter os presos comunistas informados sobre a vida interna do partido, do país e do mundo e, simultaneamente, transmitir para o exterior informações sobre os maus tratos infligidos pela polícia política. O pequeno e pouco espesso jornal era introduzido nas cadeias e, tal como cá fora, circulava de mão em mão.

Para que a informação circulasse de dentro para fora e de fora para dentro das cadeias, há relatos de formas muito imaginativas usadas pelos presos e por quem os visitava.

No forte de Peniche, por exemplo, Carlos Brito conta que *“no suporte de madeira de um chuveiro, mãos habilidosas, pacientes e persistentes tinham escavado uma bonita caixinha, com tampa e tudo, onde cabia um Avante! Clandestino, bem dobradinho”*⁸¹.

Sem querer pormenorizar os procedimentos seguidos no interior das cadeias e não aceitando esclarecer como chegava o Avante! às mãos do presos, porque *“por principio não devemos divulgar porque pode vir a ser preciso novamente”*, Domingos Abrantes admite que *“os ‘avantes’ (e os informes, como o ‘Rumo à Vitória’) entraram sempre e às vezes, como costume dizer, à tonelada, passavam pelas mãos dos carcereiros, escondidos em coisas que eles levavam para fora sem saberem o que estavam a fazer”*. O Avante! entrava nas cadeias com regularidade e saía a informação sobre o que se passava lá dentro. *Precisávamos de todas essa informação era importante para nos mantermos a par do que se passava no país e no mundo”*.

Um exemplo desse expediente está exposto no Museu do Aljube, como lembra Abrantes. *“É uma camisa do Jaime Serra, onde ele escreveu informações que foram levadas para fora. Através das visitas era impossível porque não havia contacto direto, mas fabricavam-se objetos só para se passar informação e os ‘avantes’. Era precisos sermos muito engenhosos porque ser apanhado na cadeia com propaganda dava um processo de atividades subversivas na cadeia”*.

Domingos Abrantes não esquece a contar um episódio do perigo que correu na cadeia de Peniche por causa do Avante!: *“Um dia apanhei um susto. Estava no recreio e tinha um molho, um rolo, de ‘avantes’ no bolso, que era para deixar em determinado sítio para serem levados para outro pavilhão. A determinada altura, o guarda chamou-me para me levar ao diretor e não me disse que era para uma visita. Quando íamos à visita, embora não fosse possível o contacto físico, os guardas tinham o hábito de nos revistarem. Só no caminho para o gabinete do diretor é que o guarda me disse que ia*

⁸¹ Carlos Brito, *Cadeia Do Forte de Peniche, Como Foi Vivida* (Aletheia Editores, 2016)p.84.

ter uma visita de cinco minutos com a Conceição [Matos, com quem viria a casar-se na prisão], que eu já não via há anos. Eu não tinha sido revistado à ida, mas seria certamente à saída e fiquei tão preocupado que ainda hoje nem me lembro do que dissemos um ao outro na visita. Fui elaborando uma estratégia e por sorte, o guarda que me levava era um tipo gordo com um corpo descomunal, que tinha dificuldade em andar, e eu era jovem. Logo que acabou a visita, arranquei a esticar o passo em direção ao pavilhão e o guarda só dizia, ‘sr. Abrantes mais devagar!’. Tive a sorte de a porta estar aberta e eu atirei o rolo para um pavilhão que estava desativado. Depois, foi preciso arranjar um estratagema para recuperar os ‘avantes’. Então nós, que não trabalhávamos na cadeia, fomo-nos oferecer aos carcereiros para limpar aquele pavilhão com o argumento de que estava muito sujo e que cheirava mal. Eles nem queriam acreditar na oferta e aceitaram. Lá fomos nós, uma vez sem exemplo, munidos de vassouras, baldes e esfregonas, recuperar os ‘avantes’.

Todo esse fluxo de informação de fora para dentro e de dentro para fora dos estabelecimentos prisionais era organizado através do aparelho do partido no exterior e a organização interna dos comunistas na cadeia. Como relata Abrantes, *“havia um aparelho da direção do partido, secreto, com pessoas de alta confiança que faziam chegar o material e fizemos sair informação, por exemplo, de angolanos, que não tinham organização exterior para os apoiar. Por exemplo, fizemos sair informação para o Vaticano sobre o Joaquim Pinto de Andrade”.*

Comunistas que nunca estiveram presos também tiveram conhecimento do tráfego de informação entre o interior e o exterior das cadeias. É o caso de Margarida Tengarrinha, cuja primeira tarefa como militante do partido, em 1952, foi a de integrar uma comissão de apoio aos presos políticos, dirigida por Maria Machado. *“Íamos a Caxias, falávamos com as famílias à porta das prisões para saber dos castigos e dos problemas que pediam para ser resolvidos. Também passávamos informações clandestinamente. Por exemplo, como eu era do Algarve, lembrei-me de usar uma caixa de sapatos com estrelas de figo, com um fundo falso, onde se metia o Avante!. As informações saíam, por exemplo, nas roupas enviadas para lavar, através das famílias”.*

Também José Pedro Soares recorda como fez chegar ao exterior da prisão informações que viriam a chegar à Amnistia Internacional, por exemplo: *“Conseguir passar ao MDM (Movimento Democrático das Mulheres) uma informação escrita em mortalias de cigarros que passei durante uma visita”*.

Só com a existência desse fluxo noticioso pendular entre o interior e o exterior das cadeias é que se justifica publicação no *Avante!* de mensagens dirigidas diretamente aos presos políticos. Expressão máxima dessa comunicação de fora para dentro das cadeias está publicada em Março de 1961, uma edição integralmente dedicada ao 40º aniversário do PCP. Na última página do jornal lê-se:

“Saudação aos pesos políticos” (...) souberam erguer bem alto a bandeira do partido (...) Em especial para vocês, queridos camaradas que vos entregasteis completamente à via e à actividade do partido e sobre quem o inimigo descarrega o seu ódio mais feroz”.

Depois de enumerar mais de duas dezenas de nomes de presos e de omitir outras identificações *“por motivos da sua própria defesa”*, termina com uma promessa: *“Vós sois, camaradas, o orgulho do nosso Partido, que não esquecerá o vosso belo exemplo de dedicação e firmeza. O Partido não poupará esforços para vos arrancar das garras do inimigo”*.

A não publicação de nomes de alguns dos comunistas presos tem, de facto, a ver com questões de segurança para o detido e para o partido. Era prática do *Avante!* não publicar nomes de detidos que ainda estivessem sujeitos a interrogatórios. A regra é confirmada por José Pedro Soares: *“Antes de sermos julgados não eram publicamente identificados como militantes do partido e era bem feito porque muitos de nós negávamos que éramos do partido e alguns não revelávamos o nosso nome à polícia. No que dizíamos, ou melhor no que não dizíamos, procurávamos retirar toda a carga informativa que a PIDE tinha e a quer queria”*.

4.2 “Inclinamos as nossas bandeiras”

Na constelação dos heróis, os mártires têm um brilho especial no imaginário comunista, que está bem vivo nas páginas do *Avante!*.

Voltando a dar como exemplo a edição nº298, a do 40º aniversário do PCP, um dos textos que o jornal publica chama a atenção para os que morreram na resistência à ditadura nos seguintes termos:

“Em 40 anos de luta implacável, muitos comunistas já deram a sua vida pela libertação do Povo. Passando aos milhares pelas prisões, suportando os maiores sofrimentos, dando o melhor do seu esforço á luta, os comunistas portugueses têm sido a guarda avançada do combate contra o fascismo. Ao passar o 40º aniversário do Partido, recordemos os nomes dos camaradas caídos na luta, orgulho do nosso Partido e do nosso Povo”.

À cabeça da lista dos mártires está Bento Gonçalves, morto no Tarrafal, citado noutro texto na mesma edição, como o *“obreiro do Partido”*, cujo *“exemplo continua a continuar sempre vivo no coração de todos os comunistas portugueses”*. O texto termina com a frase: *“Glória aos nosso mártires e heróis!”*. Curiosamente, ausente da história do PCP no assinalar do 40º aniversário está o nome de José Carlos Rates, o primeiro secretário-geral, que viria a afastar-se do ideário comunista, aproximando-se da base teórica do Estado Novo.

Pouco tempo depois de ter sido assinalada essa efeméride, uma “morte saiu à rua”, como a designou José Afonso ao celebrá-la na canção, a do artista plástico José Dias Coelho, assassinado na rua dos Lusíadas, em Lisboa, quando vivia na clandestinidade. Um mártir que o *Avante!* homenageou num texto que viria a ser redigido por Margarida Tengarrinha, a sua companheira, também a viver na clandestinidade e que termina com as palavras do próprio Dias Coelho escritas para homenagear Maria Helena Magro, falecida na clandestinidade.

“Não te dizemos adeus, camarada! As tuas mãos cerradas vão com as nossas mãos cerradas. A tua voz vai com as nossas vozes cantar mais alto a liberdade do nosso Povo e, soba a bandeira o nosso Partido, os teus olhos hão-de olhar com os nossos olhos o Portugal feliz que não reviveste.”

O relato de Margarida Tengarrinha do momento em que soube da morte do seu companheiro revela como as regras do partido na clandestinidade eram humanamente frias, numa aparente contradição com a heroicidade e humanidade

exaltadas nos textos publicados no *Avante!* sobre a vida e a luta dos comunistas, nos quais se sugere um relacionamento fraterno.

“Só soube que o Zé [Dias Coelho] tinha morrido, já ele estava enterrado. Vivíamos numa casa clandestina, com a minha filha mais nova e com outra camarada. Ele fazia ligações internacionais do partido na área da cultura e no dia 19 de Dezembro, tinha saído de casa para uma reunião. Como não voltou, nem ninguém me fez chegar qualquer informação, parti do princípio de que tinha sido preso. No dia 22 de Dezembro, preparei um saco com roupa dele para que lhe fosse entregue na prisão e saí de casa para o encontro que estava marcado com o camarada que era responsável por fazer a ligação entre mim e o secretariado do partido por causa da redação do Avante!. O encontro era numa rua na zona de Belém. Quando o camarada apareceu, já um pouco atrasado em relação à hora prevista, disse-lhe que o Zé estava desaparecido e que suspeitava que tinha sido preso. Ele respondeu-me com estas palavras: “Não foi preso, foi assassinado. Desmontas a casa e saís”. Antes de se ir embora marcou a data da reunião seguinte. Fiquei ali com o saco da roupa na mão. Andei às voltas pelas ruas, sem saber bem onde estava, meti-me num táxi para voltar para casa, mas não consegui dizer a morada para onde queria ir. Era a zona do Restelo, e as moradias tinham iluminações de Natal e só via luzinhas a piscar. Ainda hoje, não suporto iluminações de Natal.”

O camarada que lhe deu a notícia foi Francisco Martins Rodrigues, que era o membro da direção do partido na comissão de redação do *Avante!* e era ele quem fazia o contacto com Margarida Tengarrinha, enquanto redatora do jornal. Margarida descreve-o como um *“um bom camarada, mas uma pessoa muito rígida, muito dura, que não revelava grande humanidade”*. Diz ainda ter compreendido a atitude dele por *“medo e pela necessidade de ter alguns cuidados por o Zé [Dias Coelho] ter sido morto. Nem fiquei magoada porque aquilo foi tão duro e todos vivíamos momentos muito difíceis. Houve muitas prisões naquela época, em Dezembro de 1961. Os tiros da polícia corresponderam ao estado de desespero que foi transmitido aos pides por Salazar. Mais tarde fiquei revoltada. Na reunião seguinte da comissão de redação do Avante!, em Janeiro, eu disse ‘quem faz a notícia sou eu’, e toda a gente aceitou. O retrato em linóleo, feito a partir de fotografia, que saiu na 1ª página, é que eu não consegui.*

O testemunho de Margarida Tengarrinha remete para uma complexa teia de cumplicidades e de sentimentos que a clandestinidade forjou, onde o *Avante!* foi um dos protagonistas.

Na categoria de mártires foram integrados pelo *Avante!* comunistas que morrem de morte natural mas que passaram longos anos na prisão, sofrendo torturas e humilhações e que se destacaram com o seu comportamento exemplar.

“O nosso partido e o Avante! inclinam as suas bandeiras ante a memória honrada de uma heroína e saudosa camarada, exemplo de abnegação revolucionária”.

A heroína descrita na 2ª quinzena de Outubro de 1958 é Maria Machado, a *“obreira do Avante!”* que embora não tenha morrido às mãos da polícia, é tratada com honras de mártir porque, como vimos na 1ª parte deste trabalho, foi presa com a queda de uma das tipografias clandestinas do partido.

4.3 “Um homem entre as estrelas”

São humanos, mas estão literalmente acima dos outros homens, os heróis soviéticos que conquistaram o espaço. Num artigo publicado na revista *Ler História*, em 2016, o historiador José Neves, numa reflexão sobre a utopização da militância comunista, sublinha que *“talvez tenha sido na segunda metade do século XX, com a corrida espacial, que o utopismo técnico-científico assumiu maior importância entre os comunistas. Nas décadas de 1950 e 1960, os feitos astronáuticos soviéticos foram entusiasticamente vividos por comunistas de todo o mundo”*. Prova dessa utopia pode ler-se na edição nº354, de Abril de 1965, do *Avante!*, num texto com o título que ocupa todo o rodapé da última página, *“Um homem entre as estrelas – Sensacional vitória cósmica”*:

“No dias 18 de Março, aniversário da gloriosa Comuna de Paris, os sábios soviéticos tornavam possíveis os primeiros passos do homem entre as estrelas. (...) Glória à Ciência soviética e aos 2 Heróis!” .

A morte do grande herói do cosmos, Yuri Gagarine, *“intrépido combatente da causa comunista”*, merece destaque na 1ª página do *Avante!* de Abril de 1968: *“Um*

profundo pesar tocou o povo soviético, o seu Partido Comunista, o governo da URSS, os comunistas e os trabalhadores de todo o mundo”.

Claro que Gagárine foi notícia quando realizou o primeiro voos cósmico, em 12 de Abril de 1961 com o título é *“O vôo cósmico de Yuri Gagárine mostra a superioridade soviética”.*

Dois anos depois, *“nova vitória cósmica da União Soviética”* com a viagem espacial de Valentina Tereskova, *“uma comunista no espaço”* que constitui *“um exemplo brilhante (...) que enche de são orgulho todas as mulheres do mundo”.*

Comparável à conquista do espaço só a Revolução de Outubro. Ou melhor, só o socialismo nascido da revolução de 1917 permitiu que fossem dados esses passos em pleno tempo de guerra fria. *O Avante!* reflete essa dimensão no 50º aniversário da Revolução dedicando-lhe uma edição especial, com uma foto de Lenine na 1ª página e sem qualquer destaque a Estaline. Brejnev era o líder e o estalinismo caíra em desgraça.

Na edição seguinte, em que ainda é celebrada a *“glória imortal aos combatentes da Revolução Socialista de Outubro”*, surge a notícia, discreta, na página 5, da morte de *“Ernesto Guevara herói da revolução cubana, morto pelos lacaios bolivianos do imperialismo norte-americano”.* Com idêntico destaque, surge a notícia dos combates contra a ditadura de Suharto, na Indonésia, com a exaltação do exemplo do coronel Utung, membro do Partido Comunista, ao ser executado: *“Tombou, cantando estrofes da Internacional, com um heroísmo exemplar”.*

Além da expressão iconográfica de algumas das notícias relacionadas com a exemplos de expoentes do comunismo ao nível mundial, o *Avante!* reflete, acima de tudo, a alinhamento do partido em termos internacionais. É de anotar, neste contexto, uma das poucas referências à China comunista (se comparadas com profusão de textos laudatórios da sociedade soviética e da Revolução de Outubro). Está assinalado, ao alto da 1ª página da edição de Outubro de 1949, o 10º aniversário da revolução comunista na China, incluindo uma fotografia de Mao Tse Tung:

“A vitória da revolução popular na imensa China foi, depois da vitória da Grande Revolução Socialista de Outubro, na antiga Rússia, um dos maiores

acontecimentos da história da Humanidade. A revolução chinesa não somente libertou da opressão imperialista e da reacção semi-feudal a nação mais populosa do mundo, como veio alterar a correlação mundial das forças entre o campo socialista e o campo capitalista, numa sentido favorável ao socialismo”.

Na vida do PCP, os anos 60 vão aprofundar a aproximação à União Soviética e aos seus mais fiéis aliados na Europa, como o PCF. É Fernando Rosas um os historiadores que estabelece uma ligação direta entre a saída de Cunhal bem como parte da direcção do partido para o Leste europeu e o alinhamento mais claro ao PCUS. Desse alinhamento, o exemplo máximo é o apoio expresso publicamente á invasão da Checoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia. *“O PCP, apesar da particular posição que sustenta no movimento comunista internacional, ou por isso mesmo, rompe com a antiga tradição de relativa autonomia e torna-se um dos mais zelosos defensores da ortodoxia pró-soviética. (...) Em troca, obtivera, desde Paris a Moscovo, a mais sólida retaguarda logística, propagandística, de treino e formação de quadros, de financiamento, de recuo e de segurança de ligações e deslocações de que alguma organização antifascista jamais dispusera em Portugal até ao derrube da ditadura. O PCP ficaria definitivamente preso a tal apoio, Até hoje, nunca foi capaz de o repensar criticamente.”*⁸².

Já José Pacheco Pereira⁸³ revela uma interpretação diferente, menos linear e focando-se numa análise mais estratégica do pensamento de Cunhal em relação ao que significaria o ano de 1968 para o movimento comunista e considerando que têm sido mal compreendido o apoio à URSS na questão checa, bem como o excesso de ortodoxia do então secretário-geral do PCP. Ao recusar a existência de um *“seguidismo acrítico”* o historiador defende que Cunhal *“teve a percepção de que o movimento comunista está em crise”* e a *“um receio de debandada ideológica e política, em que para manter os anéis se perdessem os dedos”*.

⁸² Neves (coord.),p.53.

⁸³ Pereira, Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política, O Secretário-Geral (1960-1968)pp.453-454.

A tal ausência de reflexão crítica a que se refere Rosas viria a estar subjacente a cisões no partido que se verificaram ainda no final dos anos 60 e na década seguinte, que levaram à criação de movimentos de extrema-esquerda e alguma balcanização do PCP. Já em plena democracia, o tema do apoio de Cunhal à linha soviética viria a ser debatido durante a grande crise interna no partido iniciada em 1989.

PARTE III — A superioridade (banal) dos comunistas

1. A linguagem banal

1.1 O exemplo moral

Ao longo das primeiras duas partes do presente trabalho, tentou mostrar-se como o *Avante!* clandestino constituiu um instrumento agregador, por um lado, e de demarcação ideológica, por outro, sempre através de uma linguagem de proximidade com os leitores, constituídos numa comunidade que, mesmo extravasando o universo dos militantes, se pretendia coesa no grande objectivo próximo que era o de derrubar a ditadura.

Neste capítulo, mantém-se a linha de análise de textos publicados, mas para se aferir como a linguagem banal/corrente cumpre o desígnio estratégico dos dirigentes do PCP. Para aí chegar, parte-se da metodologia seguida por Michael Billig no seu livro “Banal Nationalism”⁸⁴, que analisou os termos usados pelas edições do dia 28 de Junho de 1993 dos jornais diários britânicos de maior circulação e detectou sinais de nacionalismo do quotidiano, expresso em símbolos que, de tão presentes, passam a ser banais. Esse dia da Imprensa britânica em estudo foi escolhido por não ser um dia de grandes acontecimentos políticos previsíveis, um dia banal, no qual a questão nacional não era dominante no discurso político, ao contrário do que tinha acontecido, por exemplo, em 1982, durante a chamada guerra das Malvinas ou Falklands, o conflito militar que entre o Reino Unido e a Argentina, quando o tradicional distanciamento dos jornalistas britânicos foi posto à prova. Ao definir o conceito de nacionalismo banal, Billig convoca-nos para a investigação enquadrada na nova história intelectual e no estudo da linguagem política com recurso à análise do discurso efémero e difuso, produzido por pensadores considerados não clássicos ou marginais. É este quadro investigativo da nova história que “permite” a análise das ideias políticas também através de palavras que transitam por outros textos, de outros autores divulgados noutros suportes que não apenas os dos pensadores clássicos editados em

⁸⁴ Usada a edição espanhola “Nacionalismo Banal”, de 2014, da editora Capitán Swing, com tradução de Ricardo García Pérez

ensaios de referência. E se com o filósofo Jacques Rancière⁸⁵ foi aberto o leque dos objectos de estudo, por exemplo, com o recurso a panfletos para elaborar uma história das ideias do movimento operário, em Billig, é na linguagem comum ou banal que passa a mensagem que vai dar consistência à interiorização popular de uma teoria política, no caso o nacionalismo.

No primeiro ponto deste capítulo, analisamos os sinais lexicais que enformam o padrão moral dos comunistas e que estão patentes nos textos publicados no *Avante!*, seguindo em linguagem corrente/banal a teorização posterior de Álvaro Cunhal sobre *A superioridade moral dos comunistas*. Nesse texto de Janeiro de 1974, Cunhal traça o perfil do comunista, no relacionamento com o partido e na atuação para o exterior, na sociedade. *“A conduta moral dos comunistas não é um problema privado, que diga apenas respeito a cada qual. Essa conduta tem repercussões na actividade e no prestígio do Partido. Pertence também em certa medida ao Partido. A força do exemplo, pelo seu extraordinário poder de convencimento e de atracção junto das massas, é um dos grandes trunfos da acção dos comunistas”*.

No mesmo texto, que estudaremos mais pormenorizadamente no final do capítulo, Cunhal insiste na importância do exemplo, ao escrever que *“as massas estão particularmente atentas e são particularmente sensíveis ao exemplo moral dado pelos seus membros [do partido]. Exemplo de dedicação. Exemplo de combatividade e de firmeza. E também exemplo de comportamento pessoal numa sentido mais largo: exemplo de dignidade e de intransigência para com as concepções da moral burguesa e as práticas dela decorrentes. Se a vanguarda ajuíza das influências da moral burguesa sobre as massas, as massas julgam por sua vez o comportamento moral da vanguarda. Os comunistas têm de agir de forma a passar com honra tal julgamento”*.

As edições do *Avante!* clandestino estão recheadas de artigos que contam histórias exemplares de militantes de base e de trabalhadores *“honrados”* que *“honram”* o partido e que com a sua conduta moral são *“exemplos a seguir”*. Muitas vezes, publicadas nas páginas interiores, surgem pequenas notícias que falam de

⁸⁵ Jacques Rancière, *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual* (Pedago, 2010)., *As palavras da História: ensaio da poética do saber* (UNIPOP, 2014)., *A Noite Dos Proletários: Arquivos Do Sonho Operário* (Antígona).

comportamentos moralmente dignos de serem seguidos por todos os que dele tomem conhecimento.

O título usado nesses pequenos textos é, em regra, bem explícito do que se pretende. É o caso da notícia publicada na edição nº283, de Novembro de 1959, na qual se relata a iniciativa de pôr a circular um texto abaixo-assinado de apoio a Joaquim José Dias, preso pela polícia política: *“Eis um exemplo que deve ser seguido pelos amigos e companheiros de trabalho de todos os homens honrados que jazem nas prisões da PIDE, no Aljube, em Caxias ou em Peniche. (...)”*

É recorrente que o título do opúsculo de Cunhal *“Se fores preso camarada”* seja transcrito para encabeçar textos sobre exemplos de bom porte na cadeia. É o que acontece na edição nº368, de Julho de 1966: *“Se fores preso...tenhamos presente o exemplo dos nossos camaradas que se portaram corajosamente e nada declararam à polícia.”*

Os trabalhadores “honrados”, não necessariamente militantes, que são transformados em exemplos, constituem, simultaneamente, o universo ao qual se destinam os textos de exaltação de comportamento a seguir em caso de serem apanhados nas malhas da polícia. Os constantes avisos para que haja “bom-porte” nos interrogatórios e nas cadeias configuram, não apenas uma atitude preventiva para os que, estando na resistência à ditadura, arriscam a prisão, mas também um manual de algumas das regras com que se forjam os exemplos morais. Vejamos um exemplo de texto, com o título *“Na PIDE não se fala”*, publicado em Novembro de 1966: *“Na PIDE resiste-se corajosamente às torturas e suplícios, mas não se denunciam camaradas, irmãos de luta. Esse é o exemplo de quantos em Portugal e no mundo servem os interesses da classe operária”.*

O leitor/militante a quem se dirige este texto é desafiado, com o seu exemplo, a integrar-se num grupo com características especiais, ao nível mundial, digno de servir e defender os interesses do povo e dos trabalhadores.

O exemplo moral gera também uma cumplicidade em torno dos que resistem, dos que estão do lado certo da barricada política. De um lado está a polícia e os tribunais fascistas e do outro estão os resistentes e, em particular, os comunistas. Essa

dicotomia, que é permanente no discurso político e nos textos informativos do *Avante!*, está bem expressa na primeira quinzena de Fevereiro de 1961, numa coluna da pág.2, sob um título que enuncia, desde logo, uma diretiva: “*Os comunistas perante os tribunais plenários*”.

“(...)Vários comunistas têm sabido defender corajosamente o seu Partido, desmascarar com vigor a política repressiva e anti-nacional de Salazar , denunciar o carácter arbitrário dos tribunais plenários, as torturas e os maus tratos da PIDE.(...)Mandado calar e expulso do Tribunal, Carlos Aboim Inglês gritou para os seus verdugos: ‘Não admito lições de moral deste tribunal! Não recebo lições de moral dum fascista!(...)Ante a polícia como ante os juízes vendidos dos tribunais fascistas os comunistas mostram a sua heroicidade e valentia em defesa do seu Partido e da causa justa por que lutam.”

Uma vez mais, a questão do exemplo moral está presente na mensagem que é transmitida a cada um dos leitores. Essa transmissão é susceptível de criar um sentimento de pertença a uma comunidade. É através da linguagem banal, repetida uma e outra vez, como acentua Billig, que “*estes episódios retóricos recordam-nos continuamente que nós somos ‘nós’ e, ao fazê-lo, permitem-nos esquecer que nos estão recordando isso mesmo*”⁸⁶. O autor refere-se à interiorização do nacionalismo, mas o mesmo processo analítico se pode aplicar à identidade moral dos comunistas. É possível seguir um certo exercício de transporte de estrutura do nacionalismo para o militante. Embora no objecto desta dissertação os elementos linguísticos não se possam incluir nos deícticos que Billig refere, há também no *Avante!* a prática que o autor identifica como utilização rotineira desses vocábulos “*que aponta continuamente para a pátria nacional como o lugar dos leitores*”⁸⁷, se transpusermos o conceito de pátria sem fronteiras físicas para uma “comunidade imaginada” (de comunistas), como Benedict Anderson⁸⁸ a concebeu. “*Imaginada porque até os*

⁸⁶ Michael Billig, *Nacionalismo Banal* (Capitán Swing), p.191.

⁸⁷ Billig,p.29.

⁸⁸ Anderson.

*membros da mais pequena nação nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão.”*⁸⁹ No caso do *Avante!*, essa identidade de comunidade é criada através da transmissão de conceitos morais, sempre aplicados a casos concretos e exemplares. A mensagem é passada, não apenas por textos de elaboração teórica, mas também através de relatos pessoais, revelando e exaltando uma determinada conduta exemplar para que seja replicada por cada um dos que pertencem ou querem pertencer à comunidade.

Cita-se ainda Billig ao analisar o pensamento de Anderson, quando este autor sugere que *“o sentimento nacional é gerado pelo conhecimento de que, em toda a nação, as pessoas cumprem o ritual diário de ler o mesmo periódico”*.⁹⁰

A analogia pode aplicar-se diretamente ao sentimento de pertença gerado entre a comunidade de leitores do *Avante!* clandestino. Como já aprofundámos na primeira parte desta dissertação, o jornal, além de potenciar essa ligação entre os leitores, assume-se como parte integrante dessa tal comunidade imaginada.

1.2 Ódio pelo inimigo

O sentimento é aliado à razão quando se trata responder ao “inimigo”, a ditadura de Salazar/Caetano, personificado na polícia política. Basta ler um texto publicado na 1ª quinzena de Fevereiro de 1959 para se perceber o peso da carga imposta pelas palavras.

“(...)Os crimes de Salazar devem encontrar repulsa de todos os que têm no peito um coração sensível e humano.(...)O Avante! denuncia as atrocidades da PIDE e passará a publicar os nomes dos torturadores e assassinos que as praticam para que o nosso povo os não esqueça (...).”

O texto acima citado, além de ser um bom exemplo do tom usado para instigar o ódio, enquadra-se na referida dicotomia bem/mal, que distingue “fascistas e anti-

⁸⁹ Anderson,p.25.

⁹⁰ Billig,p.211.

fascistas”, ou os “torturadores e assassinos”, dos que têm “coração sensível e humano”. Neste caso os “bons” não são apenas os comunistas, mas todos os que não aceitam e que não esquecerão as atrocidades.

O ódio que transparece nalguns textos do *Avante!* clandestino estende-se a um universo mais largo do que o inimigo político, abrangendo os concorrentes no combate à ditadura, os dissidentes e os “miseráveis” traidores que tiveram “mau comportamento” na polícia. Em relação a todos estes alvos, que são concretos e identificados, a linguagem utilizada, ao fazer uma denúncia pública de atitudes consideradas odiosas, transmite a obrigação de os ostracizar e repelir.

Também neste caso, um texto é exemplificativo da linguagem usada ao longo de toda a VI série do órgão central do PCP. Na edição nº333, de Setembro de 1963, dois antigos militantes do partido são expostos “à execração pública” como “cobardes traidores”, que “*não souberam enfrentar dignamente o inimigo fascistas, ao serem presos pela PIDE, traindo, assim todos os seus compromissos*”.

Textos carregados com uma terminologia susceptível de instigar ódio sobre pessoas concretas surgem a cada edição do *Avante!* com a justificação de, como se lê em Outubro de 1971, “*Apontar os miseráveis pelos seus nomes (...) julgamos ser absolutamente necessário*”.

Voltando a Billig e ao fortalecimento do conceito de nação e do nacionalismo através da utilização banal de vocábulos como “*nós*” em oposição a “*eles*”, para o caso em estudo deste trabalho será pertinente acentuar que os textos do *Avante!*, quando se centram nos exemplos de homens honrados com corações sensíveis e atitude abnegada, transmitem também a repulsa pelos outros, pelo inimigo ou pelos que o servem, pela sua prática de traição ou de colaboração.

1.3 A vingança serve-se fria

Se o ódio é instilado, palavra a palavra, quando o tema é o inimigo ou os traidores, a vingança é servida fria nas entrelinhas do texto. São em grande número os artigos publicados no *Avante!* clandestino nos quais se vaticina e aconselha o castigo futuro de carrascos e de traidores.

Em Dezembro de 1963, dois anos depois de José Dias Coelho ter sido assassinado, surge um dos textos emblemáticos desse apelo ao ajuste de contas futuro:

“Com a sua morte perdeu o Partido um destacado militantes e o nosso povo um artista prometedor. Será esse mesmo povo que o saberá vingar no dia da liberdade. Os criminosos não escaparão ao ódio do povo, à sua justiça”.

Não há uma teorização sobre a estratégia do partido para o futuro no que respeita à responsabilização política ou criminal dos dirigentes da ditadura ou da polícia política, mas o texto citado deixa claro que a justiça será feita pelas mãos do povo. *“Quando em Portugal houver liberdade, este e outros crimes do fascismo serão julgados e será feita justiça”.* Frases como esta, publicada na edição nº202 de Julho de 1955, recorrentes no *Avante!* clandestino estão carregadas de uma aparente intencionalidade que ultrapassa o que está impresso, remetendo para o conceito de Quentin Skinner⁹¹ de que o texto tem de ser estudado para além do texto.

No caso da notícia citada, que se refere aos assassinatos de Alfredo Diniz (Alex) e de Ferreira Soares uma década antes, para lá das palavras usadas está o contexto que de alguma forma determina a intencionalidade. Além da garantia de que os criminosos não ficarão impunes, o texto transmite a certeza a quem o lê de que a liberdade não é uma miragem, mas uma certeza.

Pode citar-se ainda outro texto, publicado em Setembro de 1962. Depois de ter sido denunciado o nome de *“um provocador”*, a notícia é concluída com um alerta em forma de ameaça para o futuro:

“É preciso que este e outros canalhas sintam o peso do ódio popular pela sua infame colaboração com a PIDE. Que os seus nomes não sejam esquecidos para que amanhã sofram o justo castigo”.

Aqui, o apelo à justiça surge com laivos de ameaça de vingança para o *“amanhã”* quando a liberdade for conquistada.

⁹¹ Skinner.

2. O banal deliberado

2.1 Sentimento e emoção

Em 1985, no livro *O Partido com Paredes de Vidro*, Álvaro Cunhal teoriza sobre a condição de ser comunista, alargando-a ao sentimento: *“Ser comunista não é apenas uma forma de agir politicamente. É uma forma de pensar, de sentir e de viver”*⁹². Nas páginas *Avante!* clandestino é claro que à razão se alia a emoção. Há textos exemplares, nos quais a exaltação do comportamento heroico de militantes é lexicalmente elaborada de forma a transmitir uma envolvimento emocional.

A morte de José Gregório foi noticiada na edição de Julho de 1961, ao alto da 1ª página, com fotografia, num texto onde as expressões usadas conduzem a uma quase osmose de significados, que vão da exaltação da heroicidade e abnegação à emoção do sofrimento, passando pelo elogio à solidariedade comunista internacional e à certeza de que a ditadura será derrubada.

“Na Checoslováquia socialista morreu o camarada José Gregório (Alberto). Deixou de pulsar o coração de um amado filho da classe operária portuguesa, dum dos mais abnegados lutadores pela causa dos explorados e oprimidos, duma dos mais destacados obreiros do nosso Partido, dum valoroso combatente pela causa da independência nacional, da democracia e do socialismo. (...) Nunca pode frequentar a escola e ainda não tinha 8 anos quando iniciou a sua vida de operário vidreiro. (...) por se recusar firmemente a dar quaisquer informações à polícia, foi barbaramente espancado durante várias horas consecutivas por vários facínoras da PIDE até perder os sentidos. Homem de carácter íntegro e dotado de uma extraordinária força de vontade, José Gregório é um exemplo para todos os militantes do Partido. Como justamente declarou Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do nosso Partido, perante o tribunal que o condenou, José Gregório pertenceu ao número dos homens que possuem a suprema virtude que é

⁹² Cunhal, p.195.

dedicação ilimitada ao nosso povo e à nossa Pátria que ‘são o orgulho do Partido e do Povo’.(...) Numa elevada demonstração de fraterna solidariedade proletária, o Partido Comunista da Checoslováquia, o povo e os médicos rodearam-no de todo o carinho e tudo fizeram para salvar ou prolongar a sua vida.(...) O nosso povo prestará um dia a José Gregório a merecida homenagem.(...)”

A prosa citada faz uma síntese do discurso político racional com o emocional, referindo-se a um militante e dirigente considerado exemplar, mas o mesmo tipo de linguagem de afetos é usada para contar uma história sobre quem não tem ‘nome’ no partido. Tem a estrutura de uma fábula o que se lê na edição de Abril de 1951, sobre a recolha de assinaturas pela paz e pelo desarmamento, encimado com o título “*Uma mulher de Lisboa*”:

“Quando à porta de uma fábrica do Porto, duas operárias da fábrica procuravam recolher assinaturas, as operárias da fábrica mostravam-se receosas. Então uma operária de avançada idade gritou: Não tenham medo de assinar! É uma causa justa! Ponham lá o meu nome e o dos meus filhos. Eu tenho 2 netos e não os quero ver mortos. Logo em seguida foram recolhidas 41 assinaturas”.

Entre os muitos textos que apelam à emoção, pode citar-se ainda um que foi publicado na 2ª quinzena de Abril de 1958. Para denunciar “*um miserável*” patrão e informador da PIDE, usa-se um formato de história infantil com moral no fim.

“Denunciada por um tal Honrado, proprietário de uma fábrica de conservas de peixe em Olhão, onde trabalhava, foi presa no dia 12 de Março a operária Olívia Lebre, mulher do operário corticeiro José Carlos que se encontra há meses preso nas masmorras da PIDE. A operária Olívia Lebre era o amparo de duas filhinhas de tenra idade que o bando da PIDE que prendeu a sua mãe deixou abandonadas em Olhão. Povo de Olhão! Amparai as filhas da operária Olívia Lebre e denunciad por todo o Algarve o miserável que a denunciou – o industrial de conservas Honrado.

Destes exemplos pode partir-se para uma reflexão sobre a relação entre o emocional e o racional no discurso político dos comunistas. É neste contexto que o militante exemplar, o bom militante, só o é na medida em que na sua prática revela preocupação com o outro, na medida que não põe em perigo a vida de um camarada ou do partido e luta pelo bem-estar do povo.

Essa relação com o outro, que é política, torna-se emocional quando é adjetivada segundo padrões éticos e/ou morais, transformando o militante em “bom” ou “mau” consoante, por exemplo, o seu porte perante a polícia política.

Ao analisar o pensamento de Espinosa, o neurocientista António Damásio escreve exatamente sobre a relação das emoções com a ética, argumentando que há uma relação estreita entre a prática da ação individual e as consequências desta. Em síntese, a boa ação merece esse qualificativo se não provocar danos negativos a outros. Daí que Damásio conclua: *“Espinosa quer dizer que o sistema constrói em cada pessoa imperativos éticos com base na presença de mecanismos de autopreservação, desde que essa pessoa tenha em mente a realidade social e cultural. Para além de cada si individual há os outros, como indivíduos ou como entidades sociais, e a autopreservação desses outros, através dos seus próprios apetites e emoções, deve ser tomada em consideração”*⁹³.

A dimensão ética do comportamento emocional individual do militante comunista está presente numa banalização moralizadora nos textos publicados no *Avante!*, embora reflita a intencionalidade da teorização encontrada em mais uma passagem do texto *“A superioridade moral dos comunistas”*, quando Cunhal define o internacionalismo proletário *“fonte criadora de conceitos, sentimentos e atitudes de generosidade de colectivismo, de fraternidade entre os trabalhadores e os comunistas(...)”*.

2.2. A heroicidade

⁹³ António Damásio, *Ao Encontro de Espinosa - As Emoções Sociais E as Neurologia Do Sentir* (Círculo de Leitores, 2003), pp.151-152.

A exaltação dos atos heroicos dos comunistas é permanente, quer sejam os militantes portugueses, cujo comportamento na prisão e nos interrogatórios policiais é considerado “exemplar”, ou os membros de partidos-irmãos (em particular o francês, no quadro da II Guerra Mundial) ou ainda os protagonistas da construção da URSS, além dos “pais” do socialismo e obreiros da Revolução de Outubro. São realçados os “heróis” da conquista do espaço e podem incluir-se no conceito de heroicidade os resultados económicos e sociais da sociedade soviética, profusamente divulgados nas páginas do *Avante!*. O historiador João Madeira fala de uma “espécie de fé” para designar a forma como é encarado o regime de Moscovo, nascido da Revolução de Outubro de 1917: *“Os militantes eram assim educados na exaltação reverencial da URSS, cujo processo de assimilação tendia, na dificuldade de inculcar o detalhe das conquistas concretas da União Soviética, em fazer passar os princípios propagandísticos da “pátria do socialismo” e da “superioridade do socialismo soviético” uma espécie de paraíso na Terra, que tinha nos militantes defensores incondicionais e indefectíveis. Esta devoção tornava-se ainda uma espécie de amparo internacional em relação aos combates perseguidos nas condições difíceis e asperamente vividas na base do partido. A fé na caminhada, da URSS como das “democracias populares”, para o socialismo e para o comunismo era um estímulo poderoso para reforçar convicções e entregas, tornando-se numa espécie de fé revolucionária, de que os militantes comunistas portugueses se alimentavam e acalentavam”*⁹⁴.

No plano interno, como sublinha Madeira, *“os heróis e mártires comunistas eram bandeiras de exemplo desfraldadas, encorpavam um imaginário colectivo de coragem com que se argamassava a resistência e o combate quotidiano contra o regime, feito de exemplos sempre presentes de um risco assumido, para que cada militante podia ser convocado em cada momento, mobilizando a coragem e vencendo o medo”*⁹⁵.

⁹⁴ João Manuel Martins Madeira, p.760.

⁹⁵ Madeira, p.768.

Mas a glorificação dos heróis não pode e não deve ser confundida com o culto da personalidade, que Cunhal se esforçou, em palavras, por condenar, em particular, após o estalinismo, num quadro em que o próprio PCUS também o fez. Aliás, na edição nº212, de Abril de 1956, o *Avante!* reproduz parte de uma síntese de um artigo do Pravda, o órgão central do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) a propósito XX congresso, no qual se lê:

“Não possuindo modéstia pessoal, Staline não só não cortava os louvores e elogios que lhe faziam, como os apoiava e estimulava por todos os meios. Com o tempo, este culto da personalidade foi tomando aspectos cada vez mais deformados e causou sérios danos. Compreende-se que semelhantes páticas de Staline significavam uma infracção dos princípios leninistas de direcção e contradiziam o espírito do marxismo-leninismo”.

Mas, se no plano teórico a diretiva era atacar o culto da personalidade, na prática política e da escrita corrente/banal dos textos publicados no *Avante!* era muito ténue a fronteira entre esse culto e a glorificação dos heróis vivos do partido, entre os quais Cunhal sobressaía. São constantes apelos à libertação do dirigente do partido, cujo nome *“está dentro do coração de todos os trabalhadores portugueses e é respeitado pelos democratas pelos democratas e anti-fascistas do nosso país”*, lê-se na edição de Janeiro de 1956. Ainda na mesma edição, surge o apelo para que sejam feitas inscrições nas paredes, exigindo a libertação de Cunhal.

O fruto desse apelo surge de imediato, na edição de Fevereiro-Março desse mesmo ano, numa notícia intitulada *“Reforcemos mais e mais a luta pela libertação de Álvaro Cunhal”*, na qual se dá conta da receptividade aos manifestos divulgados e às inscrições feitas em numerosos pontos do país:

“(…)Os manifestos foram por quase toda a parte lidos colectivamente, comentados e aprovados calorosamente. Uma jovem católica algarvia afirmou que não havia direito de se praticarem tais atrocidades. Nas aldeias alentejanas, o entusiasmo foi enorme. Os camponeses reuniram-se para ouvir ler os manifestos repetidas vezes. Uma velhinha dizia. ‘Eu já ouvi ler à minha filha, mas ela não as explica bem e eu tenho de ouvir outra vez’. Num rancho, os camponeses que estavam a ler um manifesto, explicaram

ao manageiro quem era Álvaro Cunhal e aquele acabou por dizer: Se ele é como vocês dizem, é justo que seja posto em liberdade!”

A mensagem política envolta numa linguagem corrente que transmite uma proximidade emocional entre quem lê e quem “fala” na notícia é bem notória em textos como este, não deixando dúvidas sobre a intencionalidade de glorificar um herói.

2.3. Ser comunista é...

Chegamos à essência de ser comunista, depois de ficar definido o dentro e o fora do grupo dos que interessam ao partido. A construção de um núcleo coeso capaz de manter a ação política permanente durante a clandestinidade foi possível com a delimitação clara entre os que cabem e os que não cabem no conceito de ser comunista. Passo a passo, número a número do *Avante!* foi sendo definida a essência que conduziu à teorização do “ser comunista é...”.

É recorrente a utilização de adjetivos que definem os “verdadeiros” comunistas como homens (havendo residualmente também casos exemplares de mulheres) “abnegados”, “honestos”, “honrados”, “dedicados” à causa, “patriotas”, “resistentes” à ditadura, “corajosos” ou “fortes como rochedos”. Em suma, os “dignos filhos do povo”. Embora nas páginas do *Avante!* o “ser comunista” passe em registo banalizado, por vezes sem uma carga ideológica explícita, há um enquadramento teórico do conceito de “ser comunista” que resulta da assimilação dos textos teóricos. Palavras como estas, detectadas em inúmeros títulos e textos do *Avante!* clandestino, são susceptíveis de criar um sentimento de orgulho na pertença a esse grupo especial.

Um dos textos exemplares para definir o perfil de um comunista “verdadeiro” está publicado na edição de Junho de 1964:

“Na Polícia só fala quem quer... esta é a têmpera dos verdadeiros comunistas, esta é a têmpera de todos os homens que põem a honradez e o patriotismo acima dos interesses pessoais, que sabem servir o seu povo e uma causa que não se compadece com cobardias ou charlatanices de qualquer espécie”.

Essa honradez, sempre associada ao despojamento pessoal, é um ingrediente indispensável para um comunista manter a verticalidade. Como se lê em Junho de 1965, ainda e sempre sob um título imperativo, o texto, ao transmitir orientações sobre o porte nos interrogatórios, define os contornos da personalidade do “verdadeiro comunista”.

“Na policia não se fala! Os verdadeiros comunistas não se vergam perante o inimigo...quando o sentido da honra e do dever são autênticos e não pura ficção, não há maus tratos, métodos ou processos que obriguem a falar quem não o quer fazer, este é o caminho dos comunistas.”

O rumo que deve seguir o “verdadeiro comunista” é também indicado por vozes que vêm de fora. Além de existirem, como já foi assinalado, numerosos textos de exaltação das realizações socialistas e do percurso de membros dirigentes de outros partidos comunistas, em particular o soviético, o francês e o italiano, detectam-se casos de publicação de elogios externos. A heroicidade dos comunistas franceses na Resistência durante a II Guerra Mundial é exemplar para os militantes do PCP. Ao longo do período da guerra, o *Avante!* vai dando notícia dos avanços das tropas soviéticas e, simultaneamente, divulgando apontamentos da ofensiva nazi sobre a Europa e em particular sobre a França. Na segunda quinzena de Agosto de 1942, o *Avante!* publica um texto de glorificação das vítimas da resistência francesa, exaltando o caso do fuzilamento de Gabriel Péri, redator do *L’Humanité*, o órgão central do Partido Comunista Francês, considerado “*glorioso filho do povo, que tinha sido entregue pelos traidores de Vichy às autoridades alemãs, que cevaram nele o seu ódio à França Revolucionária e imortal*”. A glória a que se refere o texto extravasa a dimensão do militante-mártir, dirigindo as loas para a França, “*que combate os invasores de Berlim e os seus lacaios de Vichy*”. A notícia termina com o relato da atitude exemplar de Péri na hora do fuzilamento: “*Seguiu, levado em braços e cantando a Internacional, para diante do pelotão hitleriano*”.

É muito no PCF e do seu historial de resistência que os comunistas portugueses vão buscar o exemplo. Como escreveu Maurice Thorez, “*a vontade de lutar das massas populares é estimulada pela valentia dos nossos heróis e pelo sem número de actos*

heróicos dos militantes.”⁹⁶ Aliás, o antigo secretário-geral do PCF foi ele próprio um herói, glorificado no *Avante!*, nomeadamente ao publicar a notícia da sua morte, na edição de Agosto de 1964. Nessa notícia, ilustrada com uma foto de Thorez, cita-se a mensagem de condolências assinada por Álvaro Cunhal, então no exílio: “(..) *O seu exemplo constitui uma preciosa herança não só para os comunistas franceses como também para os comunistas de todos os países*”.

Em Março 1968, destaca-se um título, em rodapé na última página: “*Homens fortes como rochedos*”. Uma frase atribuída ao título de um livro de um escritor soviético (Naum Mar) e é usada como exaltação do comunista português:

“(...) é para nós um motivo de grande alegria, testemunho da solidariedade dos povos soviéticos e dos seus intelectuais pela luta dos comunistas e do povo de Portugal”.

Esses “homens fortes como rochedos” são os verdadeiros comunistas, exemplares, como temos visto no *Avante!*. Em todas as edições, a linguagem usada na generalidade dos textos remete para uma conduta exemplar, sempre humanizada. O “verdadeiro comunista” não é um conceito abstracto, um figura teórica retirada dos textos clássicos marxistas-leninistas, mas sim definido por uma linguagem do quotidiano e sempre tendo como referência pessoas em concreto. Exemplificativa dessa verificação empírica é a rubrica “*Quem são os comunistas?*”, incluída em duas edições no ano de 1961.

Podemos isolar o primeiro texto dessa rubrica que foi editado no nº300 e que se refere a Cândida Ventura, presa na época, que esteve, com Fernando Piteira Santos, na “reorganização” do PCP, partido do qual viria a afastar-se formalmente em 1976, depois de um afastamento ideológico que começou no final dos anos 60.

“(...)Cândida Ventura revelou possuir, desde muito nova, um coração abnegado, uma forte personalidade e um espírito inteligente (...) viveu 17 anos na clandestinidade é uma heroica e abnegada mulher que ao nosso Partido e ao nosso Povo tem dado o melhor da sua vida(...)”.

⁹⁶ Maurice Thorez, *Filho Do Povo* (Editorial Noticias, 1976) p.173.

O texto, um dos poucos ilustrados com gravura, cuja autoria poderá ser atribuída a José Dias Coelho, que na época, na clandestinidade, trabalhava para o *Avante!* com Margarida Tengarrinha, é composto por adjetivos capazes de induzir respeito e admiração dos leitores por uma militante cujo exemplo é exaltado também pela forma como se dedica ao partido e ao povo. Uma vez mais se assinala que a linguagem corrente do texto da notícia contém uma mensagem doutrinária, conceptual e estratégica. Tal como em muitos outros textos de exaltação das qualidades dos comunistas, transmite o conceito de simbiose, umas vezes mais explícita, outras, quase subliminar, entre o partido e povo/país. Ou seja, a mensagem é: quem não luta contra a ditadura, como os comunistas, em primeiro lugar, não é patriota. Há nesse aglutinar de patriotismo e comunismo a expressão de uma *“identidade de interesses”*, que, como assinala Billig, referindo ao nacionalismo, *“os nossos interesses são os interesses do mundo inteiro”*⁹⁷. No caso em estudo, os interesses dos comunistas confundem-se com os interesses da nação. De fora, estão os não patriotas, os traidores.

A relação entre a honra militante e a honra patriótica está explícita no texto já citado, publicado no nº274, da 1ª quinzena de Abril de 1959, intitulado *“Na polícia não se fala”*:

“(...) não há drogas como não há espancamentos, estátua ou qualquer outra tortura que possa obrigar um homem ou uma mulher a falar, a fazer declarações à política, ou a confirmar declarações desta, desde que esse homem ou essa mulher esteja disposto a fazê-lo, a defender a sua honra de patriota e a sua honestidade de pessoa séria (...)os que confiam no povo não o traem e defendem até ao fim a sua condição de homens e mulheres patriotas e honrados”.

2.4 A “superioridade comunista”

⁹⁷ Billig,p.293.

Na leitura do *Avante!* clandestino que tem sido feita neste trabalho, chegamos a um ponto da análise que nos permite identificar camadas difusas de ideias que subjazem em textos cujos autores não estão identificados, mas que se conjugam com a conceptualização teórica que Álvaro Cunhal viria a deixar escrita. Pode considerar-se que este estudo do não se afasta de uma concepção metodológica que pode enquadrar-se na História Intelectual, ao definirem-se os redatores do jornal como agentes da propagação de ideias — nem sempre lineares ou apresentadas como doutrina — que marcam determinado contexto histórico.

A superioridade moral dos comunistas é uma dessas ideias que ganharam a forma de tese nos escritos de dirigentes do partido, mas está também expressa na linguagem corrente detectada nos textos publicados no *Avante!* clandestino. Ao longo dos anos de ditadura, o órgão central do PCP foi forjando, na linguagem das notícias sobre o comportamento dos militantes perante a polícia, um padrão moral que viria a ser teorizado por Álvaro Cunhal. Nas edições regulares do jornal consultadas, entre 1941 e 1974, não se detecta a existência da expressão “superioridade moral dos comunistas”, mas a cada passo, ou seja, em cada um dos 464 números lidos, há sinais lançados para aos leitores, de forma mais ou menos explícita, quer seja pela positiva quer seja, como contraponto, pela negativa. Pode dizer-se que há aqui uma banalização de linguagem a que se refere Michael Billig na obra que temos vindo a citar, susceptível de divulgar a ideia de pertença a uma comunidade especial, superior pelos seus ideais e, acima de tudo, pelo seu comportamento .

Pretende-se neste capítulo, e neste ponto em particular, aferir como as expressões usadas nas edições do *Avante!* clandestino induzem no leitor a ideia da existência de uma superioridade moral ou de uma supremacia comunista à qual esse leitor deve aspirar, mesmo antes de esse conceito ser assumido de forma doutrinária no texto de Cunhal ao qual já fizemos referência, *A superioridade moral dos comunistas*.

Prosseguindo o método de análise lexical seguido por Billig, é imperiosa uma reflexão sobre os mecanismos lexicais usados. Está implícito na linguagem utilizada que os militantes e a comunidade mais alargada de leitores do *Avante!* clandestino

pertencem a um grupo de “eleitos” que tem uma missão. E que para a cumprir tem de seguir, exemplarmente, as regras estabelecidas pela direção do partido.

Para Billig a construção conceptual teórica pode resultar da interiorização do uso (não) intencional de uma linguagem “banal”. Partindo da tese de que “*o nacionalismo está entranhado na nossa consciência*”⁹⁸, o autor, como já acentuámos anteriormente, chama a atenção para a utilização corrente de palavras como “*nós*” ou “*aqui*” em textos publicados na Imprensa. “*Não são palavras que chamem à atenção, mas desempenham uma missão importante no tema de empunhar a bandeira. Dirigem-se a ‘nós’ banalmente usando a primeira pessoa do plural e situam-‘nos’ na pátria e no centro de um mundo de nações.*”⁹⁹

A análise de Billig centra-se na procura de um léxico “banal”, que passa despercebido numa primeira leitura, mas que está carregado de bandeiras nacionalistas. Os meios de comunicação de massas, que divulgam o discurso dos políticos, “*utilizam mecanicamente a deixis das pequenas palavras*”¹⁰⁰.

Essas palavras, as tais ‘*nós*’ ou ‘*aqui*’, mais do que o seu significado concreto, remetem para o espaço mental de conceitos de pertença a determinada comunidade, que tanto pode ser “*a nação*”, no caso do estudo de Billig, como “*o partido*”, na análise de conteúdo do jornal *Avante!*. O nacionalismo, objecto de estudo do autor, transporta-se aqui para o conceito de militância, tendo como centro o comportamento do militante comunista.

Aqui, voltamos à sistemática construção da identidade comunista que se observa em cada edição da VI série do *Avante!*, na qual a heroicidade é apresentada como a normalidade a que se deve aspirar num quadro especial, anormal, que é o da resistência à ditadura e à repressão. Esses heróis são apresentados como militantes “normais”, mas que pelo seu percurso político se tornam especiais, exemplares, imprescindíveis para a luta contra os opressores seja vitoriosa a bem, não apenas do partido, mas, acima de tudo, do povo português.

⁹⁸ Michael Billig, *Nacionalismo Banal*, p.31.

⁹⁹ Billig, 290.

¹⁰⁰ Billig, p.290.

Não é raro depararmos com expressões como, *“Álvaro Cunhal faz falta ao nosso povo”*, inserta na edição de Fevereiro-Março de 1956, num texto publicado na 1ª página de apelo à luta pela libertação de Cunhal, então preso na Penitenciária de Lisboa. O sublinhado do dirigente que *“faz falta”* ao povo imprime uma carga conceptual não longe a imprescindibilidade. Por outras palavras, os comunistas e, em particular, os dirigentes do partido pertencem a um grupo protetor do povo.

Nesse mesmo número do órgão central do PCP, escreve-se sobre a fuga de Jaime Serra da cadeia do Forte de Caxias em termos que configuram uma heroicidade fora do comum, superior.

“Numa fuga audaciosa, perseguido a pouca distância pelos tiros dos sentinelas, Jaime Serra conseguiu pela segunda vez conquistar a liberdade, para vir ocupar o seu posto de vanguarda na luta contra o inimigo do nosso povo – o fascismo salazarista. A sua coragem, a sua dedicação à causa do povo, comprovadas já várias vezes, permitiram mais esta vitória do nosso partido sobre os carrascos salazaristas, vitória que enche de alegria o Partido, a classe operária, os democratas e todo o povo.”

Esta notícia pode ser lida como uma síntese dos pontos que explanamos neste capítulo. A fulanização do conteúdo permite ao leitor interiorizar que a fuga relatada não é uma fuga qualquer, não é uma ação fácil, é um ato heroico cometido contra o inimigo do povo por um homem fora do comum, um verdadeiro comunista.

Atendamos aos qualificativos que perpassam pelo texto e ao que eles contêm de carga emotiva para o leitor: A fuga é *“audaciosa”*; Jaime Serra, *“perseguido”* pelos tiros, revela *“coragem”*, *“dedicação”*; conquista a liberdade pela segunda vez não em proveito próprio, mas para lutar contra o *“inimigo”*, que também não é pessoal, mas sim o do *“nosso povo”*; a sua vitória é a *“vitória do Partido sobre os carrascos”*; e, cereja no topo do bolo, *“enche de alegria o Partido, a classe operária, os democratas e todo o povo”*.

Esta linguagem heroica e moralizadora enquadra-se no programa político e estratégico que viria a ser explanado, mais tarde, por Cunhal em *“A superioridade moral dos comunistas”*.

Na edição seguinte, também na primeira página, é ainda Cunhal e a exigência da sua libertação que motiva a publicação da seguinte frase, no final do texto: *“Salvemos a vida preciosa de Álvaro Cunhal, a vida de um dos mais dignos e destacados filhos do nosso povo!”*.

A par da exaltação das qualidades de alguns militantes, que induz a ideia da construção de uma superioridade, é vincada publicamente a ligação entre o partido e os seus dirigentes ao povo português, o que é uma das constantes nas edições do *Avante!* clandestino. Há, como se pode perceber em praticamente todos os textos publicados que remetem para a luta contra a ditadura, a simbiose dos dois conceitos, o da heroicidade na defesa do partido e dos princípios ideológicos e o do patriotismo, pela defesa do povo, em nome do qual se desenvolve a luta dos comunistas. Sem querer levar esta reflexão para o campo do conceito de nacionalismo que enforma o pensamento e prática dos comunistas portugueses, é visível nos textos do *Avante!* que o partido se torna sinónimo de povo, não apenas como “classe social”, mas também como nação. O herói é ao mesmo tempo superior nas qualidades e filho do povo, entendido como uma entidade mítica.

Lidos alguns exemplos publicados no *Avante!* clandestino, torna-se claro que a linguagem corrente utilizada não é inócua e a teorização posterior dos conceitos transmitidos ‘banalmente’ vem comprovar que essa escrita está carregada de conceitos teóricos. No *Nacionalismo Banal*, Billig discorre sobre esse postulado quando cita Hannah Arendt ao afirmar que também na imprensa britânica que analisou “a banalidade não é sinónimo de inocuidade”¹⁰¹. Embora não exista uma intencionalidade conceptual ou mesmo consciente, no caso em estudo neste trabalho, é cumprido o objectivo final de criar uma superioridade moral.

Mas, quando citamos Arendt para explorarmos a ideia de “banalidade” a propósito do presente objecto de estudo, talvez seja relevante atendermos ao que a filósofa escreve no pós-escrito incluído na edição revista e aumentada (de 1964) do seu livro *Eichmann em Jerusalém*, explorando o conceito de que há uma ausência de reflexão ideológica na prática do mal. Arendt escreve que “o que fez dele [Eichmann]

¹⁰¹ Billig, p.22.

um dos maiores criminosos da sua época foi a ausência do pensamento – o que não é, e alguma forma, a mesma coisa que estupidez”¹⁰².

Sem confundir a “*banalidade do mal*” de Arendt com o “*nacionalismo banal*” de Billig e, muito menos, estabelecer qualquer paralelismo na análise dos textos publicados no *Avante!* clandestino, é possível refletir, com base no pensamento de Arendt, na utilização pela imprensa comunista de uma linguagem corrente/banal aparentemente desligada do sustentáculo teórico que a enforma. A base ideológica está lá, em cada palavra, mas o leitor/militante não precisa ter uma formação teórica, ou “pensamento”, para seguir no seu quotidiano de militante as orientações que essas tais palavras carregam. Do militante espera-se o cumprimento das tarefas estabelecidas pelos dirigentes do partido, seguindo uma linha de conduta intrínseca a uma leitura aparentemente desprovida de propósito estratégico. Acresce, no caso em estudo, que a leitura do *Avante!* foi basilar, tanto no tempo da ditadura como já em democracia, na formação dos militantes de base, muitos dos quais analfabetos, que tomavam conhecimentos dos textos em leituras colectivas clandestinas. Como exemplificou o historiador José Neves, ao tomar como estudo de caso a experiência de três irmãos militantes do PCP, “*as práticas de leitura não passam tanto pelo consumo dos clássicos, isto é pela doutrinação política, mas mais por processos variados e dispersos de leitura do romance ao jornal*”¹⁰³. No mesmo trabalho, Neves sublinha, no entanto, que se os canais que se poderiam designar por banais serão centrais na alfabetização comunista dos militantes de base, o mesmo não se passa com os dirigentes. “*A leitura é um indispensável lubrificante revolucionário que opera em dois níveis. Num primeiro nível, os quadros do partido necessitam ler os clássicos para encontrarem formas de direcção política que sejam adequadas. Num segundo nível, a literatura do partido, sob a forma de diferentes suportes textuais, em regra produzida por aqueles quadros, deve ser lida por uma comunidade de trabalhadores pensada como um comunidade de leitores.*”¹⁰⁴

¹⁰² Hannah Arendt, *Eichmann Em Jerusalém, Uma Reportagem Sobre a Banalidade Do Mal* (Itaca), p.428.

¹⁰³ Diogo Ramada Curto (dir) e José Neves, *Estudos de Sociologia Da Leitura -Alfabetização Leninista (O Caso Dos Irmãos Figueiredo)* (Fundação Calouste Gulbenkian, 2006)p.702.

¹⁰⁴ Curto e Neves,p.678.

Instada a fazer uma reflexão sobre se foi cultivada, nomeadamente através do *Avante!*, a ideia da superioridade moral dos comunistas, Margarida Tengarrinha, que viveu na clandestinidade e nunca esteve presa, recusa a ideia de existir a noção de supremacia, mas admite: *“Há uma superioridade moral dos comunistas. A exaltação de alguns heróis é compreensível porque eles servem-nos de exemplo e fazem parte da educação dos mais novos. Devemos usar o exemplo da vida dessa gente para definirmos o nosso próprio caminho”*.

Entre os que pertencem ao grupo dos quadros/heróis, é significativo que a heroicidade seja sinónimo de dever, como se pode atestar pela opinião manifestada por Domingos Abrantes, centrada no conceito da superioridade: *“Não é heroísmo, é uma questão de dever. Há pessoas que foram torturadas, assassinadas, porquê? Por princípios, porque tinham valores, porque consideravam que não tinham o direito de salvar a pele a favor da vida de outros. Há um conjunto de princípios éticos e políticos que se põe acima de tudo. Há uma superioridade desde logo por ter optado por essa vida. Outros não o fizeram, quem o fez foram os comunistas. Há uma moral superior dos comunistas, fomos os únicos durante o fascismo com aparelho clandestino”*.

O discurso de Domingos Abrantes remete novamente para Billig e para a referida dicotomia da supremacia entre “*nós*” e os “*outros*”, que pode ser aplicada à teorização expressa no opúsculo Cunhal.

*“A força do exemplo, pelo seu extraordinário poder de convencimento e de atracção junto das massas, é um dos grandes trunfos da acção dos comunistas. O militante sério e modesto que, nas mais diversas condições, defende infatigavelmente os interesses dos trabalhadores, o clandestino que suporta sem abrir boca cruéis torturas, o comunista soldado ou guerrilheiro que dá a vida em defesa do seu povo, o herói do trabalho socialista, iluminam com os seus exemplos o caminho da luta, alargam e reforçam o prestígio e influência do Partido, atraem às suas fileiras muitos novos combatentes.”*¹⁰⁵

Neste excerto da teorização de Cunhal, que terá sido lido por uma minoria de militantes, está contida toda a produção “banal” impressa nas páginas do *Avante!* e

¹⁰⁵ Álvaro Cunhal, *A Superioridade Moral Dos Comunistas* (Editorial Avante, 1974),p.5.

que chegou a uma comunidade muito alargada de militantes e de resistentes à ditadura, em geral. Noutras passagens do texto é bem notória a importância que é dada ao comportamento moral, reforçando sempre a força essencial do exemplo: *“As massas não só aferem, pela sua experiência, a justeza da orientação política e das palavras de ordem do Partido como estão particularmente atentas e são particularmente sensíveis ao exemplo moral dado pelos seus membros. Exemplo de dedicação. Exemplo de combatividade e firmeza. E também exemplo de comportamento pessoal num sentido mais largo: exemplo de dignidade e da intransigência para com as concepções da moral burguesa e as práticas dela decorrentes. Se a vanguarda ajuíza das influências da moral burguesa sobre as massas, as massas julgam por sua vez o comportamento moral da vanguarda. Os comunistas têm de agir de forma a passar com honra um tal julgamento.”*¹⁰⁶

Ainda analisando as palavras do dirigente comunista à luz do que foi sendo escrito no *Avante!* é visível, uma vez mais, uma consonância conceptual entre o teórico e o banal. Depois de termos evidenciado notícias nas quais se dá conta de “falhas” de conduta de alguns militantes, Cunhal sintetiza o conceito do dever para com o partido, realça a importância da disciplina e da auto-crítica, marcando distância da noção da infabilidade: *“Seria utopia pretender que os comunistas fossem seres ‘puros’ e isentos de faltas. (...) A revolução não se faz com seres ideais. Faz-se com homens que sofrem influências morais negativas do capitalismo e dos variados e onnipresentes meios e acção espiritual deixados por milénios de sociedades divididas em classes antagónicas, nas quais a moral dominante era a moral das classes dominantes, isto é, das classes exploradoras. Esta situação incontroversa não leva à renúncia do trabalho educativo do Partido, antes aumenta a sua responsabilidade. O Partido chama a si os melhores, os mais conscientes, os mais dedicados ao bem comum. Mas também vêm ao Partido, quaisquer sejam as condições em que actuam (no poder, legal, clandestino), homens com falhas mais ou menos graves na sua formação e na sua conduta. Utilizando a arma da crítica e da autocrítica, o Partido ajuda os seus membros a superar debilidades e faltas e forja nas próprias fileiras*

¹⁰⁶ Cunhal, *A Superioridade Moral Dos Comunistas*, p.6.

lutadores infatigáveis, generosos, dedicados, pessoalmente isentos, corajosos, leais, despretensiosos e simples – homens e mulheres capazes de inspirar, pelo seu exemplo, os ‘milagres’ de que falava Lenine.”¹⁰⁷

Os comunistas são homens e não seres sobre-humanos, mas “*não se distinguem apenas pelos seus elevados objectivos e pela sua acção revolucionária. Distinguem-se também pelos seus elevados princípios morais. (...) A moral dos comunistas é contrária e superior à moral burguesa*”¹⁰⁸.

Anos mais tarde, já em democracia e num contexto de divergências internas quanto ao rumo do partido, em Agosto de 1985, Cunhal edita em livro um longo ensaio “*Partido com Paredes de Vidro*”, no qual pretendeu, segundo as suas próprias palavras insertas no início do prefácio da 6ª edição, de Janeiro de 2002, “*dar a conhecer como nós, os comunistas portugueses, concebíamos, explicávamos, e desejávamos o nosso partido*”.

Neste ensaio, Cunhal deixa implícitos conceitos que colocam os comunistas, em particular os dirigentes, num patamar superior aos da restante população, ao assumir que “*o reconhecimento da superioridade moral do partido é um dos mais sólidos critérios do êxito da sua acção como vanguarda. A transformação da determinação e do heroísmo de vanguarda num fenómeno de massas, como se verificou na revolução portuguesa, é um dos mais sólidos critérios e todas verdadeiras revoluções e do papel que nela desempenha o Partido*”.¹⁰⁹

Cunhal afirma, por exemplo, ser importante num comunista, “*fora a sua acção revolucionária, sentir-se e gostar de sentir-se como um ‘homem comum’, como uma ‘mulher comum’*”¹¹⁰. Note-se que o dirigente do PCP coloca os comunistas num plano distinto do outros cidadãos, ao não afirmar que um comunista é um “*homem comum*”, mas sim que deve sentir-se um “*homem comum*”.

¹⁰⁷ Cunhal, *A Superioridade Moral Dos Comunistas*, p.6.

¹⁰⁸ Cunhal, *A Superioridade Moral Dos Comunistas*, p.1.

¹⁰⁹ Cunhal, *O Partido Com Paredes de Vidro*, p.197.

¹¹⁰ Cunhal, *O Partido Com Paredes de Vidro*, p.204.

Mesmo na clandestinidade, ou até por causa dela, o militante era impelido a agir e sentir no relacionamento com os outros cidadãos, com o *“homem comum”*, é sempre a expressão usada por Cunhal ao estabelecer regras para os militantes e dirigentes do partido. *“Há camaradas que, na medida em que desenvolvem os seus conhecimentos e têm mais responsabilidades, se fatigam ao ouvir homens e mulheres com preparação muito elementar, por vezes com grande atraso na consciência política. Alguma coisa falta a dirigentes de um partido operário quando não sabem apreciar o convívio com as pessoas mais simples, mesmo as mais atrasadas, e não sabem descobrir ou encontrar na riqueza de qualquer ser motivo bastante para a alegria do convívio humano”*.¹¹¹

Há, nestas passagens da orientação dada por Cunhal aos militantes, um manifesto sentido de superioridade do comunista em relação aos *“mais simples”*, ao *“homem comum”*, numa teorização do conceito que está presente nos textos publicados nas edições do *Avante!* clandestino. Pela descrição de atitudes exemplares, quer seja no comportamento na prisão ou na vida quotidiana de luta contra a ditadura em defesa dos trabalhadores, o órgão central do PCP foi forjando um pensamento ético/moral que só viria a ser sintetizado teoricamente mais tarde, já em democracia.

Pode anotar-se que, no caso da transposição dos conceitos implícitos nos textos publicados no *Avante!* para a teorização elaborada por Cunhal, há uma correspondência com o que Billig assinala, ao referir-se ao processo de *“incrustação da nossa identidade através das rotinas e na vida social”*.¹¹² No entanto, a precedência do banal é apenas aparente, uma vez que há um esteio ideológico que possibilita essa tal banalidade, que se vai entranhando nos membros da tal comunidade imaginada de Anderson. É o que, de alguma forma, sintetiza Cunhal na sua teorização sobre a superioridade moral dos comunistas, datada de Janeiro de 1974, *“os ideais políticos influem nas representações e atitudes psicológicas e transplantam-se para os conceitos morais e destes para as atitudes e hábitos de procedimento”*¹¹³.

¹¹¹ Cunhal, *O Partido Com Paredes de Vidro*, p.204.

¹¹² Billig, p.291.

¹¹³ Cunhal, *A Superioridade Moral Dos Comunistas*, p.2.

Conclusão

Chegou-se à parte conclusiva deste trabalho com mais do que uma resposta para a pergunta inicial: “*Como o Avante! tratou os seus?*” ou como contribuiu para a construção de uma identidade comunista. Partiu-se de uma questão que veio a revelar-se limitadora ao longo da investigação. É que nem o *Avante!* clandestino se pode confinar ao estatuto de órgão central do Partido Comunista Português nem os “*seus*” são apenas os militantes comunistas.

A análise das edições regulares do *Avante!* clandestino, entre 1941 e 1974, revela a existência de registos linguísticos diferentes para os diversos tipos de leitores imaginados por quem escreve os textos publicados. São distintos os termos usados para entidades diferenciadas, as quais, no entanto, se revelam semelhantes na medida em que pertencem à comunidade imaginada dos leitores do *Avante!*. O órgão central do PCP suplantou a missão a que estava obrigado pela definição de Lenine, que era a de ser, simultaneamente, um organizador, um informador e um mobilizador, e tornou-se, como refere Margarida Tengarrinha (já citada anteriormente), “*o único órgão de informação que dizia toda a verdade, proibida pela censura nos outros jornais*”. Uma frase que remete para o lema “*A verdade a que temos direito*” do jornal *o diário*, editado entre Janeiro de 1976 e Junho de 1990, propriedade da editorial Caminho, ligado ao PCP. No caso de *o diário*, a verdade já não é condicionada pela censura, mas, na óptica dos comunistas, pelo noticiário que é ignorado pelos outros jornais, em tempo de refluxo revolucionário e da consequente perda de influência do PCP na Imprensa.

Como ficou referenciado ao longo deste trabalho, nas edições clandestinas do órgão central o PCP publicam-se textos diretamente dirigidos aos militantes comunistas nos quais o pendor ideológico é mais claro, com uma linguagem de proximidade e empática, quer seja para louvar comportamentos, condenar traições e fraquezas ou para orientar no caminho a seguir. É exaltada a heroicidade dos “*melhores filhos do Povo*” e denegrida a imagem dos “*miseráveis traidores*”, que, em muitos casos, não se distinguem do “*inimigo*”. Os comportamentos individuais eram indicados como exemplares, tanto no bom como no mau sentido, sinalizando com

sentido obrigatório o caminho a seguir.

A construção destes textos é susceptível de criar sentimentos de comoção ou de ódio associados a comportamentos éticos, quer sejam militantes ou inimigos políticos. O uso do “nós” em oposição ao “outro”, de que fala Michel Billig para o nacionalismo, transporta-se para o militante e para a sua relação com os de fora, os não militantes, edificando paulatinamente o conceito da superioridade moral dos comunistas, teorizado por Álvaro Cunhal.

Mas entre esse “nós” e os “outros” há, no *Avante!* e no partido, uma zona cinzenta onde cabem os “homens honestos”. A adjetivação, de “honestos” é recorrentemente usada nas páginas do *Avante!* para designar os não militantes, os anti-fascistas não hostis ao partido.

O militante integra uma comunidade imaginada de leitores que constitui o universo alargado de destinatários da mensagem escrita. Está expresso no conteúdo e na forma dos textos que o *Avante!* “fala” também para os antifascistas como um todo, quando apela à unidade das forças democráticas contra o salazarismo ou ainda quando relata atrocidades da guerra colonial ou da violência da polícia política nos interrogatórios e nas cadeias. São textos que induzem a construção de um projeto político agregador de oposição à ditadura, mas que entram em contradição com expressões usadas bastas vezes de condenação a estratégias de oposição diversas às seguidas pelo partido. A profusão de artigos do tipo agregador das hostes antifascistas é mais acentuada durante o período da II Guerra Mundial, seguindo a influência estratégica de Frente Popular francesa, no poder no final dos anos 30, e na campanha eleitoral para a Presidência da República, em 1958, no quadro do movimento gerado pela candidatura de Humberto Delgado.

Um tipo de leitores sempre presente como destinatário do *Avante!* clandestino são os trabalhadores. As suas lutas são eleitas como motor da ação política dos comunistas e são profusamente noticiadas nas páginas do jornal. Embora não tenha sido objecto de estudo preferencial neste trabalho, a contestação dos trabalhadores está em primeiro plano no noticiário e é enquadrada na crítica às opções económicas do regime, às quais é proposta uma linha de rumo alternativa. A par das lutas operárias e nos campos, que são centrais nas edições dos anos 40 e 50, na década

seguinte começam a surgir notícias de focos de contestação entre os estudantes, onde o PCP perde influência para os novos grupos políticos maoístas, e em sectores menos tradicionais, num sinal de novos tempos que se adivinham, com o princípio de uma certa “democratização” no acesso ao ensino, decorrente de uma classe média ascendente e com o reforço do sector terciário da economia. As páginas do *Avante!* espelham a resposta que o partido vai ter que dar a esses novos desafios na construção de uma política económica alternativa ao capitalismo e, em particular, ao rumo seguido pela ditadura. É o caso das lutas dos bancários, enfermeiros e médicos que vão assumir alguma expressão no *Avante!* clandestino. Enquanto o PCP alarga a intervenção social, o seu órgão central tenta alcançar novos leitores imaginados.

Se a comunidade imaginada de leitores tem como núcleo os militantes, o povo português é o universo mais alargado de destinatários da mensagem, ao exprimir-se em nome desse mesmo povo, exaltando os valores patrióticos, na denúncia da carestia, em particular, uma vez mais durante a II Guerra Mundial ou, já no período marcelista, ao contestar ideia de uma possível transição democrática o regime. Por ser clandestino, o *Avante!*, como é assumido por Domingos Abrantes, escapava à censura prévia obrigatória para toda a Imprensa o que lhe permitia noticiar tornar-se um meio de informação não condicionado pelas limitações à liberdade de expressão.

O *Avante!* clandestino, redigido, composto e impresso em condições muito difíceis, perigosas para os militantes envolvidos e arriscadas para a máquina partidária, foi distribuído por todo o país através da rede de militantes, chegando pelo correio a muitos “democratas” “honestos” e introduzido nas prisões de forma massiva. Também aí, o jornal era um elemento central na ligação entre os presos e o exterior. Para dentro passavam mensagem de solidariedade e de apoio à resistência, para fora eram enviadas denúncias das condições nas cadeias e das torturas nos interrogatórios policiais. E sempre que era interceptado pela polícia política, o *Avante!*, além de ser um foco de preocupação pelo que representava de veículo de denúncia dos processos utilizados nas cadeias e nos interrogatórios e de exaltação da resistência os presos, tornava-se também fonte de informações para os agentes. Daí que tenha surgido como relevante saber se as notícias eram redigidas a pensar também nesse grupo de leitores especiais. Se chegou a haver publicação de notícias fictícias ou com

dados errados para induzir a polícia em logro foi a pergunta que se impôs no decurso da presente investigação. Domingos Abrantes garante não terem havido notícias falsas, mas assume: *“Mas uma outra coisa era publicação de notícias distanciadas da ocorrência dos factos — encontros, congresso, etc.— para dificultar o trabalho da polícia. Por exemplo, se se tivesse noticiado na hora a realização de um congresso, e dado o número de deslocações de militantes das suas regiões, seria mais fácil o trabalho de pesquisa da polícia.”*

O jornal *Avante!*, no seu período clandestino, está no centro da resistência comunista à ditadura de Salazar/Caetano o que o transforma num elemento vivo, logo contraditório, que acompanhou a história do Partido Comunista Português, no que ela teve de construção de uma identidade comunista, ao fomentar exclusões e sedimentando os alicerces teóricos. Tudo isso está nas páginas do periódico, numa multiplicidade de registos, que vão da secura da notícia à fabulação, mas falando sempre diretamente com o tal leitor imaginado.

Mas com as respostas encontradas não se chega ao fim de um estudo exaustivo do conteúdo do *Avante!* clandestino. Esse pode seguir uma miríade de caminhos, todos eles ainda não percorridos pela investigação em História. Ao longo do percurso que agora se finaliza, surgiram bifurcações que poderiam levar a outros caminho de análise. Foi preciso resistir para que o objecto deste trabalho — o de analisar como o *Avante!* criou a sua comunidade de leitores e como falou dela e para ela — não fosse subvertido, mas anota-se aqui alguns dos possíveis rumos para investigações futuras.

Na relação do *Avante!* clandestino com os militantes comunistas poderá seguir-se, em contraponto, uma linha investigativa destinada a avaliar o como o jornal foi lido pelos seus leitores, com recurso a fontes documentais como memórias escritas e entrevistas a pessoas que possam representar os diversos tipos que encaixam na comunidade imaginada dos leitores do jornal. No presente trabalho não se deixa de fazer referência à importância que o periódico teve na construção de uma identidade comunista, constituindo-se, ele próprio, como um organismo vivo, heroico e exemplar pela resistência em tempos de clandestinidade e repressão policial.

Outras das vias possíveis é a análise de como os outros jornais e, em particular os mais ligados ao regime, se referiam ao *Avante!*. Em regra, os jornais nacionais de

grande circulação, sujeitos a censura prévia, não farão referências a publicações clandestinas, mas em certa imprensa panfletária e propagandística do regime algumas referências existirão. Deparou-se com o caso do jornal *Alerta*¹¹⁴, na edição datada de Outubro de 1944, onde o título “*A Nação sob um dilúvio da propaganda subversiva*” encabeça um texto de crítica a jornais e jornalistas que se posicionam do lado dos Aliados, ilustrado com a reprodução de parte da capa do *Avante!* nº60, da 2ª quinzena de Agosto do mesmo ano.

Pela leitura do *Avante!*, fica clara a posição do jornal sobre a ação policial. E como é que a polícia política lia o *Avante!*? Uma nova pergunta, uma nova investigação possível com alguns obstáculos de monta para ultrapassar, já que, neste momento, a Torre do Tombo não permite qualquer sistematização sobre o *Avante!*, uma vez que o arquivo a PIDE/DGS é essencialmente onomástico. Assim, só a consulta de processos individuais de militantes presos ou vigiados, dos milhares que estão arquivados no Arquivo Nacional poderá fornecer pistas para contribuir para esclarecer essa questão.

Muito está por investigar o papel que a Imprensa clandestina representou na resistência à ditadura de Salazar e Caetano, mas se com este trabalho sobre o *Avante!* foram identificadas algumas questões, talvez se contribua para que mais linhas de investigação comecem a surgir num futuro próximo.

¹¹⁴ Edição reproduzida em <https://ephemerajpp.com>

Bibliografia

- Anderson, Benedict, *Comunidades Imaginadas* (edições 70, 2017)
- Andringa, Diana, “‘Falar’ Na Polícia’, *Caminhos Da Memória*, 2009
- Aranha, Ana, and Carlos Ademar, *No Limite Da Dor* (Edições parsifal, 2014)
- Arendt, Hannah, *Eichmann Em Jerusalém, Uma Reportagem Sobre a Banalidade Do Mal* (Itaca)
- Billig, Michael, *Nacionalismo Banal* (Capitán Swing)
- Brito, Carlos, *Cadeia Do Forte de Peniche, Como Foi Vivida* (Aletheia Editores, 2016)
- , *Tempo de Subversão Páginas Vividas Da Resistência* (Nelson de Matos, 2011)
- Cardina, Miguel, ‘Margem de Certa Maneira - O Maoísmo Em Portugal: 1964-1974’ (Universidade de Coimbra, 2010)
- Cunhal, Álvaro, *A Superioridade Moral Dos Comunistas* (Editorial Avante, 1974)
- , *O Partido Com Paredes de Vidro*, edição ele (Lisboa: Edições Avante!, 2002)
<<http://dx.doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>>
- , *Se Fores Preso Camarada* (Editorial Avante, 1947)
- Curto, Diogo Ramada (dir), and José Neves, *Estudos de Sociologia Da Leitura - “Alfabetização Leninista (O Caso Dos Irmãos Figueiredo)* (Fundação Calouste Gulbenkian, 2006)
- Damásio, António, *Ao Encontro de Espinosa - As Emoções Sociais E as Neurologia Do Sentir* (Círculo de Leitores, 2003)
- Foucault, Michel, *A Ordem Do Discurso* (Relógio d’Agua, 1997)
- Godinho, Paula Cristina Antunes, ‘Memórias Da Resistência Rural No Sul’, 1998
- Gomes, Soeiro Pereira, *Contos Vermelhos E Outros Escritos* (Edições Avante!, 1979)
- Madeira, João, *História Do PCP* (Tinta da China, 2013)
- Madeira, João Manuel Martins, ‘O Partido Comunista Português E a Guerra Fria: “sectarismo”, “desvio de Direita”, “Rumo À Vitória” (1949-1965)’, 2011
- Matias, Joaquim Monteiro, *Memória de Tortura E Resistência* (Temas e

- Debates/Circulo de Leitores, 2013)
- Mattoso (Dir.), José, *História de Portugal, 7º Volume, O Estado Novo (1926-1974)* (Círculo de Leitores, 1994)
- Narciso, Raimundo, A.R.A. *Acção Revolucionária Armada - a História Secreta Do Braço Armado Do PCP* (Dom Quixote, 2000)
- Neves, José, *Comunismo E Nacionalismo Em Portugal* (Tinta da China, 2010)
- Neves (coord.), José, *Álvaro Cunhal - Política, História E Estética* (Tinta da China)
- Pereira, José Pacheco, *A Sombra. Estudo Sobre a Clandestinidade Comunista* (Gradiva, 1993)
- , *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política-«Duarte», O Dirigente Clandestino (1941-1949)* (Círculo de Leitores, 2001)
- , *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política, «Daniel», O Jovem Revolucionário (1913-1941)* (Círculo dos Leitores, 1999)
- , *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política, O Secretário-Geral (1960-1968)* (Temas e Debates/Circulo de Leitores, 2015)
- , *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política - O Prisioneiro (1949-1960) Volume 3* (Temas e Debates, 2005)
- , *O Um Dividiu-Se Em Dois*, ed. by Aletheia, 2008
- Raby, Dawn Linda, *A Resistência Antifascista Em Portugal: Comunistas, Democratas E Militares Em Oposição a Salazar, 1941-1974* (Salamandra, 1990)
- , *Portugal, A Resistência Antifascista Em Comunistas, Democratas E Militares Em Oposição a Salazar, 1941-1974* (Edições Salamandra, 1988)
- Rancière, Jacques, *A Noite Dos Proletários : Arquivos Do Sonho Operário* (Antígona, 2012)
- , *AS PALAVRAS DA HISTÓRIA : ENSAIO DE POÉTICA DO SABER* (UNIPOP, 2014)
- , *O MESTRE IGNORANTE : CINCO LIÇÕES SOBRE A EMANCIPAÇÃO INTELECTUAL* (Pedago, 2010)

Rodrigues, Francisco Martins, *Os Anos Do Silêncio* (Dinossauro/Abrente Editora, 2008)

Seabra, Zita, *Foi Assim* (Aletheia Editores, 2007)

Semprun, Jorge, *A Longa Viagem* (Ambar, 2002)

Skinner, Quentin, *Visões Da Política, Sobre Os Métodos Históricos* (Difel, 2002)

Thorez, Maurice, *Filho Do Povo* (Editorial Noticias, 1976)

Yaguello, Marina, *Alice No País Da Linguagem* (Editorial Estampa, 1991)

